



# Do concreto ao imaginário: realidades plurais

v. 9 | n. 2 2023

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Reitor: Márcia Abrahão

Vice Reitor: Enrique Huelva

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

Diretor: Prof. Dr. Arthur Trindade Maranhão Costa

Vice-diretora: Profª Dra. Carla Costa Teixeira

**EQUIPE EDITORIAL**

Jeniffer Cardoso Ferreira

Mariana Esteves Petruceli

Nicole Stefanie Oliveira Ramos

**REVISÃO**

Jeniffer Cardoso Ferreira

Mariana Esteves Petruceli

Nicole Stefanie Oliveira Ramos

**CONSELHO EDITORIAL**

Professora Ana Cristina Murta Collares (Universidade de Brasília)

Professora Andréa de Souza Lobo (Universidade de Brasília)

Professor Fabrício Monteiro Neves (Universidade de Brasília)

Professor Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (Universidade de Brasília)

Professora Soraya Resende Fleicher (Universidade de Brasília)

Professor Stefan Fornos Klein (Universidade de Brasília)

**CONSELHO CONSULTIVO**

Professor Alexandro Henrique Paixão (Universidade Estadual de Campinas)

Professora Andrea Carolina Jiménez Martín (Universidad Nacional de Colombia)

Professor Camilo Braz (Universidade Federal de Goiás)

Professor Dmitri Cerboncini Fernandes (Universidade Federal de Juiz de Fora)

Professora Elaine Meire Vilela (Universidade Federal de Minas Gerais)

Professora Elisete Schwade (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Professor Fernando Correia Prado (Universidade Federal da Integração Latinoamericana)

Professor Helio Afonso de Aguiar Filho (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Professora Isabel Cristina Naranjo Noreña (Universidad de Cordoba - Argentina)

Professor José Veríssimo Romão Neto (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo)

Professora Márcia Regina Calderipe Farias Rufino (Universidade Federal do Amazonas)

Professor Mario Ayala (Universidad de Buenos Aires)

Professora Martha Célia Ramírez Gálvez (Universidade Estadual de Londrina)

Professor Ricardo Mayer (Universidade Federal de Santa Maria)

Professora Silvana de Souza Nascimento (Universidade de São Paulo)

**PARECERISTAS - V. 9, Nº 2 - 2023**

Aline Beatriz Miranda da Silva - Doutoranda em Antropologia Social, Universidade de Brasília (UnB)

Braima Sadjo - Mestre em Sociologia, Universidade de Brasília (UnB)

Caio Cesar de Azevedo Barros - Doutorando em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Carolina Alvim de Oliveira Freitas - Doutoranda em Habitat, Universidade de São Paulo (USP)

Clara Nabuco da Fonseca - Mestranda em Antropologia Social, Universidade de Brasília (UnB)

Daniela Moreira de Faria de Oliveira Rosa - Doutoranda em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Gilliard de Oliveira Justino - Doutorando em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Hannah Lima Alcantara de Vasconcellos - Doutoranda em Antropologia Social, Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ)

João Paulo Siqueira de Araújo - Mestrando em Antropologia Social, Universidade de Brasília (UnB)

Luana Darby Nayrra da Silva Barbosa - Mestre em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Marília Renata Félix Rodrigues - Mestranda em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Marina Olinda Calori de Lion - Mestranda em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Patrick Monteiro do Nascimento Silva - Doutorando em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Soraya Fleischer - Professora Adjunta, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília (ICS DAN/UnB)

Telma Amaral Gonçalves - Professora Associada, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Pará (CFCH DAN/UFPA)



## SUMÁRIO

	<b>7 EDITORIAL</b>
	<b>8 A SAÚDE NO COMBATE À PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL</b>
	<b>21 CENA CIGANA ARTÍSTICA: MUSICAR INTERÉTNICO, LUTAS E IMAGINÁRIOS</b>
	<b>34 TEMOS O DIREITO DE IMAGINAR: IMAGINAÇÃO SOCIAL A PARTIR DA INTELLECTUALIDADE NEGRA DIANTE DA COLONIALIDADE</b>
	<b>43 TRILHAR A MEMÓRIA E RETOMAR A HISTÓRIA: NARRAÇÕES CONTRA COLONIAIS DO PRINCÍPIO DA DIÁSPORA AFRO-INDÍGENA NO CEARÁ</b>
	<b>57 RESTAURANTE DA TIA ZÉLIA: FIXAÇÃO, PATRIMONIALIZAÇÃO E GENTRIFICAÇÃO EM UMA VILA OPERÁRIA</b>
	<b>65 MOBILIDADE URBANA E O USO DE TRANSPORTES ALTERNATIVOS NO DISTRITO FEDERAL</b>



## EDITORIAL

No segundo número da segunda edição de 2023 da Revista Textos Graduados, intitulada "Do Concreto ao Imaginário: Realidades Plurais", contamos com seis artigos de autores de todo o Brasil que discorrem sobre pontos da realidade concreta e cultural do nosso país.

No artigo de abertura desta edição, de nome "**A SAÚDE NO COMBATE À PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL**", a autora traça a linha do tempo da pandemia de COVID-19 no Brasil, apresentando dados sobre a vacinação, mortalidade, disseminação do vírus e gestão política da crise sanitária. Destacando a atuação do Governo Federal frente à pandemia, a autora revela a ameaça ao direito universal à saúde que decorreu, principalmente, devido à omissão e descoordenação da administração de Bolsonaro.

O artigo "**CENA CIGANA ARTÍSTICA: MUSICAR INTERÉTNICO, LUTAS E IMAGINÁRIOS**" explora os efeitos do contato interétnico entre ciganos e não-ciganos em uma cena musical em São Paulo. A pesquisa etnográfica revela como dançarinas, músicos e artistas constroem significados e trajetórias, criando uma localidade conjunta através da música. A investigação destaca a música como ferramenta de luta e sobrevivência, evidenciando a multiplicidade de identidades e a mistura de brasilidades e ciganicidades na "cena cigana artística".

No artigo "**TEMOS O DIREITO DE IMAGINAR: IMAGINAÇÃO SOCIAL A PARTIR DA INTELECTUALIDADE NEGRA DIANTE DA COLONIALIDADE**", a autora busca discutir os conceitos de biópolis, necrópolis e negrópolis, embasando-se nas reflexões de Jaime Alves, Aimé Césaire, Frantz Fanon e Achille Mbembe com o intuito de abordar o racismo socioespacial contra o negro na sociedade. A partir disso, são debatidas formas de resistência à desumanização oriunda da colonialidade, apontando como principal recurso a imaginação social, a qual a efetividade é explorada empiricamente por meio da análise da obra Quarto de Despejo (1994), de Carolina Maria de Jesus.

Já o artigo "**TRILHAR A MEMÓRIA E RETOMAR A HISTÓRIA: NARRAÇÕES CONTRA COLONIAIS DO PRINCÍPIO DA DIÁSPORA AFRO-INDÍGENA NO CEARÁ**" pontua a trajetória da diáspora afro-indígena na região do estado nordestino para além da narrativa colonial e de sincretismo. Perpassando por conceitos históricos e antropológicos, o artigo demonstra as narrativas de resistência e rememoração que foram criadas e celebradas na interação entre as populações africanas, indígenas e europeias no Ceará.

No artigo de nome "**RESTAURANTE DA TIA ZÉLIA: FIXAÇÃO, PATRIMONIALIZAÇÃO E GENTRIFICAÇÃO EM UMA VILA OPERÁRIA**", o autor analisa o processo de fixação, patrimonialização e gentrificação da Vila, tendo como ponto focal o restaurante da Tia Zélia, famoso por ser frequentado por uma elite de esquerda. A partir da literatura dos estudos urbanos e do conceito de "gentrificação por dentro", o estudo revela como as contradições internas do bairro contribuem para sua transformação e preservação, oferecendo uma nova perspectiva sobre a dinâmica urbana de Brasília.

Em "**MOBILIDADE URBANA E O USO DE TRANSPORTES ALTERNATIVOS NO DISTRITO FEDERAL**", artigo que fecha nosso volume, os autores exploram a dinâmica do espaço urbano no Distrito Federal sob uma perspectiva sociológica, focalizando os deslocamentos diários e a histórica segregação socioespacial. A análise abrange os trajetos casa-trabalho, os movimentos pendulares e as variadas formas de transporte utilizadas pelos moradores. O artigo investiga os fatores que impulsionam a escolha por transportes alternativos, revelando como a segregação socioespacial molda as preferências dos cidadãos e o cenário de mobilidade urbana na região.



# A SAÚDE NO COMBATE À PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL

## HEALTH IN THE FIGHT AGAINST THE COVID-19 PANDEMIC IN BRAZIL

### Resumo

Desde o início da pandemia, o Brasil se destacou negativamente. No final de 2022, o país já ocupava a 17ª posição no ranking de mortes relativas, mesmo tendo uma taxa de vacinação superior à do restante do mundo. Dessa forma, focando na área da saúde, o objetivo do artigo é apresentar uma linha do tempo da pandemia do coronavírus no Brasil, abordando tanto ações governamentais implementadas quanto os efeitos enfrentados. A partir dessa análise, fica claro que o direito universal à saúde foi constantemente ameaçado através de uma omissão e desco-ordenação nacional explícitas. Existiu, sobretudo, um empenho a favor da ampla disseminação do vírus em território nacional por parte do governo federal

### Abstract

Since the beginning of the pandemic, Brazil has stood out negatively. By the end of 2022, the country already held the 17th position in the ranking of relative deaths, even with a better vaccination rate than the rest of the world. Thus, focusing on the healthcare field, this paper's objective is to present a timeline of the coronavirus pandemic in Brazil, addressing both governmental actions implemented, and effects faced. From this analysis, it becomes clear that the universal right to health was constantly attacked through explicit national omission and discoordination. Overall, there was an effort in favour of the widespread dissemination of the virus within the national territory by the federal government.

**Palavras-chave:** COVID-19; Brasil; Saúde; Ações Governamentais; Efeitos da Pandemia.

**Keywords:** COVID-19; Brazil; Health; Government Actions; Pandemic Effects.

\* Safira da Mata Oliveira  
Recebido em: 08/08/2023  
Aceito em: 25/02/2024

<sup>1</sup> FOLHA DE S. PAULO.

Relembre o que Bolsonaro já disse sobre a pandemia, de gripezinha e país de maricas a frescura e mimimi. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/relembre-o-que-bolsonaro-ja-disse-sobre-a-pandemia-de-gripezinha-e-pais-de-maricas-a-frescura-e-mimimi.shtml>.

<sup>2</sup> EXAME. Primeiro caso de covid-19 no mundo completa dois anos. 2021. Disponível em: <https://exame.com/ciencia/primeiro-caso-de-covid-19-no-mundo-completa-dois-anos/>. Acesso em: 08 ago. 2023.

<sup>3</sup> UNA-SUS. Coronavírus: Brasil confirma primeiro caso da doença. 2020a. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca>. Acesso em: 08 ago. 2023.

<sup>4</sup> UNA-SUS. Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus. 2020b. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 08 ago. 2023.

<sup>5</sup> GREER, Scott L. et al. Coronavirus Politics: The Comparative Politics and Policy of COVID-19. Michigan: University of Michigan Press, 2021, p.3.

<sup>6</sup> SILVA, H.P.; LIMA, L.D. Política, economia e saúde: lições da COVID-19. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.37, n.9. 2021, e00200221, p.1.

<sup>7</sup> PODER360. Com 3.252 mortes de covid por milhão, Brasil é 17º em ranking. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/com-3-252-mortes-de-covid-por-milhao-brasil-e-17o-em-ranking/>. Acesso em: 08 ago. 2023.

<sup>8</sup> MENDONÇA, Heloísa.

## 1. Introdução

Em abril de 2020, quando questionado sobre os novos recordes de mortes registradas durante a pandemia de COVID-19, o então presidente da República Federativa do Brasil Jair Messias Bolsonaro respondeu: "E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre"<sup>1</sup>. A declaração explicita a negligência de Bolsonaro ao lidar com a pandemia e revela sua incapacidade de coordenação de ações governamentais e de gestão de entes subnacionais. Essa foi a realidade que perdurou durante o enfrentamento da COVID-19 no Brasil. Não é inviável dizer que esse exemplo revela duas das maiores estratégias utilizadas na administração da pandemia no Brasil: o descaso e a omissão.

Os primeiros casos de coronavírus foram registrados em Wuhan, na China, em novembro de 2019<sup>2</sup>. Entretanto, foi só em 26 de fevereiro de 2020 que o Ministério da Saúde confirmou o primeiro caso de COVID-19 registrado no país, em São Paulo<sup>3</sup>. Logo depois, houve a oficialização da pandemia de COVID-19 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020<sup>4</sup>. Desde então, a população assistiu aos sistemas políticos de todo o mundo entrarem em colapso<sup>5</sup>.

Hoje, já se sabe que a trajetória e o combate à pandemia variaram consideravelmente entre diferentes países<sup>6</sup>. Nesse caso, a escolha do Brasil como foco de análise vem quase instintivamente. Observando os dados sobre países com mais mortes por milhões de habitantes no final de 2022, o país ocupava a 17ª posição no ranking<sup>7</sup>, mesmo tendo uma taxa de vacinação superior a do restante do mundo, como será exposto posteriormente. Além disso, vale ressaltar como a imagem do Brasil "derreteu no exterior"<sup>8</sup> diante das respostas do então presidente à crise gerada pela COVID-19. Internacionalmente, Bolsonaro passou a ser visto como aquele que estava "levando o país ao desastre"<sup>9</sup> em meio a uma "crise ética e de falência de gestão"<sup>10</sup>.

Nesse sentido, refletir sobre a pandemia vai muito além da saúde e da doença, mas esses dois campos ainda são aqueles por meio dos quais é possível enxergar com mais nitidez tanto o percurso, quanto às consequências da pandemia. Trata-se de um fenômeno de emergência global. Ao mesmo tempo, porém, a pandemia no Brasil foi mais intensa do que na grande maioria do mundo, reforçando os dados que mostram a discrepância em relação às mortes e à vacinação no Brasil e no resto do mundo.

Dessa forma, o objetivo do artigo é apresentar uma linha do tempo do coronavírus no Brasil, abordando tanto as ações governamentais, quanto seus efeitos, trazendo dados sobre contaminação e expansão do vírus. Para fins deste trabalho, foi realizada uma revisão não exaustiva ou sistemática de notícias e reportagens retiradas de fontes jornalísticas e/ou médicas que trataram da pandemia como pauta recorrente. Documentos oficiais publicados por órgãos oficiais brasileiros também foram consultados. Ademais, foi tomado como recorte de tempo o período desde o momento de declaração da pandemia, em março de 2020, até o final de 2022, momento de finalização da escrita e de alcance de um patamar de relativa estabilidade no que diz respeito a dados epidemiológicos como morte e vacinação.

Nesse contexto, o foco principal da análise é a área da saúde. Para isso, além desta introdução, o artigo conta com mais três seções. Na próxima seção, serão identificadas as principais ações governamentais adotadas no combate a COVID-19 na área da saúde. Em seguida, serão abordados os maiores efeitos que a pandemia causou no país, sempre focando no campo escolhido para análise. Por fim, são expostas as considerações finais.

## 2. Ações governamentais

Ainda antes de a OMS afirmar que a COVID-19 poderia ser considerada como pandemia, em 3 de fevereiro de 2020, o então ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta declarou emergência de saúde pública, criando, também, o Centro de Operações de Emergência em Saúde (Coes) como um mecanismo de coordenação das respostas emergenciais em nível nacional<sup>11</sup>. No "Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus COVID-19", elaborado ainda em fevereiro, há, por exemplo, um detalhamento dos estágios e das medidas essenciais em cada fase de transmissão<sup>12</sup>. Um mês depois, Luiz Henrique Mandetta, Ministro da Saúde à época, reconhecendo o risco de transmissão nacional da COVID-19 e seguindo recomendações da OMS, propôs o isolamento de 14 dias para aqueles com suspeita ou confirmação de infecção por coronavírus<sup>13</sup>. Nesse meio-tempo, o Ministério da Saúde negociou

verbas para o fortalecimento do plano de contingência e adquiriu testes para a detecção da COVID-19<sup>14</sup>.

Especificamente a partir de março de 2020, houve a intensificação do combate ao coronavírus e inúmeras medidas foram adotadas, principalmente aquelas chamadas de não farmacológicas, como o distanciamento e a restrição de mobilidade<sup>15</sup>. Depois de o Congresso Nacional identificar oficialmente o estado de calamidade pública, o Ministério da Saúde reconheceu a transmissão comunitária do coronavírus em âmbito nacional e ganhou autoridade diante dos gestores subnacionais, que passaram a necessariamente adotar medidas de distanciamento social<sup>16</sup>. É importante ressaltar que logo depois, em abril de 2020, o próprio Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou que os governos subnacionais poderiam desenvolver ações próprias para o combate à pandemia<sup>17</sup>.

Por outro lado, o governo federal iniciou um processo de se afastar da linha de frente da pandemia. Nesse mesmo mês, Bolsonaro já começa a dar declarações polêmicas, contrariando posicionamentos de especialistas e autoridades sanitárias que recomendavam que as pessoas ficassem em casa e se referindo ao coronavírus como “gripezinha”<sup>18</sup>. Enquanto isso, secretarias estaduais e municipais ganharam um papel administrativo e regulatório<sup>19</sup>, atuando como protagonistas no combate à pandemia. A cooperação intergovernamental, que havia inicialmente sido reconhecida como um alicerce para a administração do Sistema Único de Saúde (SUS)<sup>20</sup> e para a orientação dos estados e municípios em direção a escolhas políticas que permitiam o alcance nacional dos serviços<sup>21</sup>, foi deixada de lado. Na crise multidimensional causada pela COVID-19, o papel errático do Executivo no enfrentamento do vírus contribuiu para o sobrecarregamento dos entes subnacionais.

Isso gerou uma enorme variação de estratégias entre as unidades federativas<sup>22</sup>, onde cada um dos 26 governos estaduais e dos 5.570 municípios brasileiros utilizou da sua própria autonomia política na definição de ações unilaterais para a contenção da pandemia<sup>23</sup>. Como consequência dessas respostas que variaram desde “pouco a nada” até a criação de gabinetes de crises, diferentes mecanismos de coordenação foram desenvolvidos de acordo com as capacidades estadual e local<sup>24</sup>. Essa variedade de reações do ponto de vista político e sanitário deixaram o Brasil mais vulnerável em comparação àqueles países onde medidas não farmacológicas foram padronizadas e mantidas durante mais tempo<sup>25</sup>. A ausência de uma inteligência nacional gerou, dessa forma, uma verdadeira descoordenação entre os distintos níveis de governo federativos, com cada um atuando de forma autorreferenciada. Por isso, o país passou a ter que lidar com descompassos, “desigualdade no acesso a insumos de prevenção por parte dos cidadãos, sobreposição de atividades e vazios assistenciais”<sup>26</sup> no controle da COVID-19.

É também nesse período que o Ministério da Saúde adiciona a testagem de COVID-19 na lista de serviços cobertos por planos de saúde privados e introduz a cloroquina e a hidroxicloroquina na lista de remédios permitidos<sup>27</sup>. Mandetta, inclusive, anuncia “a distribuição de 3,4 milhões de unidades de cloroquina e hidroxicloroquina para uso em pacientes com formas graves do novo coronavírus”<sup>28</sup>. Além disso, definiu-se quais seriam os serviços e atividades essenciais, incluindo desde assistência em saúde até atividades religiosas, e os critérios extraordinários para compras de equipamentos médicos e de proteção, como máscaras e ventiladores pulmonares.

O mês de abril de 2020 se iniciou com um total de 5.868 casos de COVID-19 e 203 óbitos<sup>29</sup>. Diante de um crescimento acelerado da transmissão, passou a ser recomendado o uso de máscaras de proteção, podendo ser até modelos fabricados de pano. Simultaneamente, instaurou-se uma rixa entre o Ministro da Saúde e o Presidente da República. Enquanto Mandetta aderiu às recomendações da OMS, Bolsonaro falava abertamente sobre uma suposta superdimensão atribuída ao vírus e apostava num retorno das atividades<sup>30</sup>. Não demorou muito para que Mandetta fosse demitido, e Nelson Teich assumisse, em 16 de abril de 2020<sup>31</sup>. A situação já não era favorável, mas depois só houve piores. Ainda em abril de 2020, alguns estados já começaram a ter 100% de ocupação de UTIs, com a saúde pública e privada entrando em colapso, e o Brasil passou a atingir diariamente um novo recorde de óbitos<sup>32</sup>.

Teich, médico e oncologista, manteve algumas recomendações de autoridades sanitárias, preservando, por exemplo, o distanciamento social<sup>33</sup>. Isso, porém, não foi suficiente. No final do mês de abril, o Brasil já tinha mais casos confirmados do que a China<sup>34</sup>. Em maio, o país atingiu o marco de 10 mil mortos<sup>35</sup>. Aqui, já começaram a ser publicados estudos que

**Imagem do Brasil derrete no exterior e salienta “crise ética e de falência de gestão”**

com Bolsonaro. São Paulo: El País Brasil, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-13/imagem-do-brasil-derrete-no-exterior-e-salienta-crise-etica-e-de-falencia-de-gestao-com-bolsonaro.html>. Acesso em: 08 ago. 2022..

<sup>9</sup> SENRA, Ricardo. **A imagem de Bolsonaro na imprensa internacional: de ‘quebrar Brasil’ a ‘levar país a desastre’**. Londres: BBC News Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52801691>. Acesso em: 08 ago. 2022.

<sup>10</sup> MENDONÇA, Heloísa. **Imagem do Brasil derrete no exterior e salienta “crise ética e de falência de gestão”** com Bolsonaro. São Paulo: El País Brasil, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-13/imagem-do-brasil-derrete-no-exterior-e-salienta-crise-etica-e-de-falencia-de-gestao-com-bolsonaro.html>. Acesso em: 08 ago. 2022.

<sup>11</sup> ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN (ECLAC). **Observatory for Latin America and the Caribbean: measures by country**. 2021. Disponível em: <https://cepalstat-prod.cepal.org/forms/covid-countrysheet/index.html?country=BRA>. Acesso em: 25 abr. 2022.

<sup>12</sup> *Ibidem*.

<sup>13</sup> SANAR. **Linha do tempo do Coronavírus no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil>. Acesso em: 08 ago. 2022.

<sup>14</sup> ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN (ECLAC). **Observatory for Latin America and the Caribbean: measures by country**. 2021. Disponível em: <https://cepalstat-prod.cepal.org/forms/covid-countrysheet/index.html?country=BRA>. Acesso em:

25 abr. 2022.

<sup>15</sup> *Ibidem*.

<sup>16</sup> SANAR. **Linha do tempo Coronavírus no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil>. Acesso em: 08 ago. 2022.

<sup>17</sup> ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN (ECLAC). **Observatory for Latin America and the Caribbean: measures by country**. 2021. Disponível em: <https://cepalstat-prod.cepal.org/forms/covid-countrysheet/index.html?country=BRA>. Acesso em: 25 abr. 2022.

<sup>18</sup> FOLHA DE S. PAULO. **Relembre o que Bolsonaro já disse sobre a pandemia, de gripezinha e país de maricas a frescura e mimimi**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/relembre-o-que-bolsonaro-jadis-disse-sobre-a-pandemia-de-gripezinha-e-pais-de-maricas-a-frescura-e-mimimi.shtml>. Acesso em: 08 ago. 2023.

<sup>19</sup> SODRÉ, Francis. **Epidemia de Covid-19: questões críticas para a gestão da saúde pública no Brasil**. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v.18, n.3, 2020, e00302134, p.4.

<sup>20</sup> ABRUCIO, F. L., GRIN, E. J., FRANZESE, C., SEGATTO, C. I., & COUTO, C. G. **Combate à Covid-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.54, n.4, p.663-677, jul./ago. 2020, p.670.

<sup>21</sup> MACHADO, J. A. **A Covid 19 e o Dilema do Prisioneiro**. Juiz de Fora: Núcleo de Estudos sobre Política Local/UFJF, 2021. Disponível em: <https://nepoluffj.wordpress.com/2020/07/30/a-covid-19-e-o-dilema-do-prisioneiro/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

<sup>22</sup> *Ibidem*.

descartavam a cloroquina como possível tratamento, mas Bolsonaro continuou insistindo no tratamento precoce<sup>36</sup>. Contrário à associação que o presidente fazia entre contenção do contágio e estagnação do crescimento econômico, o segundo Ministro da Saúde pediu demissão após menos de um mês a frente da pasta<sup>37</sup>.

Depois disso, Bolsonaro pareceu finalmente satisfazer suas vontades: Eduardo Pazuello, general do Exército brasileiro, assumiu como ministro interino e iniciou sua gestão divulgando um protocolo para o uso da cloroquina e da hidroxicloroquina<sup>38</sup>. Desde então, a OMS teceu críticas constantes ao manejo da pandemia no Brasil. Enquanto isso, o país fechou o mês de maio de 2020 com 500 mil casos e mais de 29 mil mortos, e começaram os experimentos da vacina da Universidade de Oxford com voluntários brasileiros<sup>39</sup>.

Em junho de 2020, após o Ministério da Saúde relatar vários problemas supostamente técnicos nas plataformas de divulgação de dados da pandemia, alguns veículos de imprensa passaram a se reunir e trabalhar na disseminação dessas informações<sup>40</sup>. Segundo a OMS, no final de junho de 2020, o Brasil já era responsável por uma a cada quatro mortes por COVID-19 no continente americano<sup>41</sup>. Nesse mesmo período, depois da pressão exercida por diversas fontes, o governo anunciou parceria com a AstraZeneca e a Universidade de Oxford para a produção de vacinas<sup>42</sup>. Durante julho, agosto e setembro, o Ministério da Saúde registrou uma certa oscilação entre aumento e diminuição da expansão do vírus, mas os números ainda eram absurdos, com o país ultrapassando 140 mil mortes por COVID-19<sup>43</sup>.

Em outubro de 2020, a população começou a escutar mais sobre a vacinação no país. O Brasil aderiu ao plano Covax Facility, que permitia o acesso a 9 vacinas em desenvolvimento, o Instituto Butantan iniciou testes da Corona Vac, as vacinas de Oxford tinham previsão de chegar ao Brasil em janeiro de 2021 e a Sputnik V começou a ser registrada na Anvisa<sup>44</sup>. Ainda que o Ministério da Saúde tenha lançado o “Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19” e liberado investimentos em vacinação, o país continuou batendo recordes, chegando aos 5 milhões de infectados e registrando até 11 mil mortes diárias<sup>45</sup>. O ano de 2020 termina com a chegada da segunda onda de contaminação pelo coronavírus e com o presidente Bolsonaro declarando abertamente em entrevistas que não iria se vacinar e que quem se vacinasse poderia virar jacaré<sup>46</sup>.

No início de 2021, houve o surgimento de uma nova variante do coronavírus na cidade de Manaus, a P.1<sup>47</sup>. A cidade também passou por um momento assustador: a falta de suprimentos e de oxigênio e a superlotação de hospitais públicos e privados fez com que o sistema de saúde de Manaus entrasse em colapso<sup>48</sup>. Na mesma época, descobriu-se que Bolsonaro tinha sido avisado sobre um possível colapso em Manaus dez dias antes, mas desconsiderou os alertas e mostrou mais uma vez seu descaso e capacidade de omissão<sup>49</sup>.

A segunda quinzena de janeiro de 2021, no entanto, foi marcada pela concessão de aprovação do uso emergencial da Corona Vac e da vacina de Oxford por parte da Anvisa<sup>50</sup>. Com a distribuição das vacinas pelo país, cada estado iniciou sua própria campanha de vacinação. Em março de 2021, o médico Marcelo Queiroga foi indicado como o terceiro Ministro da Saúde. O ministro anterior, Eduardo Pazuello, foi exonerado após denúncias sobre um esquema de corrupção na aquisição de vacinas<sup>51</sup>. A troca aconteceu no pior momento da pandemia no Brasil, em que o país ultrapassou os 2 mil registros de mortes diariamente<sup>52</sup> e completava um ano de pandemia constantemente superando suas piores marcas em relação ao número de óbitos.

Em julho de 2021, houve o surgimento da variante delta, que se tornou uma ameaça global<sup>53</sup>. Contudo, a partir de agosto, na terceira onda da doença, 50% da população brasileira já contava com pelo menos uma dose da vacina<sup>54</sup> e houve uma queda no número mensal de mortes por coronavírus. Os índices apontavam alguma melhora: em novembro de 2021, mesmo com a identificação da variante ômicron, registrou-se o menor número de mortes por COVID-19 desde abril de 2020<sup>55</sup>. O ano de 2021 terminou com 80% da população brasileira vacinada com duas doses<sup>56</sup>. Bolsonaro, no entanto, não foi incluído nessa estatística — o presidente terminou o ano dizendo que o passaporte vacinal era uma coleira, sendo que ele preferia “morrer do que perder sua liberdade”<sup>57</sup>.

No começo de 2022, houve um certo aumento no contágio por COVID-19, mas em geral a média móvel de casos seguiu em queda. Em junho de 2022, inclusive, o Brasil entrou na quarta onda, que felizmente não se compara ao que foi enfrentado anteriormente<sup>58</sup>. Em sua

maior parte, no ano de 2022, ainda que houvesse altas nos casos, foram observados menos casos graves e menos mortes. Segundo o virologista Fernando Spilki<sup>59</sup>, o aumento de casos provavelmente se devia à falta de iniciativa pública e individual para combater a infecção. O uso de máscaras, por exemplo, foi praticamente deixado de lado. Entretanto, Spilki também afirma que há menos casos graves e óbitos por causa da vacinação<sup>60</sup>.

De forma geral, é possível alcançar uma compreensão mais abrangente da pandemia através da média dos seguintes indicadores da Oxford Covid-19 Government Response Tracker (OxCGRT). Os dados foram selecionados entre o início de 2020 e o final de 2022.

**Tabela 1:** Índices selecionados Oxford Covid-19 Government Response Tracker (OxCGRT)

Restrições de movimentos internos (0 a 2)	1,86
Política de proteção de idosos (0 a 3)	0,48
Política de testagem (0 a 3)	2,06
Uso de máscara (0 a 4)	2,98
Política de vacinação (0 a 5)	3,01

Fonte: OxCGRT

Alguns índices, como o de política de proteção dos idosos, tiveram valores bem baixos. Diante de tudo que foi apresentado, é possível concluir, porém, que os valores mais altos, como o de uso de máscara, foram atingidos, evidentemente, apesar do executivo federal. Todas as medidas na saúde, principalmente aquelas implementadas pelo ministro Mandetta e pelos governadores, foram adotadas contrariando a vontade de Bolsonaro, que no máximo — e diante de muita pressão — decretou medidas provisórias que liberaram créditos em favor da saúde e reduziram taxas de medicamentos<sup>61</sup>. Como o ex-Presidente deixou claro várias vezes, se dependesse apenas dele, provavelmente não haveria adesão ao isolamento social e investimento em políticas de vacinação. No limite, a população teria disponível somente uma política de estímulo ao tratamento precoce com cloroquina — tratamento esse que já havia sido cientificamente descartado à época.

### 3. Efeitos

Para obter uma perspectiva mais geral sobre os efeitos da pandemia no Brasil, é importante analisar os principais dados epidemiológicos: o número relativo de mortes e o número de indivíduos totalmente vacinados. Desde o início de 2020 até o final de 2022, em comparação com as médias mundiais, têm-se os seguintes valores:

**Tabela 2:** Dados epidemiológicos – Brasil e mundo

	Brasil	Mundo
<b>Total de mortes/1.000.000 habitantes</b>	3.221	842
<b>Totalmente vacinados/100 habitantes</b>	81,22	63,25

Fonte: Our World in Data

<sup>23</sup> SÁTYRO, N. G. D.; MACHADO, J. A. La falta de coordinación ante la pandemia sanitaria y social en Brasil. In: Analia Minteguiga; Carmen Midaglia; Natália Sátyro. (Org.). Protecciones sociales en América Latina en tiempos de pandemia: Miradas em torno a la capacidad acumulada de bienestar público. 1ª ed. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2022, p. 219.

<sup>24</sup> Idem, p. 215.

<sup>25</sup> Idem, p. 219.

<sup>26</sup> LUI, L.; ALBERT, C. E.; SANTOS, R. M. & VIEIRA, L. C. Disparidades e heterogeneidades das medidas adotadas pelos municípios brasileiros no enfrentamento à pandemia de Covid-19. Revista Trabalho, Educação & Saúde, Rio de Janeiro, v.19, p.1-13, 2021, p. 3.

<sup>27</sup> ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN (ECLAC). Observatory for Latin America and the Caribbean: measures by country. 2021. Disponível em: <https://cepalstat-prod.cepal.org/forms/covid-countrysheet/index.html?country=BRA>. Acesso em: 25 abr. 2022.

<sup>28</sup> SANAR. Linha do tempo do Coronavírus no Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil>. Acesso em: 08 ago. 2022.

<sup>29</sup> Ibidem.

<sup>30</sup> Ibidem.

<sup>31</sup> ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN (ECLAC). Observatory for Latin America and the Caribbean: measures by country. 2021. Disponível em: <https://cepalstat-prod.cepal.org/forms/covid-countrysheet/index.html?country=BRA>. Acesso em: 25 abr. 2022.

<sup>32</sup> SANAR. Linha do tempo do Coronavírus no Brasil. 2022.

Disponível em: <https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil>. Acesso em: 08 ago. 2022.

<sup>33</sup> ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN (ECLAC). Observatory for Latin America and the Caribbean: measures by country. 2021. Disponível em: <https://cepalstat-prod.cepal.org/forms/covid-countrysheet/index.html?country=BRA>. Acesso em: 25 abr. 2022.

<sup>34</sup> SANAR. Linha do tempo do Coronavírus no Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil>. Acesso em: 08 ago. 2022.

<sup>35</sup> Ibidem.

<sup>36</sup> Ibidem.

<sup>37</sup> ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN (ECLAC). Observatory for Latin America and the Caribbean: measures by country. 2021. Disponível em: <https://cepalstat-prod.cepal.org/forms/covid-countrysheet/index.html?country=BRA>. Acesso em: 25 abr. 2022.

<sup>38</sup> SANAR. Linha do tempo do Coronavírus no Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil>. Acesso em: 08 ago. 2022.

<sup>39</sup> Ibidem.

<sup>40</sup> Ibidem.

<sup>41</sup> Ibidem.

<sup>42</sup> Ibidem.

<sup>43</sup> Ibidem.

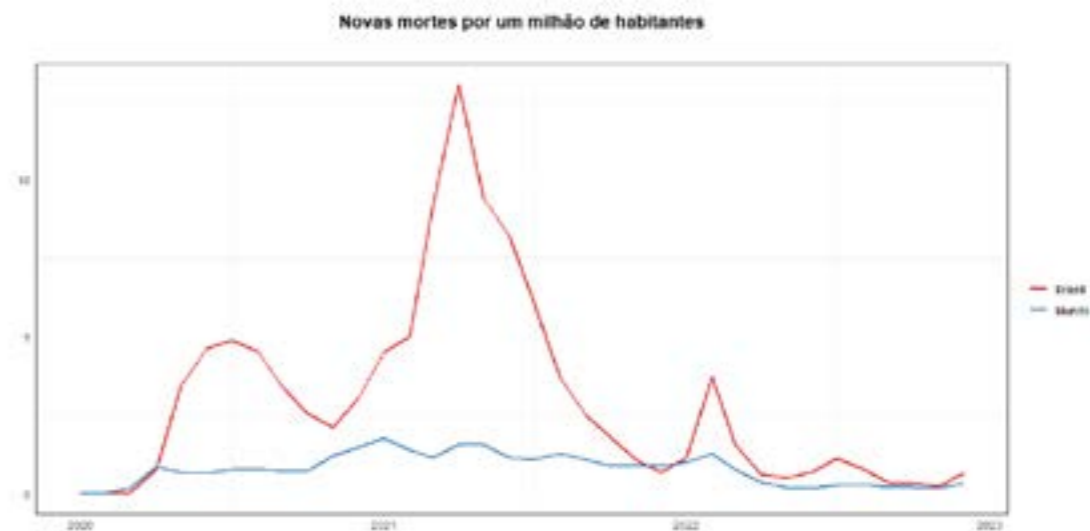
<sup>44</sup> Ibidem.

<sup>45</sup> Ibidem.

<sup>46</sup> PARA O VALOR. De 'liberdade' a 'jacaré': Veja as justificativas de Bolsonaro para não se vacinar. São Paulo: Valor, 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/05/03/relembre-7-frases-de-bolsonaro-sobre-a-vacinacao-contra-covid-19.gh.html>. Acesso em: 08 ago. 2023.

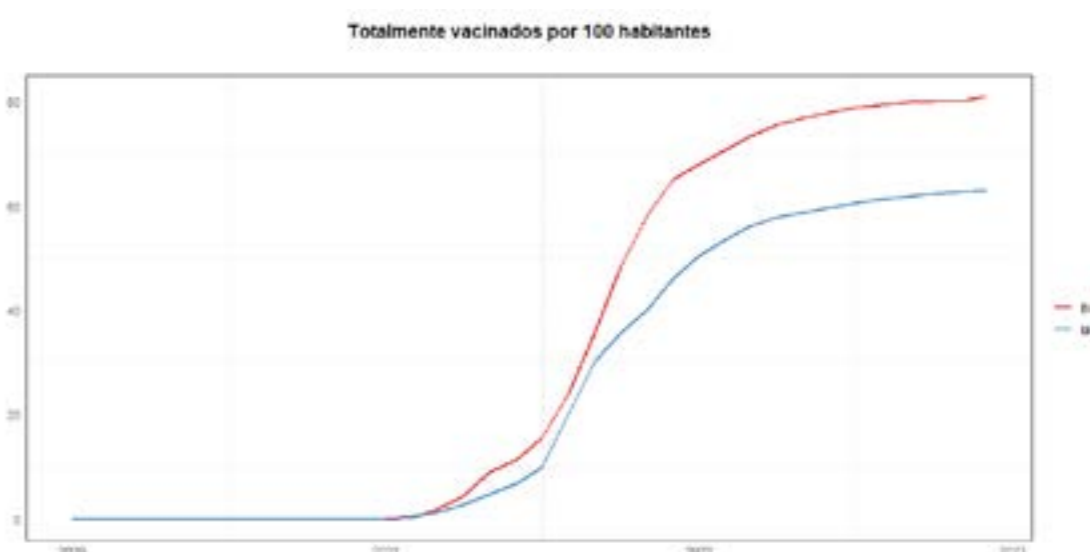
É possível notar que, embora a taxa de vacinação seja maior do que a do resto do mundo, o Brasil possuía um indicador de mortes pior. Num mesmo período, o país conseguiu atingir 81,22 totalmente vacinados por 100 habitantes, e o mundo ficou na casa dos 63,25 totalmente vacinados por 100 habitantes. Todavia, enquanto o mundo contava com 842 mortes por 1.000.000 de habitantes, o Brasil alcançou 3.221 mortes por 1.000.000 habitantes. Visualmente, essa discrepância entre o Brasil e o mundo ao longo do tempo é visível através da comparação nos gráficos a seguir. Tanto no caso das mortes relativas quanto no caso da vacinação relativa, o mundo começa com valores maiores, mas o Brasil é capaz de ultrapassá-los rapidamente.

**Gráfico 1:** Novas mortes por um milhão de habitantes



Fonte: Our World in Data

**Gráfico 2:** Totalmente vacinados por 100 habitantes



Fonte: Our World in Data

Para compreender esses números e os mais diversos efeitos da pandemia de COVID-19 no Brasil, é imprescindível reconhecer o fato de que, ao longo dos seus 32 anos de existência, o SUS deu fortes evidências de diminuição de sua sustentabilidade financeira e fiscal. Assim, qualquer avaliação do cenário pandêmico deve levar em conta o subfinanciamento crônico do sistema e a perda progressiva de recursos federais<sup>62</sup>. Desde 2016, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016 (EC 95), o país encontra-se num processo de restrição do sistema universal. Essa medida severa de austeridade fiscal, sem precedentes no mundo, congelou o gasto público por 20 anos:

*O gasto do Ministério da Saúde foi congelado em 15% da Receita Corrente Líquida do governo federal de 2017, a ser atualizado anualmente tão somente pela variação do índice inflacionário IPCA/IBGE, até 2036. Para se ter a dimensão da magnitude desta medida, a perda de recursos desde 2018 até 2020 alcançou o patamar de R\$22,5 bilhões<sup>63</sup>. Assim, se, antes mesmo da crise sanitária do novo coronavírus, o investimento em gasto público em saúde estivesse acontecendo sem as interdições realizadas em seu orçamento federal, o SUS poderia ter ampliado a sua capacidade instalada para o enfrentamento da pandemia. Contudo, quando a pandemia de covid-19 chegou oficialmente ao Brasil, com o primeiro caso confirmado em fevereiro de 2020, o SUS já estava debilitado pelos 32 anos de subfinanciamento que lhe vem sendo imposto pela ordem neoliberal. Esse quadro desalentador foi agravado ainda mais nos últimos três anos pelo franco desfinanciamento derivado da EC 95/2016<sup>64</sup>.*

Além disso, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, no Brasil, o gasto público em saúde em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) foi de 3,8%<sup>65</sup>. Enquanto isso, na Alemanha, no Reino Unido e no Canadá, por exemplo, observaram-se taxas de 9,9%, 8,0% e 7,6%, respectivamente<sup>66</sup>.

Somado ao subfinanciamento crônico do SUS, a ausência de uma coordenação federal fez com que os governos estaduais e municipais fossem protagonistas no combate à pandemia. Pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV)<sup>67</sup> verificaram que “o governo federal não levou em consideração que alguns estados e municípios necessitavam de maior aporte de transferências federais devido a sistemas de saúde com maior fragilidade”. Dessa maneira, as esferas subnacionais mais vulneráveis gastaram proporcionalmente mais do que regiões mais ricas. A injeção de recursos fez com que o número de leitos e de cargos de saúde aumentassem, mas se trata de um aumento de cargos e não de profissionais. Isso resultou numa sobrecarga dos trabalhadores de saúde, que tiveram que pegar turnos extras em instituições diferentes para suprir a demanda da pandemia<sup>68</sup>.

Como consequência desse cenário, que somava restrições de acesso aos hospitais, contingenciamento de leitos para COVID-19 e o receio de pacientes em procurar ajuda médica, houve uma queda de 27 milhões de exames, cirurgias e outros procedimentos eletivos<sup>69</sup>. De acordo com um levantamento do Conselho Federal de Medicina, comparando os meses de março e dezembro em 2019 e 2020, houve uma redução de pelo menos “16 milhões de exames com finalidade diagnóstica, 8 milhões de procedimentos clínicos, 1,2 milhão de pequenas cirurgias e 210 mil transplantes de órgãos, tecidos e células”<sup>70</sup>. Corroborando com esses apontamentos, comparando dados de 2020 e 2021 com 2015, o número médio de procedimentos ambulatoriais por habitante caiu 26%, o que tem afetado, especialmente, os serviços de média complexidade<sup>71</sup>, aqueles que precisam de atendimento especializado de profissionais de saúde, geralmente encontrados nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). Essa situação piora as filas de espera para as diversas especialidades, o que pode se agravar cada vez mais e virar mais um grande desafio para o SUS<sup>72</sup>.

Houve também um atraso no diagnóstico e a interrupção do tratamento de casos de câncer. Conforme exposto pelo Instituto Oncoguia, seis em cada dez dos pacientes oncológicos que responderam ao questionário e utilizam o SUS declararam que seu tratamento sofreu impacto contra 33% dos usuários de hospitais particulares<sup>73</sup>. Da mesma forma, a desigualdade foi um aspecto ampliado pela pandemia, que exacerbou a discrepância no acesso, cobertura e utilização de serviços de média e alta complexidade, principalmente no acesso à atenção especializada e hospitalar no SUS<sup>74</sup>. Inclusive, segundo estudo da FGV<sup>75</sup>, a alocação de recursos físicos, humanos e financeiros não foi suficiente para impedir a redução de 25% nos

<sup>47</sup> SANAR. *Linha do tempo do Coronavírus no Brasil*. 2022. Disponível em: <https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil>. Acesso em: 08 ago. 2022.

<sup>48</sup> *Ibidem*.

<sup>49</sup> AGÊNCIA PÚBLICA. *Governo Bolsonaro sabia do colapso em Manaus dez dias antes*. Carta Capital, 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/governo-bolsonaro-sabia-do-colapso-em-manaus-dez-dias-antes/>. Acesso em: 08 ago. 2023.

<sup>50</sup> SANAR. *Linha do tempo do Coronavírus no Brasil*. 2022. Disponível em: <https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil>. Acesso em: 08 ago. 2022.

<sup>51</sup> ESTADÃO. *Deputado relata denúncia na compra da Covaxin: 'Disse ao Pazuella que ia explodir na mídia'*. 2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/deputado-relata-denuncia-na-compra-da-covaxin-disse-ao-pazuella-que-ia-explodir-na-midia/>. Acesso em: 08 ago. 2023.

<sup>52</sup> SANAR. *Linha do tempo do Coronavírus no Brasil*. 2022. Disponível em: <https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil>. Acesso em: 08 ago. 2022.

<sup>53</sup> *Ibidem*.

<sup>54</sup> *Ibidem*.

<sup>55</sup> *Ibidem*.

<sup>56</sup> *Ibidem*.

<sup>57</sup> GOMES, Pedro Henrique; SANTANA, Jéssica. *Após distorcer proposta da Anvisa, Bolsonaro chama passaporte da vacina de 'coleira'*. Brasília: g1, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/12/07/apos-distorcer-proposta-da-anvisa-bolsonaro-chama-passaporte-da-vacina-de-coleira.ghtml>. Acesso em: 08 ago. 2023.

<sup>58</sup> SANAR. *Linha do tempo do Coronavírus no Brasil*. 2022. Disponível em: <https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil>. Acesso em: 08 ago. 2022.

<sup>59</sup> BRANCHI, Giulia. *4ª onda de Covid: o que explica alta de casos no Brasil*. São Paulo: BBC News Brasil, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/06/02/4a-onda-de-covid-o-que-explica-a-lta-de-casos-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 08 ago. 2023.

<sup>60</sup> *Ibidem*.

<sup>61</sup> SANAR. *Linha do tempo do Coronavírus no Brasil*. 2022. Disponível em: <https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil>. Acesso em: 08 ago. 2022.

<sup>62</sup> SERVO, L. M. S.; SANTOS, M. A. B.; VIEIRA, F. S.; BENEVIDES, R. P. S. *Financiamento do SUS e Covid-19: histórico, participações federativas e respostas à pandemia*. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v.44, n. especial 4, p.114-129, dez/2020, p.116.

<sup>63</sup> MENDES, Á.; CARNUT, L. *Crise do capital, Estado e neofascismo: Bolsonaro, saúde pública e atenção primária*. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Niterói, n. 57, p. 174-210, 2020.

<sup>64</sup> BOUSQUAT, Aylene et al. *Pandemia de covid-19: o SUS mais necessário do que nunca*. Revista USP. São Paulo: n.128, p.13-26, jan./fev./mar. 2021, p.22

<sup>65</sup> CABRAL, UMBERLÂNDIA. *Despesas com saúde em 2019 representam 9,6% do PIB*. Agência IBGE Notícias, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33484-despesas-com-saude-em-2019-representam-9-6-do-pib>. Acesso em: 08 ago. 2023.

procedimentos do SUS em 2020.

*Os pesquisadores relatam uma redução de procedimentos de triagens (-42,6%); diagnósticos (-28,9%); consultas médicas (-42,5%); cirurgias de baixa e média complexidade (-59,7%); cirurgias de alta complexidade (-27,9%); transplantes (-44,7%) e tratamentos e procedimentos clínicos por lesões de causas externas (-19,1%). A queda mais significativa nos procedimentos ocorreu no primeiro trimestre da pandemia, seguida de aumento progressivo; a maioria das regiões ainda não havia se recuperado até o final de 2020<sup>76</sup>.*

O resultado disso tudo foi a expansão da oferta de serviços do SUS por parte das Organizações Sociais e similares, sendo que o incremento da rede fora do SUS acontece às custas de uma diminuição proporcional da rede SUS<sup>77</sup>. O colapso no sistema de saúde, então, não afetou apenas o tratamento da COVID-19, mas também os serviços de rotina. Segundo a Fiocruz<sup>78</sup>, por exemplo, os dados de mortalidade indicam que os períodos de maior quantidade de óbitos por COVID-19 coincidiram com o maior número de óbitos por outras causas, assim como coincidem com os menores volumes de atendimentos em diversos sistemas. Houve, sobretudo, um represamento dos problemas de saúde no país.

Outro efeito da COVID-19 que afetou duramente o bem-estar coletivo foi uma deterioração geral da saúde mental da população. Durante a pandemia, os casos de ansiedade aumentaram em 80% de acordo com levantamento da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)<sup>79</sup>. Mais de quatro em cada dez brasileiros tiveram problemas de ansiedade<sup>80</sup>. A depressão foi outra questão intensificada nesse período. Segundo dados da pesquisa Covitel (Inquérito Telefônico de Fatores de Risco para Doenças Crônicas não Transmissíveis em Tempos de Pandemia), realizada em parceria pela Vital Strategies e Universidade Federal de Pelotas (UFPel), houve um aumento de 41% nos casos de depressão no país<sup>81</sup>.

Tratando especificamente da imunização, conforme colocado pelo diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas, o Brasil poderia ter sido o primeiro do mundo a iniciar a vacinação se não fossem os entraves por parte do Ministério da Saúde<sup>82</sup>. Situação semelhante foi exposta por Carlos Murillo, presidente da Pfizer na América Latina. De acordo com Murillo, o Ministério da Saúde ignorou pelo menos cinco ofertas de vacinas somente por parte da empresa, o que equivale a milhões de doses<sup>83</sup>. Mais tarde, com a finalização da CPI da Covid, concluiu-se, na verdade, que foram um total onze ofertas formais de fornecimento de vacinas contra a Covid recusadas pelo governo brasileiro<sup>84</sup>. Ficou claro que esse atraso foi letal: “Até 400 mil vidas poderiam ter sido poupadas durante a pandemia da covid-19 no Brasil se políticas efetivas tivessem sido empregadas no país”<sup>85</sup>. Isso se deve muito ao fato de que um sistema de saúde como o SUS, com uma configuração institucional baseada nos princípios de acesso universal e gratuito à saúde pública<sup>86</sup>, deveria ser uma vantagem no enfrentamento da pandemia de COVID-19<sup>87</sup>. Apesar de o país já ter experienciado outras emergências em saúde pública, como H1N1 e Zika Vírus, e combatido essas doenças através de uma razoável cadeia de respostas, a potencialidade do SUS foi minada pelas crises política e econômica e pela má condução do combate à pandemia por parte do governo federal. Esse cenário contribuiu para o agravamento da fragilidade e para a diminuição da resiliência do sistema<sup>88</sup>.

## 4. Considerações finais

No caso brasileiro, o direito universal à saúde, assim como os princípios norteadores de integralidade, universalidade e igualdade na assistência estabelecidos por meio da criação do SUS<sup>89</sup>, vêm sendo constantemente desafiados. Desde o início da pandemia, não houve uma coordenação aos padrões federativos por parte da União, o que resultou em responsabilidades atípicas para os governos estaduais e municipais. Entende-se, por conseguinte, que a baixa capacidade de gestão política do governo federal e a adoção de estratégias autorreferenciadas dificultaram a redução da curva de contágio e potencializaram a disseminação do vírus.

De uma forma geral, quando falamos de relações intergovernamentais, não se pode esperar que, mesmo tendo interesses em comum, a cooperação seja o único comportamento por parte dos governos<sup>90</sup>. No contexto da crise da COVID-19, não houve um efeito nacional de políticas públicas coordenadas, porque elas foram, principalmente, estadualizadas e munici-



palizadas, seguindo uma lógica local e individual. Mesmo diante da necessidade inerente de articulação para controlar a disseminação do vírus, o governo caminhou na direção contrária, alimentando a desinformação, se omitindo em relação às medidas recomendadas cientificamente e tentando impedir a ação de estados e municípios.

Ao observar as ações governamentais adotadas na área da saúde, apesar de um atraso na introdução de medidas, as providências tomadas nos primeiros meses da pandemia não foram muito diferentes daquelas estabelecidas no resto do mundo, seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde<sup>91</sup>. Os esforços iniciais do Ministério da Saúde tiveram efeitos positivos, levando em consideração que a maior parte dos estados adotou medidas de distanciamento social<sup>92</sup>. Esse cenário foi instaurado contrariando a vontade de Jair Bolsonaro, que frequentemente deu declarações que contradiziam o posicionamento de autoridades sanitárias e, muitas vezes, de seus próprios ministros. Utilizando a proteção da economia como justificativa, foram inúmeras as vezes em que o então presidente, por exemplo, repercutiu fake news sobre a COVID-19<sup>93</sup>.

*A recusa do papel de coordenação nacional pelo governo central brasileiro tem refletido sua estratégia geral para lidar com a pandemia. Enquanto, por um lado, o presidente Bolsonaro fez várias declarações contrárias ao uso de vacinas, por outro, ele defendeu sistematicamente o uso de medicamentos ineficazes contra a COVID-19<sup>94</sup>, refletindo uma estratégia institucional de disseminação do vírus, apoiada na ideia de que, quanto mais cedo todos fossem contaminados pela COVID-19, mais cedo o país alcançaria a "imunidade de rebanho"<sup>95</sup>.*

Depois das demissões de Mandetta e Teich, a situação foi se agravando e o país entrou numa situação de extrema calamidade, atingindo números absurdos de mortes e quebrando recordes diariamente. A vacinação, quando iniciada, foi capaz de, lentamente, atenuar o quadro, mas não foi suficiente para impedir efeitos catastróficos dentro de um sistema de saúde que já sofria com subfinanciamento crônico e insustentabilidade financeira. A sobrecarga de trabalhadores da saúde, o congelamento de gastos públicos, a queda em exames e cirurgias e o aumento da desigualdade na saúde foram apenas algumas das consequências observadas até o final de 2022.

Ao colocar lado a lado as ações governamentais e os efeitos da pandemia de COVID-19, é possível notar que o governo federal, através da omissão e descoordenação nacional explícitas, adotou uma política deliberada de não enfrentamento à pandemia<sup>96</sup>. Nesse contexto, um estudo desenvolvido pela Universidade de São Paulo (USP) com a Conectas Direitos Humanos analisou portarias, medidas provisórias, instruções normativas, resoluções, leis, decretos e falas públicas do presidente. Sobretudo, comprovou-se que existia uma estratégia institucional de propagação do vírus: havia intenção, plano e ação sistemática nas manifestações de Bolsonaro e nas normas do governo federal<sup>97</sup>. Existia, assim, um empenho a favor da ampla disseminação do vírus em território nacional por parte da União<sup>98</sup>.

Diante do conteúdo aqui apresentado, mostra-se fundamental reconhecer que a saúde faz parte do campo político, e é necessário agir sobre essa área a fim de produzir equidade estrutural, minimizando, principalmente, as desigualdades e vulnerabilidades observadas em nível estadual e municipal no país<sup>99</sup>. Percebe-se que, sem respostas mais equilibradas e qualificadas na área das políticas de saúde, a população não é capaz de conquistar melhorias, igualdade ou justiça social, especialmente num contexto pandêmico. A frágil governança do sistema de saúde deve, então, ser substituída por um fortalecimento da administração regional, com a criação de espaços comuns de compartilhamento de gestão e o estabelecimento de um mínimo de convergência no enfrentamento de problemas sanitários no país<sup>100</sup>.

## Notas

\* Graduanda em Ciências Sociais na Universidade de Minas Gerais (UFMG).  
Email: damatasafira@gmail.com

<sup>66</sup> *Ibidem*.

<sup>67</sup> PORTAL FGV. Pesquisa mostra os impactos do primeiro ano de pandemia nos serviços oferecidos pelo SUS. 2022. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/pesquisa-mostra-impactos-primeiro-ano-pandemia-servicos-oferecidos-pelo-sus>. Acesso em: 08 ago. 2023.

<sup>68</sup> *Ibidem*.

<sup>69</sup> PORTAL CFM. Pandemia derruba quase 30 milhões de procedimentos médicos em ambulatorios do SUS. 2021. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/noticias/pandemia-derruba-quase-30-milhoes-de-procedimentos-medicos-em-ambulatorios-do-sus/>. Acesso em: 08 ago. 2022.

<sup>70</sup> *Ibidem*.

<sup>71</sup> MADEIRO, Carlos. Crise, cortes e pandemia reduzem atendimentos ambulatoriais no SUS. São Paulo: UOL, 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/05/09/cortes-fazem-sus-encolher-emmeia-decada-e-reduzir-atendimentos-a-populacao.htm>. Acesso em: 08 ago. 2023.

<sup>72</sup> BOUSQUAT, Aylene et al. Pandemia de covid-19: o SUS mais necessário do que nunca. Revista USP. São Paulo: n.128, p.13-26, jan./fev./mar. 2021, p. 20.

<sup>73</sup> CNN BRASIL. Pandemia afetou tratamento de câncer, aponta SUS. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/pandemia-afetou-tratamento-de-cancer-aponta-sus/>. Acesso em: 08 ago. 2023

<sup>74</sup> BOUSQUAT, Aylene et al. Pandemia de covid-19: o SUS mais necessário do que nunca. Revista USP. São Paulo: n.128, p.13-26, jan./fev./mar. 2021, p. 20.

<sup>75</sup> PORTAL FGV. Pesquisa mostra os impactos do primeiro

ano de pandemia nos serviços oferecidos pelo SUS. 2022. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/pesquisa-mostra-impactos-primeiro-ano-pandemia-servicos-oferecidos-pelo-sus>. Acesso em: 08 ago. 2023.

<sup>76</sup> *Ibidem*.

<sup>77</sup> MADEIRO, Carlos. Crise, cortes e pandemia reduzem atendimentos ambulatoriais no SUS. São Paulo: UOL, 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/05/09/cortes-fazem-sus-encolher-emmeia-decada-e-reduzir-atendimentos-a-populacao.htm>. Acesso em: 08 ago. 2023.

<sup>78</sup> ICICT/FIOCRUZ. Estudo revela como a pandemia afetou os atendimentos no SUS. 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/estudo-revela-como-pandemia-afetou-os-atendimentos-no-sus>. Acesso em: 08 ago. 2022.

<sup>79</sup> PEIXOTO, Guilherme. Pesquisa da Uerj mostra que casos de ansiedade e estresse aumentaram durante a pandemia do coronavírus. Rio de Janeiro: g1, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/11/pesquisa-da-uerj-mostra-que-casos-de-ansiedade-e-estresse-aumentaram-durante-a-pandemia-do-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 08 ago. 2023.

<sup>80</sup> ONU BRASIL. OPAS destaca crise de saúde mental causada pela COVID-19. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/160373-opas-destaca-crise-de-saude-mental-causada-pela-covid-19>. Acesso em: 08 ago. 2023.

<sup>81</sup> PUTINI, Júlia. Depressão cresce 41% com pandemia: 'apoio é essencial para sair do fundo do poço', conta humorista. Rio de Janeiro: G1, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/saude->

## Referências

ABRUCIO, F. L., GRIN, E. J., FRANZESE, C., SEGATTO, C. I., & COUTO, C. G. Combate à Covid-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.54, n.4, p.663-677, jul./ago. 2020.

AGÊNCIA PÚBLICA. Governo Bolsonaro sabia do colapso em Manaus dez dias antes. Carta Capital, 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/governo-bolsonaro-sabia-do-colapso-em-manaus-dez-dias-antes/>. Acesso em: 08 ago. 2023.

ALBUQUERQUE, Rayanne; TOUEG, Gabriel. Até 400 mil vítimas da covid poderiam ter sido salvas, dizem especialistas. São Paulo: UOL, 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/06/24/especialistas-dizem-que-ate-4-00-mil-vidas-poderiam-ter-sido-poupadas.htm>. Acesso em: 08 ago. 2023.

BENITES, Afonso. Diretor da Pfizer escancara atraso letal do Governo Bolsonaro na compra de vacinas. Brasília: El País, 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-13/diretor-da-pfizer-escancara-atraso-letal-do-governo-bolsonaro-na-compra-de-vacinas.html>. Acesso em: 08 ago. 2023.

BOUSQUAT, Aylene et al. Pandemia de covid-19: o SUS mais necessário do que nunca. Revista USP. São Paulo: n.128, p.13-26, jan./fev./mar. 2021.

BRANCHI, Giulia. 4ª onda de Covid: o que explica alta de casos no Brasil. São Paulo: BBC News Brasil, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/06/02/4a-onda-de-covid-o-que-explica-a-lta-de-casos-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 08 ago. 2023.

BRUM, Eliane. Pesquisa revela que Bolsonaro executou uma "estratégia institucional de propagação do coronavírus". El País, 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html>. Acesso em: 08 ago. 2023

CABRAL, Umberlândia. Despesas com saúde em 2019 representam 9,6% do PIB. Agência IBGE Notícias, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33484-despesas-com-saude-em-2019-representam-9-6-do-pib>. Acesso em: 08 ago. 2023.

CNN BRASIL. Pandemia afetou tratamento de câncer, aponta SUS. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/pandemia-afetou-tratamento-de-cancer-aponta-sus/>. Acesso em: 08 ago. 2023.

Economic Commission For Latin America And The Caribbean (ECLAC). Observatory for Latin America and the Caribbean: measures by country. 2021. Disponível em: <https://cepalstat-prod.cepal.org>

org/forms/covid-countrysheet/index.html?country=BRA. Acesso em: 25 abr. 2022.

ESTADÃO. Deputado relata denúncia na compra da Covaxin: 'Disse ao Pazuello que ia explodir na mídia'. 2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/deputado-relata-denuncia-na-compra-da-covaxin-disse-ao-pazuello-que-ia-explodir-na-midia/>. Acesso em: 08 ago. 2023.

EXAME. Primeiro caso de covid-19 no mundo completa dois anos. 2021. Disponível em: <https://exame.com/ciencia/primeiro-caso-de-covid-19-no-mundo-completa-dois-anos/>. Acesso em: 08 ago. 2023.

FLEURY, S.; OUVENEY, A. M. Política de Saúde: Uma Política Social. In: GIOVANELLA, Lígia et al. Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: CEBES/FIOCRUZ, 2012, 2ª edição, cap.1.

FOLHA DE S. PAULO. Relembra o que Bolsonaro já disse sobre a pandemia, de gripezinha e país de maricas a frescura e mimimi. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/relembra-o-que-bolsonaro-ja-disse-sobre-a-pandemia-de-gripezinha-e-pais-de-maricas-a-frescura-e-mimimi.shtml>. Acesso em: 08 ago. 2023.

GOMES, Pedro Henrique; SANT'ANA, Jéssica. Após distorcer proposta da Anvisa, Bolsonaro chama passaporte da vacina de 'coleira'. Brasília: g1, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/12/07/apos-distorcer-proposta-da-anvisa-bolsonaro-chama-passaporte-da-vacina-de-coleira.ghtml>. Acesso em: 08 ago. 2023.

GREER, Scott L. et al. Coronavirus Politics: The Comparative Politics and Policy of COVID-19. Michigan: University of Michigan Press, 2021.

GUEDES, Octavio. CPI da Covid: Governo Bolsonaro recusou 11 vezes ofertas para compras de vacina. g1, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2021/04/27/cpi-da-covid-governo-bolsonaro-recusou-11-vezes-ofertas-para-compras-de-vacina.ghtml>. Acesso em: 05 fev. 2024.

ICT/FIOCRUZ. Estudo revela como a pandemia afetou os atendimentos no SUS. 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/estudo-revela-como-pandemia-afetou-os-atendimentos-no-sus>. Acesso em: 08 ago. 2022.

JOSÉ, Ana Paula Mascaro; COHN, Amélia. Atraso na vacinação contra covid-19 no Brasil: O descumprimento ao direito fundamental à saúde dos mais vulneráveis. UNISANTA - Law and Social Science. Santos: v.10, n.2, p.145-155, 2021.

LUI, L; ALBERT, C. E.; SANTOS, R. M. & VIEIRA, L. C. Disparidades e heterogeneidades das medidas adotadas pelos municípios brasileiros no enfrentamento à pandemia de Covid-19. Revista Trabalho, Educação & Saúde, Rio de Janeiro, v.19, p.1-13, 2021.

mental/noticia/2022/08/14/depressao-crece-41percent-com-pandemia-apoio-e-essencial-para-sair-do-fundo-do-poco-conta-humorista.ghtml. Acesso em: 08 ago. 2023.

<sup>82</sup> JOSÉ, Ana Paula Mascaro; COHN, Amélia. Atraso na vacinação contra covid-19 no Brasil: O descumprimento ao direito fundamental à saúde dos mais vulneráveis. UNISANTA - Law and Social Science. Santos: v.10, n.2, p.145-155, 2021, p.146

<sup>83</sup> BENITES, Afonso. Diretor da Pfizer escancara atraso letal do Governo Bolsonaro na compra de vacinas. Brasília: El País, 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-13/diretor-da-pfizer-escancara-atraso-letal-do-governo-bolsonaro-na-compra-de-vacinas.html>. Acesso em: 08 ago. 2023.

<sup>84</sup> GUEDES, Octavio. CPI da Covid: Governo Bolsonaro recusou 11 vezes ofertas para compras de vacina. G1, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2021/04/27/cpi-da-covid-governo-bolsonaro-recusou-11-vezes-ofertas-para-compras-de-vacina.ghtml>. Acesso em: 05 fev. 2024.

<sup>85</sup> ALBUQUERQUE, Rayanne; TOUEG, Gabriel. Até 400 mil vítimas da covid poderiam ter sido salvas, dizem especialistas. São Paulo: UOL, 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/06/24/especialistas-dizem-que-ate-400-mil-vidas-poderiam-ter-sido-poupadas.htm>. Acesso em: 08 ago. 2023.

<sup>86</sup> FLEURY, S.; OUVENEY, A. M. Política de Saúde: Uma Política Social. In: GIOVANELLA, Lígia et al. Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: CEBES/FIOCRUZ, 2012, 2ª edição, p. 35-36.

<sup>87</sup> CRODA, J.; OLIVEIRA, W. K. de.; FRUTUOSO, R. L. .; MANDETTA, L. H. .; BAIA-DASILVA, D. C. .; BRITO-SOUSA, J. D. .; MONTEIRO, W. M. .; LACERDA, M. V. G. . COVID-19 in Brazil: advantages of a socialized unified health system and preparation to contain cases. SciELO, 2020. DOI: 10.1590/0037-8682-0167-2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsbmt/a/> Acesso em: 08 ago. 2023, p. 4.

<sup>88</sup> CRODA, J.; OLIVEIRA, W. K. de.; FRUTUOSO, R. L. .; MANDETTA, L. H. .; BAIA-DASILVA, D. C. .; BRITO-SOUSA, J. D. .; MONTEIRO, W. M. .; LACERDA, M. V. G. . COVID-19 in Brazil: advantages of a socialized unified health system and preparation to contain cases. SciELO, 2020. DOI: 10.1590/0037-8682-0167-2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/massuda>, Adriano et al. A resiliência do Sistema Único de Saúde frente à COVID-19. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v.19, Edição Especial, p.735-744, nov/2021, p. 741.

<sup>89</sup> FLEURY, S.; OUVENEY, A. M. Política de Saúde: Uma Política Social. In: GIOVANELLA, Lígia et al. Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: CEBES/FIOCRUZ, 2012, 2ª edição, p. 35-36.

<sup>90</sup> MACHADO, J. A.; ANDRADE, M. L. C. Cooperação intergovernamental, consórcios públicos e sistemas de distribuição de custos e benefícios. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.48, n.3, maio/jun.2014, p. 700.

<sup>91</sup> SILVA, H.P.; LIMA, L.D. Política, economia e saúde: lições da COVID-19. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.37, n.9, 2021, e00200221, p. 1

<sup>92</sup> Silva et al., 2020 apud MASSUDA, Adriano et al. A

MACHADO, J. A. A Covid 19 e o Dilema do Prisioneiro. Juiz de Fora: Núcleo de Estudos sobre Política Local/UFJF, 2021. Disponível em: <https://nepoluffj.wordpress.com/2020/07/30/a-covid-19-e-o-dilema-do-prisioneiro/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

MACHADO, J. A.; ANDRADE, M. L. C. Cooperação intergovernamental, consórcios públicos e sistemas de distribuição de custos e benefícios. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.48, n.3, p.695-720, maio/jun.2014.

MADEIRO, Carlos. Crise, cortes e pandemia reduzem atendimentos ambulatoriais no SUS. São Paulo: UOL, 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/05/09/cortes-fazem-sus-encolher-emmeia-decada-e-reduzir-atendimentos-a-populacao.htm>. Acesso em: 08 ago. 2023.

MASSUDA, Adriano et al. A resiliência do Sistema Único de Saúde frente à COVID-19. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v.19, Edição Especial, p.735-744, nov/2021.

MENDONÇA, Heloísa. Imagem do Brasil derrete no exterior e salienta "crise ética e de falência de gestão" com Bolsonaro. São Paulo: El País Brasil, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-13/imagem-do-brasil-derrete-no-exterior-e-salienta-crise-etica-e-de-falencia-de-gestao-com-bolsonaro.html>. Acesso em: 08 ago. 2022.

ONU BRASIL. OPAS destaca crise de saúde mental causada pela COVID-19. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/160373-opas-destaca-crise-de-saude-mental-causada-pela-covid-19>. Acesso em: 08 ago. 2023.

OUR WORLD IN DATA. Coronavirus Pandemic (COVID-19). 2023. Disponível em: <https://ourworldindata.org/coronavirus>. Acesso em: 03 ago. 2023.

PARA O VALOR. De 'liberdade' a 'jacaré': Veja as justificativas de Bolsonaro para não se vacinar. São Paulo: Valor, 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/05/03/relembra-7-frases-de-bolsonaro-sobre-a-vacinacao-contra-covid-19.ghtml>. Acesso em: 08 ago. 2023.

PEIXOTO, Guilherme. Pesquisa da Uerj mostra que casos de ansiedade e estresse aumentaram durante a pandemia do coronavírus. Rio de Janeiro: g1, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/11/pesquisa-da-uerj-mostra-que-casos-de-ansiedade-e-estresse-aumentaram-durante-a-pandemia-do-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 08 ago. 2023.

PODER360. Com 3.252 mortes de covid por milhão, Brasil é 17º em ranking. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/com-3-252-mortes-de-covid-por-milhao-brasil-e-17o-em-ranking/>. Acesso em: 08 ago. 2023.

PORTAL CFM. Pandemia derruba quase 30 milhões de procedimentos médicos em ambulatórios



do SUS. 2021. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/noticias/pandemia-derruba-quase-30-milhoes-de-procedimentos-medi-cos-em-ambulatorios-do-sus/>. Acesso em: 08 ago. 2022.

PORTAL FGV. Pesquisa mostra os impactos do primeiro ano de pandemia nos serviços oferecidos pelo SUS. 2022. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/pesquisa-mostra-impactos-primeiro-ano-pandemia-servicos-ofere-cidos-pelo-sus>. Acesso em: 08 ago. 2023.

PUTINI, Júlia. Depressão cresce 41% com pandemia: 'apoio é essencial para sair do fundo do poço', conta humorista. Rio de Janeiro: G1, 2022. Disponível: <https://g1.globo.com/saude/saude-mental/noticia/2022/08/14/depressao-cresce-41percent-com-pandemia-apoio-e-essencial-para-sair-do-fundo-do-poco-conta-humorista.ghtml>. Acesso em: 08 ago. 2023.

SANAR. Linha do tempo do Coronavírus no Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil>. Acesso em: 08 ago. 2022.

SÁTYRO, N. G. D.; MACHADO, J. A. La falta de coordinación ante la pandemia sanitaria y social en Brasil. In: Analia Minteguiaga; Carmen Midaglia; Natália Sátyro. (Org.). Protecciones sociales en América Latina en tiempos de pandemia: Miradas em torno a la capacidad acumulada de bienestar público. 1ª ed. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2022, p. 213-255.

SENRA, Ricardo. A imagem de Bolsonaro na imprensa internacional: de 'quebrar Brasil' a 'levar país a desastre'. Londres: BBC News Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52801691>. Acesso em: 08 ago. 2022.

SERVO, L. M. S.; SANTOS, M. A. B.; VIEIRA, F. S.; BENEVIDES, R. P. S. Financiamento do SUS e Covid-19: histórico, participações federativas e respostas à pandemia. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v.44, n. especial 4, p.114-129, dez/2020.

SILVA, H.P.; LIMA, L.D. Política, economia e saúde: lições da COVID-19. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.37, n.9. 2021, e00200221.

SODRÉ, Francis. Epidemia de Covid-19: questões críticas para a gestão da saúde pública no Brasil. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v.18, n.3, 2020, e00302134.

UNA-SUS. Coronavírus: Brasil confirma primeiro caso da doença. 2020a. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca>. Acesso em: 08 ago. 2023.

UNA-SUS. Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus. 2020b. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 08 ago. 2023.

UNIVERSITY OF OXFORD. Oxford Covid-19 Government Response Tracker (OxCGRT). 2022. Disponível em: <https://www.bsg.ox.ac.uk/research/covid-19-government-response-tracker>.

resiliência do Sistema Único de Saúde frente à COVID-19. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v.19, Edição Especial, p.735-744, nov/2021.

<sup>93</sup> Lancet, 2020 apud MASSUDA, Adriano et al. A resiliência do Sistema Único de Saúde frente à COVID-19. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v.19, Edição Especial, p.735-744, nov/2021.

<sup>94</sup> Calil, 2021; Bennouna et al., 2021

<sup>95</sup> Calil, 2021; Senado Federal, 2021 apud SÁTYRO, N. G. D.; MACHADO, J. A. La falta de coordinación ante la pandemia sanitaria y social en Brasil. In: Analia Minteguiaga; Carmen Midaglia; Natália Sátyro. (Org.). Protecciones sociales en América Latina en tiempos de pandemia: Miradas em torno a la capacidad acumulada de bienestar público. 1ª ed. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2022,, p.219, tradução nossa.

<sup>96</sup> BRUM, Eliane. Pesquisa revela que Bolsonaro executou uma "estratégia institucional de propagação do coronavírus". El País, 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html>. Acesso em: 08 ago. 2023.

<sup>97</sup> Ibidem.

<sup>98</sup> Ibidem.

<sup>99</sup> Metzli; Maybank; Maio, 2020 apud BOUSQUAT, Aylene et al. Pandemia de covid-19: o SUS mais necessário do que nunca. Revista USP. São Paulo: n.128, p.13-26, jan./fev./mar. 2021.

<sup>100</sup> MASSUDA, Adriano et al. A resiliência do Sistema Único de Saúde frente à COVID-19. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v.19, Edição Especial, p.735-744, nov/2021, p.719

## CENA CIGANA ARTÍSTICA: MUSICAR INTERÉTNICO, LUTAS E IMAGINÁRIOS

### GYPSY ARTISTIC SCENE: INTERETHNIC MUSICKING, STRUGGLES AND IMAGINARIES

#### Resumo

Essa pesquisa buscou compreender os efeitos do contato interétnico entre ciganos e não-ciganos em uma cena musical localizada em São Paulo. O foco se deu em investigar de que forma dançarinas, músicos e artistas constroem significados, conduzem suas trajetórias, e produzem e reproduzem uma localidade conjunta por meio do musicar. Através da etnografia, desvelou-se a relação entre imaginários sociais e fazeres artísticos, assim como a possibilidade da música ser empregada enquanto ferramenta de luta e sobrevivência. A multiplicidade dos modos de ser e pertencer e uma mistura de brasilidades e ciganicidades conferem à "cena cigana artística" seus contornos peculiares.

**Palavras-chave:** Ciganos; Música; Etnicidade; Musicar.

#### Abstract

This research sought to understand the effects of interethnic contact between Roma and non-Roma in a localized music scene in Sao Paulo. The focus was on investigating how dancers, musicians and artists build meanings, conduct their trajectories, and produce and reproduce a joint location through musicking. Through ethnography, the relationship between social imaginaries and artistic practices was unveiled, as well as the possibility of music being used as a tool for struggle and survival. The multiplicity of ways of being and belonging, and a mixture of "Brazilianness" and "Gypsyism", give the "Gypsy artistic scene" its peculiar contours.

**Keywords:** Roma; Music; Ethnicity; Musicking.

\* Isabella Almeida de Abreu Aquino

Recebido em: 30/09/21

Aceito em: 23/01/2024

## 1. Introdução

7 de setembro de 2019, na cidade de Itatiba em São Paulo. Eu observava a cena vibrante que se oferecia aos meus olhos na tradicional “Noite Cigana do Casal Coimbra”, enquanto a banda Gipsy Forever tocava uma de suas rumbas flamencas. Diversas reflexões foram susci-tadas nesse momento, em que eu fitava os indivíduos que compunham um colorido quadro de sons, gestos e movimentos: mulheres manejavam com destreza suas longas saias, algumas com lenços de moeda no quadril e flores no cabelo, os homens em movimentos vigorosos ba-tiam os pés no chão, usavam chapéus e movimentavam expressivamente os braços, batendo palmas e estalando os dedos; todos cantavam e convidavam-se a dançar. Eu pensava sobre suas trajetórias de vida que confluíam para esse espaço-tempo, se entrelaçavam e conectavam por meio de um envolvimento ímpar e intenso com a música e a dança - ou melhor, o musicar. Christopher Small (1998) evidencia que o termo “música” é na verdade a abstração de uma ação - não estamos diante de algo estático, a música não é objeto, mas principalmente uma atividade, na qual os sujeitos se engajam de inúmeras maneiras. O canto, a dança, o toque dos instrumentos, a escuta, apreciação, composições, ensaios e toda uma pluralidade de ações - a esses engajamentos se nomeia *musicar* [musicking]<sup>1</sup>.

A bailarina Paula Valenthine em seu exuberante figurino de Ruska Roma<sup>2</sup>, se juntara comigo para observar e me dizia, lembrando: “você tinha que ver como eram as festas de antes!”. Eram muitas as histórias que me contavam sobre festas ciganas da família Sbano, sempre lotadas, traziam espetáculos de circo, bandas ao vivo e inúmeras performances de dança; assim como as festas da família Valensuela eram descritas como eventos esperados e de grande importância. É por esse movimento inédito de abertura dos festejos de diferentes grupos ciganos para a *sociedade-gadje*<sup>3</sup> que me interessei, assim como pelo contexto mais amplo de musicares ciganos no estado de São Paulo, localizados e fomentados de modo a permitir que seus participantes aprendam e transmitam seus conhecimentos, as professoras de dança e músicos profissionais possam exercer o seu trabalho, os eventos e espaços funcionem como um circuito comum de encontros e o repertório de músicas e danças seja compartilhado, todos esses elementos constituem o que denomino de *Cena Cigana Artística*<sup>4</sup>.

Esse escrito é então fruto da imersão realizada de 2018 a 2021 na “Cena Cigana Artís-tica” de São Paulo, uma cena musical formada por ciganos e não-ciganos, artistas amadores e profissionais que se dedicam a prática e ao estudo das manifestações artísticas e da história do povo roma. É nesse sentido que as festas ciganas temáticas do estado de São Paulo foram escolhidas como objeto empírico de modo a abordar essa cena. Esses eventos não se tratam de festas particulares realizadas nos acampamentos e lares de famílias roma, comemorando um casamento ou batizado por exemplo (por esse motivo, no campo são sinalizadas como “te-máticas”) e não dizem respeito a eventos de cunho essencialmente religioso, embora possam ser feitas homenagens à Santa Sara Kali ou a Nossa Senhora Aparecida. São festas abertas ao público mediante pagamento de ingresso, o que lhes confere uma grande diversidade, podendo ser organizadas por uma família roma ou por não-ciganos que participam da cena como músicos e bailarinas.

Essas festas são o momento de confluência de diversas companhias de dança cigana, do encontro de alunas de diferentes escolas, professoras e coreógrafas que vão apresentar seu trabalho, dos músicos que irão tocar ao vivo, oraculistas, artesãos que expõem seus produtos, e especialmente esses festejos possibilitam o contato gadjo-roma, do qual surge a questão basilar dessa pesquisa: quais as buscas, efeitos e significados que ciganos e não-ci-ganos experimentam nesse musicar conjunto? A hipótese inicial era de que os não-ciganos eram fortemente movidos na busca pela dança e a música pelo imaginário ocidental sobre o misticismo, o mistério, a sedução e uma série de representações coletivas que se cristaliza-ram ao longo de séculos em torno do povo cigano, enquanto que para calons, sinti ou rom os eventos e o musicar seriam formas de celebrar e resgatar sua história, muitas vezes marcada pela violência e a perseguição que sofreram.

Os resultados serão explicitados ao longo do artigo, porém gostaria de adiantar que o musicar romani, mais do que uma celebração cultural para os ciganos como supus, se trata de uma forma de luta por direitos e vida digna. Historicamente, os musicares ciganos fascinaram a sociedade ocidental na mesma medida em que seu povo foi lançado às margens, ao racismo, à invisibilidade e à conveniente exotização. A música e a performance promoveram o encontro intercultural, o que certamente é atravessado por relações de poder. Argumento com base

na análise da cena estudada em São Paulo que os ciganos passaram a operar a música como ferramenta poderosa de resistência, colocando em evidência sua história, seus caminhos e suas batalhas, mas o que ocorre quando os não-roma passam a incorporar esse repertório e se misturam ativamente nesse musicar?

A compreensão da música enquanto processo e ação, o *musicar* [musicking], como propõe Christopher Small (1998), possibilitou analisar a trama de sociabilidade e interação tecida continuamente pelos atores investigados. O início da pesquisa de campo se deu em uma escola de danças localizada na zona leste da cidade de São Paulo, na qual acompanhei semana após semana a vida de uma comunidade de prática de dançarinas. Posteriormente, no Carnaval de 2020 e por meio de sucessivas conversas realizadas virtualmente em virtude da pandemia de COVID-19. A localidade<sup>5</sup> produzida é única, interétnica, isto é, nela coexistem diferentes pertencimentos étnicos<sup>6</sup> — misturam-se elementos da cultura brasileira e da cul-tura dos diversos povos ciganos, assim como representações e imaginários sociais, práticas religiosas, conflitos e afetos, todos eles interconectados em uma mesma trama por meio do musicar — uma riqueza de vivências e saberes que procurei desvelar, partilhar e registrar.

Para isso, essa exposição se segue em quatro partes: a primeira revisita brevemente a literatura sobre o povo roma, os estereótipos criados em torno da etnia e seu musicar translocal possibilitador de trocas; em seguida, as percepções e reflexões geradas nas primeiras saídas a trabalho de campo serão analisadas e emerge a importância das religiões afro-brasileiras para constituição do pensamento e o surgimento dessa cena musical; na terceira parte, os discurs-os recolhidos por meio das entrevistas realizadas com diferentes atores serão apresentados, revelando especialmente o caráter político citado anteriormente, assim como as divergências e relações geradas nessa localidade interétnica; em seguida, segue-se o desfecho.

## 2. Lungo Drom

O povo cigano sempre representou mistério por onde passou, não se sabia de que lugar essas pessoas provinham<sup>7</sup>, estrangeiros em qualquer canto do mundo, os sentimentos ambíguos de medo e fascínio eram despertados imediatamente com a chegada das carroças e caravanas às cidades e províncias. Os ciganos passaram por três grandes ondas migratórias nos últimos quinhentos anos; entre inúmeros acontecimentos, foram escravizados por cinco séculos na Moldávia e Valáquia — atual Romênia<sup>8</sup>, sofreram as marcas indelévelis do Samu-daripen nazista<sup>9</sup>, a ele resistiram com paus e pedras nos campos de Auschwitz-Birkenau<sup>10</sup>, e chegaram ao Brasil colônia como degredados, expulsos de Portugal por Dom João “devido ao seu escandaloso procedimento nesse reino”<sup>11</sup>.

Estigmatizados como trapaceiros, não confiáveis, detentores de poderes místicos e maldições, inúmeras foram as lendas populares que se formaram para atribuir significado a esse “outro”, provocador de uma alteridade radical: os pregos da cruz de Jesus Cristo foram forjados por um cigano ferreiro e que as caravanas roubavam crianças, cavalos e gado pelos lugares em que passavam<sup>12</sup>. Para o ocidente, o cigano é uma figura transitória, incerta e pe-rigosa, segundo Florência Ferrari<sup>13</sup> “mediadores que sabem de coisas de outro mundo sem nunca revelá-las inteiramente”. Ao passo que os espetáculos circenses, a música, a dança e a leitura de mãos fertilizaram um imaginário romântico que associou os ciganos diretamente à liberdade, à natureza, ao oculto e à sensualidade.

É importante frisar que o termo “cigano”, segundo Dimitri Fazito (2006) “é, na reali-dade, um estereótipo elaborado com base em representações coletivas, experimentadas por indivíduos de diferentes tradições culturais ao longo de séculos de contato”; é um exônimo amplo, assim como atinghanoi, zigeuner, cigány, tsgian, zingaro, gypsy – termos cunhados com a chegada desse conjunto de pessoas à Europa ocidental no século XV, descritas como possuidoras de “pele escura, cabelos pretos e longos, olhos pretos e grandes, nariz aquilina”<sup>14</sup>. Sendo assim, os ciganos precisam ser entendidos mais como um mosaico étnico e cultural do que uma massa homogênea. Contemporaneamente, o termo roma é o mais utilizado para se atribuir a essa etnia, formada por três grandes grupos: Calon (localizados especialmente em Portugal, Espanha e América Latina), Sinti (Alemanha, Itália e França) e Rom (Leste Europeu e Balcãs), que se desdobram em diversos subgrupos, a exemplo, os maiores agrupamentos Rom: Kalderash, Machuaia, Rudari, Horahane e Lovara<sup>15</sup>.

Nesse escrito usarei “cigano” como sinônimo de roma, ou seja, fazendo menção aos

*Production of Locality* . In *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press. P. 178-99, 1996.

<sup>6</sup> A noção de “localidade interétnica” proposta neste trabalho se refere a coexistência de diferentes etnicidades e pertencimentos étnicos em espaços, musicares e comunidades de prática; não se relaciona ao conceito de “fricção interétnica” cunhada pelo antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (1981) no contexto de estudos etnológicos acerca das relações entre indígenas e a sociedade nacional, em suas dimensões conflituais e competitivas.

<sup>7</sup> Em realidade, até os dias de hoje não se sabe indubitavelmente de onde e porquê o povo que chamamos roma iniciou suas andanças pelo mundo. A teoria mais aceita é baseada em evidências linguísticas entre o romani e o sânscrito e defende que sua origem é do noroeste do subcontinente indiano (FRASER, 1992)

<sup>8</sup> HANCOCK, Ian. *The pariah syndrome: an account of gypsy slavery and persecution*, Ann Arbor: Karoma Publishers, 1987.

<sup>9</sup> Santos, Macias, Amador, Cortés, 2016

<sup>10</sup> No dia 16 de maio de 1944, os Sinti e Rom presos no campo de concentração de Auschwitz-Birkenau se levantaram contra os soldados da SS nazista, até o último momento em que puderam resistir. O 16 de maio tornou-se mundialmente o dia da Resistência Romani, para que nunca se esqueça o Porrajmos. Cf: https://romediafoundation.wordpress.com/2016/05/16/16-may-romani-resistance-day/

<sup>11</sup> GOODWIN Junior, James William. “Império do Brasil: nesta nação nem todo mundo é

*cidadão”, Caderno de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, ano V, nº 9, out. 1997. p. 32.*

<sup>12</sup> *BORROW, George. The Zincali: the gypsies of Spain. Londres: John Murray, 1901. Disponível em: http://www.gutenberg.org/files/565/565-h/565-h.htm*

<sup>13</sup> *FERRARI, Flôrência. Um olhar oblíquo: contribuições para o imaginário ocidental sobre o cigano. São Paulo: Universidade de São Paulo, departamento de Antropologia Social, 2002.*

<sup>14</sup> *MOONEN, Frans. Anticiganismo: os ciganos na Europa e no Brasil. Núcleo de Estudos Ciganos. Recife, 2008.*

<sup>15</sup> *CAIRUS, Brigitte Grossmann. A construção das identidades ciganas no Brasil. Revista USP n. 117, p. 119 – 134. 2018. Disponível em: jornal.usp.br/especial/revista-usp-117-acostrucao-das-identidades-ciganas-no-brasil/*

<sup>16</sup> *“Nostalgia é a essência da música cigana, e parece sempre ter sido. Mas nostalgia pelo o quê? Nostos significa em grego “retorno para o lar”, mas os ciganos não tem lar, e talvez sejam o único entre os povos, que não sonham com uma pátria. Utopia — ou topos — significa “não-lugar”. Nostalgia por utopia: regressar para nenhum lugar. O longo drom (FONSECA, 1995, p. 5). É necessário pontuar contra visões essencialistas que nem todo indivíduo ou família cigana é hoje em dia viajante, mas compreender o nomadismo para o povo cigano é entendê-lo além do deslocamento geográfico, mas enquanto instituição e forma de organização social particular, um dos pilares de sua identidade e cosmologia,”cigano é de seguir” (Medeiros, Batista; 2015).*

<sup>17</sup> *Liszt apud PIOTROWSKA, Anna. Liszt and the issue*

três grandes grupos citados, assim como observei o termo sendo mobilizado no meu estudo de campo pelos sujeitos dessa pesquisa. No entanto, com isso não se pretende desconsiderar as inúmeras nuances que tal palavra abriga, ligadas ao imaginário popular, aos mitos e às representações sociais ou eclipsar a grande diversidade étnica, linguística e cultural existente entre os ciganos do Brasil. Essa categoria serve especialmente como operadora de oposição, se mostra adequada para esse estudo que tem como enfoque o contato interétnico, demarca disparidades nas experiências observadas entre ciganos e não-ciganos, pois por mais diversos que sejam internamente e entre si, calons, sinti e rom opõem-se ao que chamam de gadjos, payos ou gajóns — sendo esses os ocidentais, os “outros”, membros da sociedade dominante. É interessante notar que termos como “festas ciganas temáticas” e “dança cigana artística” são utilizados nesse sentido, para enfatizar elementos e tradições provindos do povo cigano, mas que atualmente são praticados também por não-ciganos, tema que será abordado.

A escritora Isabel Fonseca (1995) oferece o relato dos quatro anos em que viveu com os roma da Bulgária, Polónia, República Checa, Eslováquia, Iugoslávia, Romênia e Albânia. Ela dedica o primeiro capítulo de sua obra "Enterrem-me de pé: os ciganos e sua jornada" para narrar a história de Papusza, uma das vozes mais fortes da poesia do século XX. A autora afirma que o povo de Papusza era em sua essência harpista, caminhando em kumpanias do norte da Lituânia até as montanhas Tatras, os vagões de suas carroças ostentavam enormes harpas como velas de um navio atravessando os solos do leste Europeu. A obra de Bronislawa seguia a tradição romani da contação improvisada de histórias — metade canção e metade poesia, suas longas baladas se misturavam a canções populares e manifestavam sentimentos imemoriais de um povo que desconhecia a propriedade da terra. Nostalgia por utopia<sup>16</sup> segundo Fonseca, isto é, a saudade de um passado que nunca existiu; o retorno a um não-lugar, em um ímpeto eterno por viajar na longo drom, a longa estrada.

O escritor Jerzy Ficowski no verão de 1949 viu a poeta romí cantar e encantou-se pelo seu talento, passando a coletar, transcrever e publicar em revistas a obra de Papusza. Ficowski tornou-se um “mediador” entre os ciganos da Polônia e o regime vigente no pós-guerra que buscava um estado etnicamente homogêneo, ele passou a apoiar a sedentarização forçada dos sinti e rom polacos, argumentando que com o fim do nomadismo melhores condições de vida e educação seriam possibilitadas. Os efeitos disso foram desastrosos, Papusza foi acusada de colaborar com um gadjo, revelar segredos de seu povo, contribuindo para a campanha governamental que destruía seus modos de vida tradicionais. A poeta e cantora foi declarada mahrime - impura — pelo Baro Shero, o líder ancião rom. Nem os ciganos e nem os gadje puderam compreendê-la. Papusza queimou seus poemas e canções e viveu isolada o resto de sua vida, expulsa de sua comunidade.

Esse antigo episódio é um dentre vários exemplos de quando o universo gadjo e o universo roma interpenetram-se, os efeitos do choque interétnico são complexos, plurívocos. Esse contato entre dois universos é muitas das vezes possibilitado e provocado pelo musicar. As canções e o estilo musical cigano sem dúvida atraíram os não-ciganos através dos séculos e em diferentes lugares do mundo: o belo violino dos roma húngaros fizeram Franz Listz confessar que se sentia "metade cigano e metade franciscano"<sup>17</sup>, os espetáculos exuberantes do Teatro Romen na Rússia, as apresentações nas festas coloniais da corte de Dom João VI<sup>18</sup>, o flamenco tocante de Camarón de la Isla e Carmen Amaya na Espanha, o sucesso de Gypsy Kings na década de 1980 e mais recentemente com a onda estilística e musical do Punk Cigano de Gogol Bordello e o Balkan Beats<sup>19</sup>, essas manifestações sonoras, artísticas e sociais trataram de colocar em interação diferentes etnias. Segundo a ciganóloga Cristina da Costa Pereira (2009):

*Costuma-se dizer que não se pode falar de uma música cigana original, pois o nomadismo fez com que os ciganos recebessem influências de vários povos, mas também influenciaram marcantemente, ficando por isso difícil delimitar o que é ou não genuinamente característica do povo cigano. A dança russa, o violino romeno e as melodias húngaras indubitavelmente se enriqueceram com o ritmo cigano.*

Dessa maneira, quando falamos de musicares romani estamos inescapavelmente falando sobre trocas, identidades, fluxos de informações e relações. Os musicares ciganos foram engendrados assim, em meio a diásporas, deslocamentos e migrações - as identidades e práticas artísticas de seus atores são produzidas translocalmente, isto é, criando redes sociais

*(Fonseca, 2009)*

e simbólicas transnacionais. O conceito do geógrafo Bunchuay-Petch (2014) de translocalidade como “uma variedade de processos duradouros, abertos e não lineares, que produzem inter-relações íntimas entre diferentes lugares e pessoas” nos permite lançar luz a um tipo específico de existência e relacionalidade de povos que possuem o nomadismo como âmago de sua filosofia e organização social. Nesse sentido, é possível compreender a imagem que constrói Chris Haigh (2013) dos ciganos como uma força de “polinização musical” [musical cross-pollination], capazes de incorporar repertórios locais e misturá-los a seu conhecimento vasto de práticas musicais de outras regiões e países, dando-lhes um “colorido cigano”<sup>20</sup>.

Aprofundando o tema, Nina Glick Schiller e Ulrike Meinhof (2011) ao olhar pelas lentes da relação entre migração e produção cultural explicitam como os atores constroem mutuamente o global, o nacional e o local, atravessados por múltiplas instituições da vida cotidiana, dentro e além das fronteiras nacionais artificiais. A criação de identidades simultâneas e variadas é evidenciada na etnografia que as autoras realizam com músicos Malagasy vivendo em Madagascar e França, ficam visíveis as interconexões desses artistas com músicos das mais diversas origens, com sujeitos da indústria musical e a sociedade civil em geral. Segundo Schiller e Meinhof (2011, p. 24): “Adotar essa abordagem é apreciar a importância dos "modos de ser", bem como das políticas representacionais que destacam os "modos de pertencer", dessa forma, o interesse em apreender como se relacionam os diversos modos de pertencimento em uma cena musical ricamente interétnica, localizada em uma nação plural como o Brasil, mostrou-se desde o princípio escopo atraente e relevante.

Compreender uma prática musical enquanto processo e ação, como propõe Christopher Small (1998) com o conceito de musicar, nos permite analisar a trama de sociabilidade e interação tecida continuamente por seus atores nessa localidade interétnica, ligada a dinâmicas nacionais e globais. A noção de localidade por Appadurai (1996) é aqui utilizada menos como um espaço geográfico limitado e mais como uma “estrutura de sentimentos”, produzida e reproduzida mediante a vivência em comunidade combinada a tecnologias de interatividade (como a música), acabando por construir um espaço de segurança moral, expressão e compartilhamento de saberes.

### 3. No Carnaval, o Experimentar místico-religioso

Em 22 de fevereiro de 2020, a Escola Pérola Negra abria o segundo dia de desfile das escolas de samba de São Paulo no Sambódromo do Anhembi. Esse parece um fato deslocado do escopo deste estudo, no entanto, com o enredo “Bartali Tcherain: a Estrela Cigana Brilha na Pérola Negra” uma grande agitação se iniciou entre comunidades ciganas de diversos lugares do país, entre apreciadores e artistas da dança e da música cigana. Era visto como um acontecimento histórico, no qual grande atenção da mídia e do público estaria voltada para essa homenagem ao povo cigano. Comunidades ciganas do Ceará, Rio Grande do Norte e Mato Grosso arrecadavam dinheiro para vir a São Paulo desfilar, centenas de postagens no Facebook e Instagram mostravam fotos com a bandeira da Pérola Negra e trechos do samba enredo. Parabenizavam a escola pelo cuidado com a pesquisa histórica e a escolha de fazer todo o processo junto aos grupos ciganos, convidando-os a se envolver.

A notícia rapidamente chegou em diversas comunidades de prática, esse conceito tomado de Étienne Wenger (1998) cabe perfeitamente para designar cada companhia de dança cigana, cada turma de alunas do nível básico ao avançado existente nas escolas e estúdios de dança e cada banda e grupo de músicos roma. Uma comunidade de prática abriga sujeitos de diferentes idades, ideologias e personalidades envolvidos em uma mesma atividade. O engajamento mútuo, o senso de missão, o repertório compartilhado e a empreitada comum são algumas de suas características marcantes. O carnaval foi, portanto, momento de reunião e conexão de diversas comunidades de prática da cena cigana artística, as dançarinas, músicos e apreciadores trataram de adentrar nas alas da escola e professoras de dança e coreógrafas comandaram algumas delas. Fui chamada por Joy Mahasinn, diretora, dançarina e coreógrafa da Companhia Mahasin de danças árabes e ciganas a entrar em uma das alas e vislumbrei uma boa oportunidade de iniciar meu trabalho de campo nesse grandioso acontecimento que é o Carnaval, me aproximando dos musicantes da cena de interesse<sup>21</sup>.

Durante dois meses experienciei com inúmeras pessoas, mas especialmente ao lado das vinte mulheres da “Ala das Kalbelias”, coordenada pela professora Lady Agatha Daae, ensaios semanais que aconteciam tanto no barracão da Pérola Negra na Vila Leopoldina abaixo

*of so called Gypsy music. Interdisciplinary Studies in Musicology 13,, 2013, p 130.*

<sup>18</sup> *Moraes, 1886, p. 34 e 35*

<sup>19</sup> *SILVERMAN, Carol. DJs and the Production of ‘Gypsy’ Music: ‘Balkan Beats’ as Contested Commodity. Western Folklore 74 (1), p. 1–27. 2015.*

<sup>20</sup> *FRASER, 1992, p. 201*

<sup>21</sup> *No presente texto, a análise desse acontecimento no carnaval está centrada nos membros da cena cigana artística que participaram do desfile, no entanto, é preciso frisar que esse acontecimento envolveu centenas de pessoas da comunidade Pérola Negra e várias outras comunidades de prática, como a Bateria da Escola, as baianas, a comissão de frente, etc.*

do viaduto Miguel Mofarrej, como na casa da devota Fátima, que abriga a “Gruta de Santa Sara Kali” e nos ensaios técnicos do sambódromo. Uma das primeiras observações que fiz, foi a de que todos pareciam se conhecer, se reencontrar e estarem familiarizados uns aos outros. De fato, a cena cigana é uma localidade musical bastante pequena em comparação a outras radicadas em São Paulo e, além disso, semelhante à cena de dança do ventre no estudo da etnomusicóloga Érica Giesbrecht (2019), está “à margem” do grande público, dos grandes palcos, dos circuitos culturais urbanos e dos estudos acadêmicos. Isso faz com que seus participantes se encontrem, se reconheçam, desenvolvam laços e uma certa convivência, seja nas aulas regulares de dança cigana, nos espetáculos organizados pelas coreógrafas e professoras, nos workshops ministrados, apresentações em eventos, competições, nas festas temáticas e em redes sociais.

A atmosfera altamente afetuosa e dinâmica que se desenvolveu durante os ensaios me permitiu estabelecer diálogos e aprendizados valiosos com as dançarinas e a coreógrafa Lady Agatha. As vinte mulheres, de diferentes regiões, profissões e idades tinham em comum a grande paixão pelos musicares ciganos e especialmente pela dança. Um elemento essencial para compreensão da cena e que constitui uma recorrência entre seus participantes foi sendo desvelado: o misticismo. O envolvimento com saberes esotéricos, como a astrologia, o tarot, os oráculos, a leitura de borra de café, o baralho cigano, os cristais, a terapia reiki, o Sagrado Feminino, a Umbanda e toda uma gama de práticas relacionadas com a espiritualidade e a dimensão mágico-religiosa foi se mostrando fator comum na trajetória da enorme maioria dos que participam da cena cigana artística.

Nessa vivência inicial em campo, observei e participei de cada uma das rezas do Pai Nosso, da Ave Maria e à Santa Sara Kali<sup>22</sup> feitas em roda e de mãos dadas antes dos ensaios, dos diálogos casuais que revelavam crenças e saberes religiosos comuns à essas mulheres, como sua associação a um orixá enquanto “filha de lemanjá” ou “filha de lansã”, seus cristais de sorte, suas palavras de proteção, os conselhos de seus guias espirituais e uma miríade de sutilezas que revelavam suas atividades espirituais íntimas, referentes ao domínio do divino e do mágico. A partir disso, um aspecto crucial para compreensão do objeto de estudo se revelou abertamente para mim: a enorme importância da Umbanda no imaginário social recente do Brasil em relação aos ciganos.

É preciso ressaltar que poucos trabalhos acadêmicos tratam especificamente das entidades ciganas (seres espirituais), isso talvez se explique por ser uma das linhas mais recentes dessa religião afro-brasileira. Zacharias (1998) afirma que diferente dos orixás, as entidades da Umbanda não possuem um mito ou história de origem, o autor busca então compreendê-las por meio de seus simbolismos em si, fornecendo a seguinte definição das entidades ciganas:

*São sensuais sem serem libertinos, um tanto matreiros e capciosos, sem, contudo, serem mal intencionados. Neste núcleo de guias (ciganos, boiadeiros, baianos e marinheiros) observamos uma aproximação do ego a elementos mais sombrios da personalidade, como a jocosidade, a sensualidade em suas insinuações mais sutis, aspectos da sexualidade e do desejo, bem como esperteza e sagacidade. Apresentam, além desses aspectos anteriormente observados, a liberdade e independência própria do povo cigano<sup>23</sup>.*

Há, portanto, segundo o autor, uma inversão ou compensação de poder na Umbanda. Figuras marginalizadas na sociedade, como o negro escravizado, os lavradores, sem-terra, sertanejos nordestinos, indígenas, cangaceiros, malandros, prostitutas, crianças de rua e os próprios ciganos são no plano espiritual indispensáveis, conselheiras e protetoras. Zacharias (1998) afirma que tal religião tornou-se uma via de expressão do imaginário brasileiro, formando um mapa da realidade no qual elementos psicológicos e do inconsciente podem ser assimilados.

Segundo Livia Macedo (2014) as giras de cigano são conhecidas pela fartura de bebidas e alimentos, pelas músicas e danças características (descritas como semelhantes ao flamenco). Nos altares podem ser vistos baralhos, moedas, cristais, facas, frutas, cigarros, vinhos e velas. As médiuns vestidas de roupas vermelhas, brancas e douradas, enfeitam-se com colares, brincos e leques, e passam a incorporar as entidades ciganas e fazer os atendimentos aos devotos. Na grande maioria dos diálogos realizados durante essa pesquisa, a umbanda era citada de alguma forma; as professoras Joy Mahasinn, Lady Agatha e Adriana Gonçalves

afirmaram que a grande maioria das mulheres que buscam pelas aulas de dança cigana têm envolvimento com práticas esotéricas em maior ou menor nível, não são “céticas” ou possuem preconceito, são principalmente umbandistas ou tem ligação estreita com a doutrina — ao desenvolverem curiosidade por meio das giras ou conexão com seus “guias ciganos” essas mulheres vão em busca de maior contato com esse universo e encontram a possibilidade de se aprofundar no aprendizado da dança e da música.

Ao adentrar em uma comunidade de prática de dança/ música cigana, um leque de manifestações expressivas dos ciganos de todo mundo é apresentado para a aluna recém-chegada: Ruska Roma da Rússia, Ghawazee do Egito, Roman Havasi da Turquia, Kalbelia e Banjara da Índia, Kawleeya do Iraque, Rumba Flamenca e Zambra da Espanha, Rumba do Brasil (também chamada de Romanês), Jazz Manouche da França, Cingerica, Manele e Mahala da Romênia, Tsifteteli e Tsigganiko da Grécia. Cada uma dessas danças e sons trazem uma narrativa específica, um mapa de códigos da corporalidade, a exemplo: os pés na dança Kalbelia se arrastam e marcam o ritmo no chão porque assim fazem os ciganos da Índia na areia do deserto do Rajastão — dança do povo Sopera, da pioneira dançarina Gulabo Sopera<sup>24</sup> que significa em punjabi “serpente”, e por isso as roupas imitam o padrão gráfico e a coloração, os movimentos de cabeça da serpente, assim como chocalho está no barulho dos guizos pendurados no tornozelo. Os movimentos pélvicos vigorosos do estilo Roman Havasi seguem um peculiar compasso 9/8 e são acompanhados por gestos do cotidiano da mulher cigana turca: enxugar o suor do trabalho na testa, pendurar roupas no varal ou o toque de instrumentos musicais.

As comunidades de prática são nas palavras de Joy Mahasinn “como um clã”, cada qual com suas características próprias, manifesta na corporalidade de suas dançarinas - pode-se reconhecer quem é a professora de uma bailarina apenas vendo-a a dançar, pelo modelo e a estética de seus figurinos, seus movimentos e trejeitos. Cada uma dessas comunidades de distintas características possuem um senso de missão e um desígnio, que geralmente podem se encaixar em três tipos: o objetivo Terapêutico, a dança como cura, autoconhecimento e forma de trabalhar a autoestima, também chamado de dançaterapia; Pedagógico, no sentido de possuir maior rigor coreográfico e histórico das práticas e estilos mencionados, buscam pautar-se por pesquisas bibliográficas e muitas das vezes a professora ou diretora é/torna-se pesquisadora, realiza viagens para conhecer acampamentos e grupos roma de outros países; ou um objetivo Místico, geralmente relacionado à missão terapêutica, toma a dança como mágica, prática transcendente, ligada às dinâmicas do espírito e da manipulação de “energias”.

As professoras de dança cigana artística têm então um papel fundamental e representam um dos mais importantes pilares dessa cena, porque é por meio delas que muitas das vezes alunas não-ciganas terão seu primeiro contato com narrativas históricas e a noção do povo roma como grupo étnico, para além da visão místico-religiosa do “cigano” como ser espiritual. É comum, por exemplo, que as professoras relatem episódios em que novos alunos incorporam<sup>25</sup> entidades durante aulas ou workshops, sendo preciso esclarecer que a proposta está ligada ao âmbito “cultural” e “artístico” e não tanto a uma dimensão religiosa ou espiritualista. Em uma das conversas, Jovanka Valensuela, organizadora de eventos e cigana de origem Rom, me relatou em tom humorado: “Cada festa que fazíamos lotava, chegavam pessoas do Brasil inteiro, elas queriam ver quem eram os ciganos de verdade, porque muitas nem sabiam que nós existíamos mesmo, achavam que cigano era como se fosse duende, fada!”, ou seja, seres mitológicos, atemporais, que não estão ligados a dimensão material.

Ao longo do tempo, surgiram as indagações de saber se existiam outras “cenas ciganas artísticas” nos países em que os ciganos estão distribuídos, tal como a analisada aqui em São Paulo com suas características marcantes, sabendo que existem outras bastante aparentadas no Brasil (especialmente no Rio de Janeiro que conta com uma enorme comunidade cigana, e em diversos estados do nordeste, como Paraíba e Bahia). A resposta de meus interlocutores era que de que em Portugal começava recentemente a se formar uma, embalada pelos sucessos da banda lisboeta “Ciganos D’ouro”, e que em países da América Latina já começavam a surgir aulas de dança cigana e alguns festivais, mas que desconheciam uma cena tal como a de São Paulo, na qual os não-ciganos se empenhavam e se interessavam tanto, a ponto de muitas vezes se auto proclamarem ciganos ou possuidores de uma “alma cigana” e que “festas ciganas temáticas” organizadas por tradicionais famílias roma chegavam a reunir milhares de pessoas. Passei a compreender essa ampla aceção por meio da relação entre Umbanda, elemento chave da cena, e a própria cultura nacional do Brasil.

<sup>22</sup> Santa Sara Kali é considerada padroeira dos roma, protetora da maternidade e dos desamparados. São muitas as histórias que a envolvem, a que me foi narrada é de que Santa Sara, Maria Salomé, Maria Jacobina, Maria Madalena, os irmãos Marta, Maria e Lazaro e o cristão Maximino, foram perseguidos e colocados num barco à deriva no mar mediterrâneo, sem remos e sem velas – Sara Kali fez a promessa de que se fossem salvos cobriria com um lenço sua cabeça pelo resto da vida, o barco chegou em segurança à Saintes Maries de La Mer, cidade francesa que anualmente recebe peregrinos ciganos do mundo inteiro no grande festejo do 24 de maio.

<sup>23</sup> ZACHARIAS, José Jorge de Moraes. **AXÉ ORI: A dimensão arquetípica dos orixás**. São Paulo: Vetor, 1998, p. 40.

<sup>24</sup> Gulabo Sopera é a precursora que levou a dança de seu povo para o mundo, atraindo a atenção de bailarinos de todos os países. A dança Kalbelia (escrita também como Kalbeliya) é matéria de muitas discussões sobre sua invenção para fins turísticos, sua real ligação com a etnia roma e seu estatuto de Patrimônio Imaterial da Humanidade reconhecido pela UNESCO em 2010. Sobre isso Cf: Ayla Joncheree (2015), *Intangible Inventions: The Kalbeliya Gypsy Dance Form, From Its Creation to UNESCO Recognition*.

<sup>25</sup> Alexandre Cumino (2016, p. 38) define o ato de incorporar como: “um fenômeno de transe mediúnico no qual o médium fica em estado alterado de consciência para dar a devida passividade a outro ser que lhe toma o controle de suas ações”, exige grande autoconhecimento, amadurecimento da mediunidade e equilíbrio mental e espiritual do médium.

Segundo Vagner Gonçalves da Silva e Rita Amaral (2006) as linguagens associadas a elementos de dimensões sensíveis (o cinema, a música, a literatura) são “portais” por meio dos quais se pode transitar entre os domínios da cultura nacional e das religiões afro-brasileiras. Valores e “disposições duráveis” extravasaram o espaço do terreiro e se introjetaram na cultura brasileira, nem sempre de forma tão explícita, mas acabaram por atingir grupos mais amplos da sociedade. Essas disposições são: “o gosto pela música e dança ritmadas, comidas fortemente temperadas, cores vivas, sensualidade, apego à magia e ao mistério, distinguem um certo estilo brasileiro de viver”<sup>26</sup>. São esses gostos distintos, essas inclinações e esse modo de ser que preparam o terreno fértil em alguns brasileiros ao encantamento pela cultura cigana, ao colorido de suas roupas, às suas melodias inconfundíveis e curiosidade pelos segredos de suas tradições.

<sup>26</sup> Silva; Amaral, *ibidem*, p. 122

Falar da umbanda foi visto por dançarinas e músicos como um assunto de certa forma polêmico e tortuoso de se tocar quando os questionava. Acredito que por um lado, pelo reconhecimento da forte intolerância religiosa e o racismo que enfrentam os praticantes, por eles próprios, musicantes da cena serem umbandistas, candomblecistas, povo de santo, mas por outro lado, pelo reconhecimento do povo cigano como uma etnia de grande vulnerabilidade social, alvo de violências e perseguições constantes, em um plano material bastante duro, onde persistem problemas palpáveis como a falta de saneamento básico, educação, segurança e trabalho. Durante entrevista com um artista Calón e umbandista, ele expressa a distinção entre dois planos:

*Nossa necessidade aqui é uma, a necessidade do plano espiritual é outra. Só que as pessoas misturaram tanto a situação que hoje não sabe mais o que é cultura e religião! eu sei separar o que é plano espiritual e o que é plano terreno. Plano espiritual tem nada a ver com minha vida no dia a dia, eles estão do lado de lá, eles podem me cuidar, mas dentro dos meus passos quem erra e acerta sou eu! As pessoas botaram isso num plano tão desigual que as festas não são mais festas ciganas, são festas espirituais com temática cigana<sup>27</sup>!*

<sup>27</sup> Entrevista, outubro de 2020, grifo nosso

É interessante observar que aqui se constrói uma aparente contradição. Se as religiões afro-brasileiras criaram a disposição essencial que permitiu o surgimento da cena cigana artística, por meio de sua filosofia religiosa e pela popularização da figura do “cigano” e da “cigana” através de seu panteão de entidades, elas também são descritas por vezes como uma possível via de ratificação às representações sociais românticas em relação aos ciganos, a um imaginário que se contrapõem ao anticiganismo (aversão e discriminação aos roma), mas que também é capaz de eclipsar a real condição social dos acampamentos e famílias roma. O que se observa fortemente nessa cena é que a imagem arquetípica do cigano enquanto entidade espiritual e as práticas artísticas, musicais e performáticas étnicas mostravam-se muitas vezes se unir, se contrastar, misturar e tensionar.

No filme "Gadjo Dilo" ["estrangeiro louco" em romani] do cineasta Tony Gatlif (1997), o jovem francês Stephane parte para Romênia em busca da cantora cigana Nora de Luca, por quem nutre um vínculo emocional especial. Ao chegar em um vilarejo, encontra o velho cigano Izidor bebendo desiludido em meio à noite e gritando aos céus: "Não existe justiça para os ciganos!", chorava por seu filho que havia sido preso. Ao longo da trama, o gadjo dilo se envolve com o cotidiano do acampamento, acompanhando os números musicais do acordeon de Izidor, as danças da cigana Sabina e os sofrimentos enfrentados. Creio que semelhante trajetória é experimentada por muitas dançarinas que adentram a cena: uma inicial fagulha de curiosidade ou encantamento leva a um caminho de inúmeros aprendizados, a saberes que não são contados nas escolas, a existências que são somente uma nota de rodapé nos livros de história. Assim se constrói dia a dia, ensaio a ensaio, nas festas, espetáculos e apresentações um envolvimento e um vínculo único e profundo que somente os musicantes conhecem. Contudo, os caminhos a serem trilhados dentro da cena cigana artística são múltiplos, o musicar pode ter muitos papéis e ser muitas ferramentas.

#### 4. Musicar é estandarte

O músico Ronn Marckes me contava, por uma chamada de vídeo em meio a pandemia de 2020, que veio de uma família Calón, seus cinco irmãos cresceram fazendo música com

os gorbetos, ciganos dos circos, “então eu quando nasci, já nasci com o violão na mão. Eu faço música desde os seis anos de idade. Só que assim, eu sou músico autodidata, não sei de partitura, sou totalmente eu e minha curiosidade musical que me levou aonde eu cheguei”. Nas falas de Ronn é impossível não notar suas décadas de ativismo, sua luta perpétua em levar o autorreconhecimento para as comunidades ciganas, e segundo ele, “a autoestima e a moral” para dentro dos acampamentos, mostrando que cigano merece ser bem tratado e têm seus direitos, mas acima de tudo que “ser cigano é muito mais importante que ser um cidadão comum, a gente tem a responsabilidade de carregar uma história”<sup>28</sup>.

Em meados de 1990, após trabalhar até meia noite em um bar do litoral paulista, ia se sentar na areia com seu violão na madrugada - sua música foi atraindo cada vez mais pessoas, até chegar a uma centena delas reunindo-se na beira da praia para ouvi-lo. Nesse momento surge o Luau Cigano, encontro que dura até os dias de hoje na cidade de Itanhaém e agrega dançarinas, músicos e apreciadores de todas as regiões. A companheira de Ronn, Adriana, professora de danças ciganas e proprietária do Centro Cultural Rosa Cigana, explica que sempre tentou trazer para os eventos o contexto histórico do povo roma, um pouco a experiência de suas tradições, como o ritual da fogueira e o altar para Santa Sara Kali, falar sobre grandes poetas ciganos como a calin Cecília Meireles e Federico García Lorca, mas ambos revelam que muitas vezes “as pessoas querem o arquétipo. O arquétipo e não a essência”, referindo-se a pouca atenção que algumas dessas empreitadas receberam.

Com Ronn e Adriana pude começar a entender realmente as diferenças de vivências e experiências entre ciganos e não-ciganos. Eles enfatizavam como se dá a vida nos acampamentos, onde Calons encontram grandes dificuldades e carências, onde a música é “válvula de escape e expressão mor cotidiana”. Ronn afirma que as “festas ciganas temáticas” tiveram grande importância em mostrar que existia no Brasil uma comunidade roma forte, expressiva e unida, embora não se assemelhem a uma legítima festa roma. Segundo o músico, a diferença, além da duração - nos acampamentos os festejos duram por dias, mas mais do que isso, em um tipo de cuidado especial com os mais velhos (puron), com as crianças e com todos, segundo Adriana “todo mundo tem que comer, todo mundo tem que estar feliz, todo mundo tem que dançar, todo mundo tem que aproveitar”, revelando uma maneira própria de socialidade que é pensada sempre no coletivo.

A primeira grande festa cigana aberta ao público foi promovida pela família Sbanó, famosa por sua tradição circense. Todos da cena lembram maravilhados sobre como eram essas festas que atualmente não ocorrem mais; sempre muito lotadas, repletas por espetáculos de dança, circo, música e belas homenagens à Santa Sara Kali e Nossa Senhora Aparecida. Esse festejo representou um divisor de águas, tanto porque abriu para os não-ciganos a oportunidade de entrarem em contato com uma festa cigana, como porque a partir dele se originaram muitos outros, seguindo esse mesmo modelo de apresentações de companhias de dança, música ao vivo, oraculistas e artesãos. Valéria Sbanó, entre a sua agitada rotina de publicitária e terapeuta holística, reservou um tempo em seu horário de almoço para conversar comigo; ela conta com detalhes e orgulho a história de sua família Kalderash: descendentes da Sérvia, habilidosos artistas em trabalhos de cobre, ferro, bronze e ouro, o último país que deixam na Europa é a Itália, chegando em 1820 ao Brasil, no Rio de Janeiro.

É em São Paulo que Valéria afirma ter acontecido o poderoso encontro da família Sbanó com a arte circense. Os irmãos Zurka e Picoly Sbanó criam uma companhia teatral e desenvolvem diversos números artísticos, como o Número de Laços e o Chicote Americano - eternizando o nome dos dois artistas nas memórias do circo no Brasil. Valéria afirma que sua mãe não-cigana obriga os quatro filhos ao estudo educacional formal e a família se assenta em São Paulo para que possam frequentar regularmente a escola, sem nunca, no entanto, deixar de apresentar-se nos circos. As festas da família Sbanó são idealizadas por Zurka no intuito de “desmistificar ao gadje e mostrar a dignidade de um povo”, promover uma experiência que envolva a culinária, a arte, a música, a história e toda uma gama de práticas que permitam a todos se sentirem em casa e desfrutar em conjunto do encontro.

Conversando sobre velhos estereótipos dos roma como trapaceiros e não confiáveis, Valéria faz questão de desmontá-los com propriedade, quando indago se a ideia dos ciganos relacionados sempre à magia e ao oculto poderia também ser uma forma de estereótipo nocivo, ela enfatiza “não prejudica e nem ajuda, é a verdade: cigano é um povo intenso, intuitivo, sensual, espiritualista e amante da vida”. As festas são o momento de celebrar isso em sua integridade: “na festa cigana a gente só era e tinha o direito de ser cigano”, assim como nas

<sup>28</sup> Acho essa fala especialmente interessante porque mobiliza as categorias de oposição entre “ser cigano” e “ser um cidadão comum”, compreendendo cidadão como o indivíduo “preso” a um Estado-nação, ela revela muito da filosofia Calón e uma socialidade que considero contra o indivíduo e contra o Estado, utilizando o conceito de Clastres, sobre isso: FERRARI, Florencia. *Figura e fundo no pensamento cigano contra o Estado*. Revista de Antropologia, São Paulo, V. 54 Nº 2. 2011.

cerimônias particulares de sua família: o ritual do pão e do vinho, as danças na fogueira re-presentam um espaço especial e essencial da construção da identidade e do pertencimento.

Jovanka e Rodrigo Valensuela eram expositores na festa dos Sbano, vendiam os perfumes Kaj Mereshi, até que um dia resolveram criar seu próprio evento, que acabou por ser outro sucesso, chegando a reunir mais de mil pessoas no Expresso Brasil. Os eventos da família Sbano e Valensuela são lembrados como as mais importantes festas ciganas. Posteriormente, dançarinas e músicos não-ciganos passam também a organizar esse tipo de evento, como a Noite Cigana do Casal Coimbra e a festa Reencontros.

Carol Silverman (2018) em seu estudo sobre os musicares roma transnacionais da Macedônia afirma que as paisagens sonoras romani são texturizadas a todo momento pela música durante a vida cotidiana e a vida ritual. A autora pontua: "Em um mundo em que ser "cigano" [gypsy] é um estigma, e os roma frequentemente escondem sua etnicidade no trabalho, os eventos rituais são locais em que o orgulho étnico e a performance expressiva por meio da música e da dança são cultivados", essa perspectiva nos permite visualizar um movimento inédito dos ciganos no Brasil que deslocam as festas e os rituais do âmbito doméstico e privado para a sociedade em geral, convidando os gadje a participarem e olharem de perto o povo cigano, não como o exótico e longínquo, mas como aquele com quem posso dançar, cantar e apreciar sua arte. Uma tentativa de renovar as bases desse encontro entre sociedade-gadje e os povos ciganos, como vimos, na maioria das vezes tortuoso e de resgatar a história milenar, que como disse Ronn, se tem a obrigação de carregar, por meio de sons, corporalidades e histórias, tomando para si a voz principal e a vez de contá-la.

Contudo, é preciso dizer que a visão das festas como uma possibilidade profícua de disseminação de saberes não é unanimidade entre a comunidade cigana de São Paulo. Lembrando que a pluralidade étnica, de pensamentos, línguas e vivências é sua característica fundamental. Nicolas Ramanush, antropólogo de origem sinti e fundador da ONG Embaixada Cigana do Brasil (Romano Phralipe) em entrevista ao Observatório da diversidade cultural em 2014 tece fortes críticas: "O Brasil é o único país do mundo no qual se realizam "Festas Ciganas", nas quais homens e mulheres não ciganos se fantasiam e dançam ao som de rumbas e difundem estereótipos ao afirmar que tais eventos colaboram para preservação da cultura. Que cultura?"<sup>29</sup>. A esposa de Nicolas, Ingrid Ramanush no site de seu projeto "Kheles Amensa" de resgate das danças roma pelo mundo, afirma que a dança cigana não pode ser ensinada ou coreografada, ela nasce de um despertar interno da mulher e por isso a modalidade que se ensina nas escolas deveria chamar-se "Aulas Dança Cigana artística" ou "Aulas de Dança no Estilo Cigano".

É evidente que os não-roma buscam na figura do "cigano" e em suas formas expressivas certo desprendimento do plano terreno e do cotidiano, o experienciar da beleza, sensualidade e da alegria, fomentado pelos rituais de vestir as longas saias, figurinos coloridos, flores no cabelo, lenços, tocar pandeiros de fita e manejar xales. Muitas mulheres buscam nessa dança uma ferramenta terapêutica, por se encontrarem em quadros de severa baixa autoestima, angústia e depressão, vislumbram uma oportunidade de libertação, aprazimento e afastamento mesmo que momentâneo de um cotidiano agudamente opressivo, concepção ligada às representações sociais dos ciganos como um povo livre, sempre em festa e naturalmente ligados às artes e à natureza. A tomada de conhecimento desses múltiplos musicares romani, a convivência frequente com os membros da comunidade de prática, os ensaios, as apresentações, o encontro nas festas, o dançar em conjunto, tudo isso produz sentimentos de pertencimento profundos em suas participantes, que passam a se sentirem de alguma forma parte do universo "cigano".

Por outro lado, não se pode deixar de notar que muitos roma buscam chamar atenção às questões do cotidiano. Eles falam sobre coisas não tão belas, como a miséria, o abandono do poder público, a falta de saneamento básico, o racismo e buscam no musicar conjunto sair da invisibilidade e da marginalização social que sofrem por séculos e em todos os lugares do mundo - a música é aqui resistência. Jovanka observa que as festas da família Valensuela abrem também um mercado e uma fonte de renda econômica para muitos ciganos artesãos, que leem cartas e tarot nesses eventos, a romi conta com orgulho como cada uma de suas festas abordavam um tema específico da tradição cultural cigana e reuniam caravanas de Minas Gerais, Bahia, do litoral paulista, e por isso legítimos descendentes de ciganos tornaram-se visíveis, "como um povo, uma raça, famílias que trabalham muito e estudam", ela ainda revela que há um jeito único e específico que faz um cigano reconhecer o outro apenas através do

olhar, mesmo que não-ciganos se fantasiam como um.

Essa constitui a grande diferença no experienciar de ciganos e não-ciganos da cena e em suas buscas e trajetórias. Nas falas de Ronn Marckes podia-se ouvir a preocupação com os rumos atuais das comunidades no Brasil: "você vê a comunidade cigana começar a ser desamparada novamente, tem uma música cigana que diz "gitano desamparado, perseguido, pueblo gitano" [canta], é realmente, a música volta de novo na tristeza pra gente contar nossos lamentos, porque é uma época muito difícil", transcrevo abaixo parte da música citada que acredito sintetizar a essência da luta e os longos e tortuosos caminhos percorridos que possibilitaram hoje cantar suas dores, mas também o orgulho de ser cigano:

*"Gitano desamparado y perseguido pueblo gitano*

*No tienen fronteras, no tienen nación*

*Sueñan con las estrellas y hablan de amor*

*Es su libertad su fuerza y su razón*

*Si gitano soy, gitano quiero ser...*

*Y yo de mi raza no renegare"*

Quando se olha para os agrupamentos ciganos ao redor do mundo e ao longo da história, a importância de seus musicares se torna compreensível. Para um povo nômade e ágrafo, isto é, sem propriedade da terra e sem escrita, o corpo, a língua e a música são meios privilegiados de transmitir saberes, dar significado ao que se passa no cotidiano, expressar e armazenar sua cultura, não é à toa que os roma foram proibidos em inúmeros momentos de falar em suas línguas e terminante proibidos de executar qualquer som musical que fosse, em países como a Romênia e Bulgária<sup>30</sup>, numa tentativa de completo apagamento e epistemicídio. A música operada como ferramenta de resistência, é descrita pelos meus interlocutores como uma abertura, um estandarte, uma mensagem de luta, compreendida como mediadora poderosa entre o universo roma e o universo gadjo.

## 5. Localidade interétnica

Ao longo deste escrito, busquei demonstrar como imaginários, imaginações e representações sociais podem estar ativamente presentes e operando nos musicares, em virtude disso identidades e modos de pertencer à uma mesma comunidade de prática e mais amplamente à uma mesma cena musical são plurais, contrastantes e multifacetadas. A localidade enquanto estrutura de sentimentos, vivência da co-presença e espaço de segurança moral coletivamente ocupado<sup>31</sup> ganha novos contornos quando abriga o choque do encontro interétnico no que tange às suas dinâmicas de produção e reprodução.

A cena cigana artística de São Paulo revelou-se como uma junção ímpar entre mito e história, brasilidades e ciganidades, ela envolve numa mesma localidade o misticismo, as expressões artísticas do povo roma ao redor do mundo, as representações umbandistas, o profundo envolvimento de seus praticantes e a luta e a resistência dos ciganos brasileiros. As formas de experienciar o pertencimento ao "universo cigano" e a formação de identidades nessa cena são polissêmicas. Enquanto para muitos não-ciganos esses musicares constituem parte de uma experiência mística, ligada a um imaginário ocidental e ao pensamento de religiões afro-brasileiras, nos quais vislumbram os ideais de liberdade, alegria e sensualidade, os ciganos encontram nas festas e no musicar uma forma de lutar por seus direitos historicamente negados e de reafirmar seu direito de cantar, dançar, pertencer e existir.

Práticas e saberes populares que chamei de pertencentes ao domínio do "místico-religioso" tiveram um papel central na difusão da imagem do "cigano" entre a população brasileira, especialmente devido à recente popularização das giras de ciganos na umbanda e ao baralho cigano. Muitas mulheres começaram então a procurar pela "dança cigana artística" em escolas e estúdios de dança, passando a compor comunidades de prática de dançarinas, e aprender

<sup>29</sup> Ver em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/noticias/os-desafios-da-embaixada-cigana-do-brasil/>

<sup>30</sup> PETTAN, Svanibor. *Gypsies, Music, and Politics in the Balkans: A Case Study from Kosovo*. *The World of Music*, Vol. 38, No. 1, Music of the Roma, p. 33-61, 1996.

<sup>31</sup> APPADURAI, Arjun. *Soberania sem territorialidade, notas para uma geografia pós-nacional*. Tradução: Heloisa Buarque de Almeida São Paulo: Novos Estudos Cebrap, n° 49, nov.1977.



continuamente um repertório coreográfico, corporal e musical provindos das mais diversas regiões do mundo. Cada comunidade de prática possui suas peculiaridades, algumas possuem fins terapêuticos, outras são grupos de estudo da dança e da música cigana e ainda existem as que incorporam o misticismo como seu âmago.

As “festas ciganas temáticas” são o momento do contato e do musicar conjunto entre ciganos e não-ciganos, do encontro das diversas comunidades de prática, das apresentações das companhias, dos shows circenses, da banda ao vivo e especialmente da interação e conexão que se forma entre seus participantes, ainda que suas buscas, trajetórias e vivências sejam díspares. Essas festas foram possibilitadas inicialmente pela família Sbano, mas fazem parte de um movimento que é intrinsecamente ligado ao fazeres artísticos e musicais possibilitados por grandes nomes da comunidade roma no Brasil, destaco o violinista Mio Vacite fundador do grupo Encanto Cigano e da União Cigana do Brasil, Zurka e toda família Sbano, a dançarina Jordana Aristich que disseminou o conhecimento das danças ciganas de outras partes do mundo no Brasil, Ronn Marckes, Jovanka Valensuela, e muitos outros calon, sinti e rom que continuamente lutam por meio de seus musicares. Formou-se então a Cena Cigana Artística, na qual uma dinâmica de relações, interações, vivências, conflitos e experiências possibilitam a produção e reprodução de uma localidade interétnica - reunindo elementos da cultura cigana e do universo *gadjo*.

### Notas

\* Graduanda em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP).  
E-mail: isa17@usp.br.

### Referências

- APPADURAI, Arjun. The Production of Locality. In **Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization**. Minneapolis: University of Minnesota Press. P. 178-99, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Soberania sem territorialidade, notas para uma geografia pós-nacional**. Tradução: Heloisa Buarque de Almeida São Paulo: Novos Estudos Cebrap, nº 49, nov.1977.
- BORROW, George. **The Zincali: the gypsies of Spain**. Londres: John Murray, 1901. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/565/565-h/565-h.htm>
- BUNCHUAY-PETCH, Simon A. **What is translocality? A refined understanding of place and space in a globalized world**. TransRe. 2014.
- CAIRUS, Brigitte Grossmann. A construção das identidades ciganas no Brasil. **Revista USP** n. 117, p. 119 – 134. 2018. Disponível em: [jornal.usp.br/especial/revista-usp-117-aconstrucao-das-identidades-ciganas-no-brasil/](http://jornal.usp.br/especial/revista-usp-117-aconstrucao-das-identidades-ciganas-no-brasil/)
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O índio e o mundo dos brancos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- CUMINO, Alexandre. **Médium: incorporação não é possessão**. São Paulo: Madras, 2016.
- FAZITO, Dimitri. A identidade cigana e o efeito de "nomeação": deslocamento das representações numa teia de discursos mitológico-científicos e práticas sociais. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v. 49, n. 2, p. 689-729. 2006.
- FERRARI, Florencia. Figura e fundo no pensamento cigano contra o Estado. **Revista de Antropologia**, SÃO PAULO, USP, V. 54 Nº 2. 2011.
- FERRARI, Florência. **Um olhar oblíquo: contribuições para o imaginário ocidental sobre o cigano**. São Paulo: Universidade de São Paulo, departamento de Antropologia Social, 2002.
- FONSECA, Isabel. **Bury me standing: the gypsies and their journey**. Nova Iorque: Vintage Books. 1995. FRASER, Angus. **The Gypsies**, Oxford: Blackwell Publishers. 1992.

GADJO Dilo. Direção de Tony Gatlif. França: AFMD, 1997, 102 minutos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JlxLVULbkR0>

GIESBRECHT, Érica. Dança do ventre em São Paulo: cena, mercado e sustentabilidade em uma prática de dança local. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S. l.], n. 73, p. 142- 168, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/161912>.

GOODWIN Junior, James William. “Império do Brasil: nesta nação nem todo mundo é cidadão”, **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte**, ano V, nº 9, out. 1997. p. 32.

HANCOCK, Ian. **The pariah syndrome: an account of gypsy slavery and persecution**, Ann Arbor: Karoma Publishers, 1987.

HAIGH, Chris. **Hungarian and gypsy Fiddle**. Londres [online]. 2014. Disponível em: <http://www.fiddlingaround.co.uk/hungarian/>

MACEDO, Livia Alves dos Santos. **Estradas sem fim: a linha do Oriente e o povo cigano na umbanda**. São Paulo: Trabalho de conclusão de curso, Universidade de São Paulo. 2014.

MEDEIROS, Jéssica Cunha de BATISTA, Mércia Rejane Rangel. Nomadismo e Diáspora: sugestões para se estudar os ciganos. **Revista Antropológicas**. Ano 19. 26(1), p. 201-230, 2015.

MOONEN, Frans. Anticiganismo: os ciganos na Europa e no Brasil. **Núcleo de Estudos Ciganos**. Recife, 2008.

PEREIRA, Cristina da Costa. **Os ciganos ainda estão na estrada**. São Paulo: Rocco, 1996.

PETTAN, Svanibor. Gypsies, Music, and Politics in the Balkans: A Case Study from Kosovo. **The World of Music**, Vol. 38, No. 1, Music of the Roma, p. 33-61, 1996.

PIOTROWSKA, Anna. Liszt and the issue of so called Gypsy music. **Interdisciplinary Studies in Musicology** 13, p. 127 – 140, 2013.

SCHILLER, Nina Glick; MEINHOF, Ulrike Hanna. Singing a new song? Transnational Migration, Methodological Nationalism and Cosmopolitan Perspectives. **Music and Arts in Action**, vol. 3, p. 21-39, 2011.

SILVERMAN, Carol. DJs and the Production of ‘Gypsy’ Music: ‘Balkan Beats’ as Contested Commodity. **Western Folklore** 74 (1), p. 1-27. 2015.

\_\_\_\_\_. Community Beyond Locality: Circuits of Transnational Macedonian Romani Music. In: REILY, Suzel Ana; BRUCHER, Katherine: **The Routledge Companion To The Study Of Global Music**, Nova Iorque: Routledge, p. 67 -78. 2018.

SMALL, Christopher. **Musicking: the meanings of performing and listening**. Middletown: Wesleyan University Press, 1998.

STRAW, Will. Systems of Articulation, Logics of change: Scenes and Communities in Popular Music. **Cultural Studies**. Vol 5, n. 3, 361-375, Oct. 1991.

WENGER, Etienne. **Communities of Practice: learning, meaning and identity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

ZACHARIAS, José Jorge de Moraes. **AXÉ ORI: A dimensão arquetípica dos orixás**. São Paulo: Vetor, 1998.



# TEMOS O DIREITO DE IMAGINAR: IMAGINAÇÃO SOCIAL A PARTIR DA INTELLECTUALIDADE NEGRA DIANTE DA COLONIALIDADE

## WE ARE ALLOWED TO DREAM: SOCIAL IMAGINATION FROM BLACK INTELLECTUALITY IN THE FACE OF COLONIALITY

### Resumo

Este ensaio propõe um arranjo teórico atual ao discutir trabalhos recentes de intelectuais negros que abordam temas clássicos do campo das relações raciais, como Jaime Alves, João Costa Vargas, Hortense J. Spillers, Saidiya Hartman e Walidah Imarisha. A partir dos conceitos de biópolis, necrópolis e negrópolis, o ensaio reflete sobre o racismo espacial e a antinegitude. Diante das problemáticas tratadas, o texto propõe a abordagem da imaginação social como mecanismo de resistência ao racismo. Por fim, para relacionar as proposições dos diferentes autores discutidos ao longo do texto, o ensaio analisa a obra *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus, reconhecendo a importância das contribuições da autora ao versar sobre temáticas caras aos estudos de relações raciais e demonstrar a operacionalização de conceitos relativos ao racismo na colonialidade.

### Abstract

This essay proposes a current theoretical arrangement by discussing recent works by black intellectuals that address classic themes in the field of race relations, such as Jaime Alves, João Costa Vargas, Hortense J. Spillers, Saidiya Hartman and Walidah Imarisha. Based on the concepts of biopolis, necropolis and blackpolis, the essay reflects on spatial racism and anti-blackness. Given the issues addressed, the text proposes the approach of social imagination as a mechanism of resistance to racism. Finally, to relate the propositions of the different authors discussed throughout the text, the essay analyzes the work *The Trash Room*, by Carolina Maria de Jesus, recognizing the importance of her contributions when dealing with themes important to the studies of race relations and demonstrating the operationalization of concepts related to racism in coloniality.

**Palavras-chave:** Relações raciais; Colonialismo; Antinegitude; Racismo socioespacial; Imagem social.

**Keywords:** Race relations; Colonialism; Antblackness; Socio-spatial racism; Social imagination..

\*Rafaela Berger Pereira

Recebido em: 13/02/23

Aceito em: 31/12/2023

### 1. Introdução

Este ensaio articula obras recentes de autores cujas produções permeiam a temática das relações raciais a partir da ênfase na experiência negra. São eles: Jaime Alves (2020), que aborda o racismo socioespacial, João Costa Vargas (2020), Hortense J. Spillers (2021) e Saidiya Hartman (2022), os quais abordam singularmente as vivências negras na colonialidade, e Walidah Imarisha (2016), que propõe a imaginação social como instrumento de resistência ao racismo. Ao longo do texto, são recorrentes os termos desumanização e humanidade que, conforme Césaire (1978), se estabelecem como pontos centrais do colonialismo nas discussões que abrangem opressões, privações e outras formas de violação dos direitos humanos.

O arranjo teórico proposto tem como objetivo expor as convergências entre as perspectivas de diferentes autores recentes e clássicos a respeito das violências que têm como alvo os corpos negros. Para isso, retoma fundamentos do colonialismo a partir das contribuições de Aimé Césaire (1978), trata das opressões do negro segundo Frantz Fanon (2008) e da colonialidade conforme Achille Mbembe (2014). Com o intuito de sintetizar as exposições e aproximar as concepções abordadas da realidade concreta, o ensaio relaciona as discussões com trechos dos relatos diários de Carolina Maria de Jesus, mulher preta brasileira, em sua obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1994).

O ensaio reúne contribuições de intelectuais de diferentes países que versam sobre um tema em comum, as relações raciais com ênfase no racismo antinegro. Apesar das aproximações identificadas entre as propostas analíticas das autoras e autores citados, é fundamental a compreensão de que as relações raciais são influenciadas por aspectos socioculturais dos contextos nos quais acontecem. Apesar dos impactos semelhantes do colonialismo sobre as populações negras ou não brancas em diferentes pontos geográficos, as experiências não são universais. Diante disso, *A categoria político-cultural de amefricanidade*, proposta por Lélia Gonzalez (2018), constitui uma abordagem interessante para reconhecer as similaridades do racismo em lugares distintos e, ao mesmo tempo, demarcar as devidas ressalvas contextuais.

### 2. Racismo socioespacial

Em *Biópolis, necrópolis, 'blackpolis': notas para un nuevo léxico político en los análisis socio-espaciales del racismo* (2020), Jaime Alves propõe que os debates de direito à cidade, embora tenham sua importância, não são suficientes para tratar especificamente as vivências negras em cidades multiculturais<sup>1</sup>. Por isso, ele desenvolve uma análise do racismo socioespacial baseada nos três conceitos de biópolis, necrópolis e negrópolis, que enfatizam a experiência negra nas relações que se estabelecem no contexto urbano.

De acordo com o artigo de Alves (2020), biópolis é a esfera da vida civil habitada pelos não negros. Trata-se de uma comunidade política consolidada sobre a branquidade e o regime de direitos que a sustenta. Regime este que cria as condições para uma utopia urbana de seguridade da vida branca e contenção social da diferença em territórios de morte<sup>2</sup>, o que veremos na definição de necrópolis. Mas, para que a compreensão deste parágrafo seja plena, é necessário retomar e delimitar o conceito de branquidade. Stella Paterniani, antropóloga pesquisadora das relações raciais na antropologia urbana, em seu artigo *Da branquidade do Estado na ocupação da cidade* (2016), afirma que a branquidade do Estado é seu próprio modo de funcionamento, o qual se realiza através de práticas e concepções racistas, materializando-se, portanto, em diferentes formas de racismos orientados e performados pela estrutura estatal<sup>3</sup>.

Essa branquidade do Estado é evidente na promulgação da Lei de Terras, em 1850, que constitui um marco de instauração da propriedade privada no Brasil através da posse da terra. O segmento do tecido social que tinha condições materiais de possuir terras era composto por pessoas brancas, devido à completa privação de recursos, resultante da escravização, que assolava a população negra brasileira. O que conduz à compreensão da branquidade da propriedade de terra e de moradia no Brasil, que opera produzindo espaços caracterizados por forjarem sujeitos "brancos" ou "não brancos" através da colocação do branco como sujeito universal na lógica da branquidade. Nesse sentido, é evidente a razão pela qual as favelas e periferias brasileiras, marcadas pela ocupação irregular da terra e por moradias irregulares, são predominantemente negras ou "não brancas".

<sup>1</sup> ALVES, Jaime Amparo. *Biópolis, necrópolis, 'blackpolis': notas para un nuevo léxico político en los análisis socio-espaciales del racismo*. *Geopauta*, v. 4, n. 1, p. 5, 2020.

<sup>2</sup> *Ibid.*, p. 9

<sup>3</sup> PATERNIANI, Stella Zagatto. *Da branquidade do Estado na ocupação da cidade*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, n. 91, 2016.

A branquidade, de maneira geral, refere-se à produção de conhecimento e de um modo de operar que reproduzem padrões da branquitude, fundamentando uma epistemologia do social e uma operacionalização das relações sociais centrada no sujeito branco. Segundo Camila Moreira em *Branquitude é branquidade? Uma revisão teórica da aplicação dos termos no cenário brasileiro* (2014), a branquitude se torna branquidade, porque a branquitude é a produção de sujeitos e a branquidade é a reprodução desses sujeitos através da produção de conhecimentos e modos de operar orientados pela lógica da branquitude.

Por outro lado, com relação ao conceito de biópolis, Jaime Alves (2020) destaca que “mais do que um espaço de privilégios brancos, a biópolis é uma formação político-espacial fundada na antinegitude”<sup>4</sup>, referenciando o conceito de antinegitude proposto por João Costa Vargas (2020). A antinegitude, segundo Vargas (2020), consiste na negação tanto ontológica quanto social da pessoa negra, que é sistemática e singularmente excluída<sup>5</sup>. Para além do racismo, que produz desvantagens estruturais às pessoas negras e é passível de ser minimizado ou superado, a antinegitude é um princípio fundante que orienta todas as relações possíveis. A proposta de Vargas (2020) é expor que a exclusão de pessoas negras, inclusive pela desvalorização da não branquitude, não é uma falha na humanidade, é a manutenção proposital da hegemonia da branquitude.

Adiante, Alves (2020) discorre sobre o conceito de necrópolis, que denota a cidade como “um espaço que produz morte física, ontológica e social”<sup>6</sup>. Para o autor, necrópolis é “a espacialidade física e ontológica habitada por corpos negros despossuídos de sua vida civil plena [...]. Um espaço árido onde as condições de morte definem o viver urbano”<sup>7</sup>. A partir disso, o artigo conduz a reflexão sobre os diferentes tipos de morte, para além da morte física, produzidos pelo racismo socioespacial. Dentro do contexto urbano, são apontadas por Jaime Alves (2020) como mortes: a pobreza abjeta, a humilhação diária do subemprego, a dor psíquica do trauma histórico e a violência homicida<sup>8</sup>.

### 3. Vivências negras na colonialidade e a imaginação como resistência

A presente sessão trata de vivências abordadas pelos intelectuais discutidos como fenômenos que atingem particular e intensamente os corpos negros em espaços de colonialidade. De acordo com Tonial, Maheirie e Garcia Jr. (2017), a colonialidade significa que mesmo diante do fim do colonialismo há uma lógica de relação colonial que permanece em curso. Os conceitos de biópolis e necrópolis, de acordo com o próprio Jaime Alves (2020), se baseiam nas proposições teóricas de Achille Mbembe em seus estudos da pós-colonialidade. O autor enfatiza que o fundamento da teoria de Mbembe (2014) é a organização do tempo presente pela ordem colonial<sup>9</sup>. Isto posto, para avançar na compreensão dos problemas atuais torna-se necessário compreender em que consiste o colonialismo e, para isso, Aimé Césaire (1978) se destaca ao nos apresentar uma excelente síntese.

Em *Discurso sobre o colonialismo* (1978) Aimé Césaire versa sobre os impactos do colonialismo europeu sobre os povos colonizados para além das dimensões materiais. Césaire afirma que a exploração colonial é mais do que econômica, porque se sustenta pela desumanização. Em suma, a obra reconhece que no colonialismo são desumanizados tanto colonizadores quanto colonizados. Os primeiros porque se desprendem de qualquer senso de humanidade ao praticar as mais brutas violações de direitos humanos, e os sujeitos colonizados de maneira muito mais intensa porque os impactos do regime colonial sobre eles envolvem, além da exploração material, danos psíquicos, perda de identidade e apagamentos culturais.

No prefácio de Mário de Andrade ao *Discurso sobre o colonialismo* (1978), de Césaire, está descrita a essência do colonialismo em dois aspectos. O primeiro é “um regime de exploração desenfreada de imensas massas humanas que tem sua origem na violência e só se sustém pela violência” e o segundo é “uma nova forma de pilhagem”<sup>10</sup>. É a partir disso que se dá a compreensão de que a pilhagem colonialista vai além da expropriação material, pois implica a expropriação da humanidade dos indivíduos colonizados. Trata-se da desumanização. Para além dessas características fundantes, Mário de Andrade também aborda o genocídio como lógica normal do colonialismo, o que reforça o racismo colonial quando compreendemos o termo “genocídio” como o extermínio de uma comunidade que pode ter sua identidade pautada na etnicidade e na racialização.

Soma-se a esse debate o trabalho de Hortense Spillers *Bebê da mamãe, talvez do*

<sup>4</sup> ALVES, Jaime Amparo. *Biópolis, necrópolis, 'blackpolis': notas para un nuevo léxico político en los análisis socio-espaciales del racismo*. Geopauta, v. 4, n. 1, p. 14, 2020.

<sup>5</sup> VARGAS, João H. Costa. *Racismo não dá conta: antinegitude, a dinâmica ontológica e social definidora da modernidade*. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, v. 18, n. 45, p. 18, 2020.

<sup>6</sup> ALVES, Jaime Amparo. *Biópolis, necrópolis, 'blackpolis': notas para un nuevo léxico político en los análisis socio-espaciales del racismo*. Geopauta, v. 4, n. 1, p. 16, 2020.18, 2020.

<sup>6</sup> ALVES, Jaime Amparo. *Biópolis, necrópolis, 'blackpolis': notas para un nuevo léxico político en los análisis socio-espaciales del racismo*. Geopauta, v. 4, n. 1, p. 16, 2020.18, 2020.

<sup>7</sup> *Ibid.*, p. 16-17.

<sup>8</sup> *Ibid.*, 17.

<sup>9</sup> *Ibid.*, p. 7.

<sup>10</sup> CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa. Livraria Sá Costa Editora, 1978. p. 7

*papai: uma gramática estadunidense* (2021), que apresenta uma crítica às práticas e efeitos do colonialismo. A autora aborda a “Família Negra” conforme o Relatório Moynihan, documento no qual o político e sociólogo estadunidense Daniel Patrick Moynihan pretendia identificar as raízes da pobreza negra nos EUA. Spillers destaca a mobilização de estereótipos utilizados largamente para tratar a população negra, especialmente as mulheres. Segundo tal relatório, a “Família Negra” não apresenta a figura de um pai. Diante do exposto até aqui, somos capazes de entender que os motivos dessa ausência podem estar, em alguma medida, ligados ao colonialismo e ao racismo antinegro.

Primeiramente, cabe dizer que a não existência da figura do pai não significa a operacionalização do matriarcado, porque quando se trata de mulheres negras escravizadas no colonialismo a maternidade não pode ser compreendida de maneira restrita como uma escolha. No processo de construção da família negra no contexto colonialista, estão inscritas as violações físicas e psíquicas aos corpos negros, especialmente os de mulheres. Algumas forçadas a gerarem filhos e serem mães, algumas separadas de seus filhos e privadas de uma rede de afetos e apoio familiar.

Quanto ao homem negro que ocuparia o lugar de pai, múltiplas questões perpassam a sua ausência, que pode ser interpretada como privação do direito de exercer sua paternidade, e todas elas se enquadrariam em tipos de mortes produzidas em necrópolis. Podemos citar como principais a separação de seu núcleo familiar em sequestros para escravização e os homicídios, que sejam eles de qualquer causa provavelmente foram produzidos em alguma medida pelo colonialismo. Podem ser eles diretamente praticados pelos colonizadores ou indiretamente provocados pelas circunstâncias impostas pelos colonizadores aos colonizados. Circunstâncias estas de pobreza abjeta, humilhação diária, dor psíquica produto do trauma histórico e a violência homicida, que não coincidentemente são as mortes produzidas pelo racismo socioespacial identificadas por Jaime Alves (2020).

Ademais, os efeitos físicos e socioemocionais do colonialismo se estendem no núcleo familiar negro em diferentes gerações. As filhas e filhos de mães negras sofrem com incertezas sobre sua identidade, questões sobre pertencimento e inquietações sobre sua paternidade. Desse modo, Hortense Spillers (2021) aborda as vivências negras na colonialidade a partir da dimensão familiar, tratando formas específicas de violências antinegras e desumanizações que se deram para a construção de uma humanidade branca fundada na exploração racista.

Ainda a respeito das violações à humanidade negra, cabe retomar as reflexões de Frantz Fanon sobre o racismo em *A experiência vivida do negro*, quinto capítulo de sua consagrada obra *Pele negra, máscaras brancas* (2008). Nesse texto, Fanon discorre de maneira subjetiva sobre as opressões motivadas pela sua identidade racial. Ao longo de todo o texto, destaca-se a angústia produzida pelo racismo, o que fica evidente no fragmento a seguir: “A vergonha. A vergonha e o desprezo de si. A náusea. Quando me amam, dizem que o fazem apesar da minha cor. Quando me detestam, acrescentam que não é pela minha cor... Aqui ou ali, sou prisioneiro do círculo infernal”<sup>11</sup>. Podemos interpretar o discurso de Fanon como manifestação da lógica da antinegitude, para além do racismo, porque se trata da negação ontológica do ser negro e da impossibilidade de existência que não seja constantemente desumanizada e permeada pela dor. Dessa forma, novamente e em diferentes narrativas constatamos violências produzidas pelo colonialismo à identidade dos sujeitos negros.

Uma outra perspectiva para observarmos o funcionamento da branquidade é a partir do trabalho da autora Saidiya Hartman, que em seu livro *Vidas rebeldes, belos experimentos* (2022) reúne rebeliões experimentais de mulheres negras diante das múltiplas opressões de gênero, raça e classe nos EUA durante o início do século XX. Partindo de histórias de jovens negras que foram privadas de liberdade por um sistema judicial antinegro, Hartman propõe uma fabulação crítica que não as limita a um lugar de vítimas. A autora coloca a ênfase de seus escritos nos atos de resistência, ou de rebeldia, nas palavras dela, das jovens negras diante de um contexto de violação das suas humanidades. A ideia é humanizar e reposicionar as jovens como agentes ao demarcar a legitimidade de suas rebeldias. Nesse sentido, as ações de transgressão da ordem colonial são compreendidas como mecanismos de luta contra a colonialidade na necrópolis onde estiveram inseridas.

Em consonância, a proposta de Jaime Alves (2020) com o conceito de negrópolis oferece perspectivas interessantes para essa discussão. Conforme exposto por Alves (2020) em seu artigo, a negrópolis consiste em um “projeto político-intelectual que busca situar a

<sup>11</sup> FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad.: Renato Silveira. Salvador: Edufba, 2008. p. 109.

violência do colonizado como estratégia para se reposicionar na cidade antinegra”<sup>12</sup>. Além disso, Alves define a negrópolis enquanto proposta política como uma práxis radical fundada na ética quilombista, que ressignifica o entendimento de humanidade, que reorganiza o mundo da produção e que reconfigura o viver urbano dos condenados e condenadas da cidade<sup>13</sup>, em uma provável referência aos condenados da terra, de Frantz Fanon (1968).

O autor afirma que ao falar a respeito da negrópolis realizamos uma ampliação da perspectiva de ação política pelo direito à cidade, porque os fundamentos da negrópolis são a reinvenção da cidadania urbana e a inclusão das pessoas negras na categoria “humano”<sup>14</sup>. Por fim, Alves resume em uma frase o que não é a negrópolis: “A negrópolis não é um exercício estéril de imaginação teórica”<sup>15</sup>.

Em contraponto, o termo “imaginação” remete às contribuições de Walidah Imarisha (2016) aos estudos negros no que diz respeito à imaginação social como instrumento de luta, para além de um recurso meramente teórico. Em seu artigo *Reescrivendo o futuro: usando ficção científica para rever a justiça* (2016), Walidah Imarisha trata a imaginação social a partir do conceito de ficção visionária, apresentando a ficção científica como instrumento de resistência para movimentos sociais que lutam por alternativas à realidade presente. Segundo a autora, a ficção visionária é um recurso para a criação de novos mundos através da imaginação. Podemos dizer, portanto, que a ficção visionária permite sonhar realidades que superaram os estigmas do colonialismo. A respeito disso, Imarisha (2016) diz que “a descolonização da imaginação é o mais perigoso e subversivo de todos os processos de descolonização”<sup>16</sup>.

A partir do exposto, é possível tecer uma relação entre a negrópolis de Jaime Alves (2020) e a ficção visionária de Walidah Imarisha (2016). Se a negrópolis se baseia na criação de uma nova cidadania urbana e na inclusão das pessoas negras à humanidade, haja visto todas as desumanizações produzidas pela colonialidade e antinegitude, podemos reconhecê-la como movimento social de contestação da cidade antinegra pautado na criação de uma nova categoria socioespacial urbana, de maneira que a negrópolis perpassa a ficção visionária.

#### 4. Racismo e imaginação a partir de um Quarto de Despejo

Para concluir as reflexões, este breve ensaio aciona o trabalho de Carolina Maria de Jesus, particularmente a sua obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1994), que nos permite resumir a discussão dos conceitos discutidos ao longo deste trabalho. Carolina Maria foi uma mulher preta brasileira nascida em Sacramento, no interior de Minas Gerais. Mudou-se para São Paulo em 1937 e habitou a favela do Canindé com seus três filhos, João José, José Carlos e Vera Eunice. A obra de Carolina é um diário, no qual são registrados aspectos do racismo socioespacial constatado na precariedade da favela do Canindé, onde são produzidas múltiplas condições de morte, seja ela por doenças decorrentes da falta de saneamento básico, pela fome, pela violência e pelos vícios adquiridos numa tentativa de suportar a desumanização. Todas estas condições mencionadas nos relatos da autora podem ser associadas ao conceito de necrópolis, formulado por Jaime Alves (2020).

Falta de saneamento básico:

“Vi uma pirua do Governo do Estado. Serviço de Saúde que vinha colher as fezes. O jornal disse que há 160 casos positivos aqui na favela. Será que eles vão dar remédios? A maioria dos favelados não há de poder comprar [...]”<sup>17</sup>

Fome:

“Como é horrível ver um filho comer e perguntar: “Tem mais?”. Esta palavra “tem mais” fica oscilando dentro do cérebro de uma mãe que olha as panelas e não tem mais”<sup>18</sup>

“[...] Hoje não temos nada para comer. Queria convidar os filhos para suicidar-nos. Desisti. Olhei meus filhos e fiquei com dó. Eles estão cheios de vida. Quem vive precisa comer. [...] Dizem que o Brasil já foi bom. Mas eu não sou da época do Brasil bom... Hoje eu fui me olhar no espelho. Fiquei horrorizada. O meu rosto é quase igual ao de minha saudosa mãe. E estou sem dente. Magra. Puder! O medo de morrer de fome!”<sup>19</sup>

<sup>12</sup> ALVES, Jaime Amparo. *Biópolis, necrópolis, 'blackpolis': notas para un nuevo léxico político en los análisis socio-espaciales del racismo*. Geopauta, v. 4, n. 1,

<sup>13</sup> *Ibid.*, p. 24.

<sup>14</sup> *Ibid.* p. 24-25.

<sup>15</sup> *Ibid.* p. 25.

<sup>16</sup> IMARISHA, Walidah et al. *Reescrivendo o futuro: usando ficção científica para rever a justiça*. Trad.: Jota Mombaça. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2016. p. 4.

<sup>17</sup> JESUS, Carolina Maria de (1994). *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 3. ed. São Paulo: Ática. p. 64.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 34

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 153.

Violência:

“Ele disse pesaroso:

Ah! Eu não presto. Está se vendo que eu não faço o serviço completo. Esta história de machucar só e não matar logo, só serve para arranjar inimigo. Eu não conheço o homem que eu dei a foiçada. Eu não quero ficar lá, porque ele há de querer me matar e a Polícia há de querer me prender”<sup>20</sup>

Vícios:

“Eu sai e fui catar papel. Papel pouco nas ruas, porque outro coitado também está catando papel. Ele vende o papel e compra pinga e bebe. Depois senta e chora em silêncio”<sup>21</sup>

“[...] Um menino de 9 anos. O padrasto bebe, a mãe bebe e a avó bebe. E ele é quem vai comprar pinga. E vem bebendo pelo caminho”<sup>22</sup>

Com base nos trechos do livro, as reflexões de Carolina Maria nos permitem compreender os conceitos de biópolis e necrópolis a partir da empiria. De certa forma, a escritora aborda todo esse debate muito antes da delimitação e nomeação destes conceitos por Jaime Alves (2020). Isso fica nítido nas seguintes analogias que a autora faz:

“[...] Eu classifico São Paulo assim: O Palácio é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos”<sup>23</sup>

“[...] Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. [...] Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo”<sup>24</sup>

Não obstante, é evidente o modo como a maternidade de Carolina e as vivências dela a partir de um corpo negro feminino dialogam com o trabalho de Hortense J. Spillers (2021). Por diversas vezes os relatos diários de Carolina são marcados por assédios e ofensas racistas que revelam a vulnerabilidade da mulher preta diante dos estereótipos criados a seu respeito. É o que revelam os fragmentos a seguir:

“Quando eu voltava encontrei com o Nelson da Vila Guilherme. Disse algo que eu não gostei. Fingi que não compreendia o que ele dizia.

Mas você é tão inteligente e não compreende porque é que eu ando atrás de você?”<sup>25</sup>

Outros excertos da obra, que também abordam a violência racista, têm muita proximidade com os sentimentos descritos por Fanon (2008) diante do racismo antinegro. Sempre que Carolina é reconhecida por algo bom, aqueles que a elogiam destacam que isso não é esperado dela por ser uma mulher preta, e sempre que buscam alguma razão para depreciá-la recorrem a sua negritude.

“[...] Quiz saber o que eu escrevia. Eu disse que era o meu diário.

Nunca vi uma preta gostar tanto de livros como você”<sup>26</sup>

“[...] Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me:

É pena você ser preta”<sup>27</sup>

Além disso, os filhos de Carolina vivenciam as questões sobre a paternidade tratadas por Spillers (2021). Incertezas sobre a identidade do pai e frustrações geradas pela ausência da figura paterna:

“[...] Eu pensava nas roupas por lavar. Na Vera. E se a doença fosse piorar? Eu não posso contar com o pai dela. Ele não conhece a Vera. E nem a Vera conhece ele. Tudo na minha vida é fantástico. Pai não conhece filho, filho não conhece pai”<sup>28</sup>

*"[...] Fui na Tesouraria para receber o dinheiro. A Vera queria comprar um vestido. Eu disse-lhe que seu pai não havia levado o dinheiro. Ela ficou triste e disse:*

*Mamãe, o meu pai não presta!"<sup>29</sup>*

<sup>29</sup> *Ibid.*, p. 146.

Por fim, é possível relacionar a figura de Carolina Maria à ficção visionária de Walidah Imarisha (2016) no que diz respeito à realização de sua própria obra. Carolina se imaginou uma autora reconhecida por suas denúncias de desumanização dos corpos negros e pobres nas favelas brasileiras, é o que ela mesma exprime quando fala sobre publicar seu livro nos trechos abaixo:

*"[...] Vou escrever um livro referente a favela. Hei de citar tudo que aqui se passa. E tudo que vocês me fazem. Eu quero escrever o livro, e vocês com estas cenas desagradáveis me fornece os argumentos"<sup>30</sup>*

<sup>30</sup> *Ibid.*, p. 17.

*"É que eu estou escrevendo um livro, para vendê-lo. Viso com esse dinheiro comprar um terreno para eu sair da favela"<sup>31</sup>*

<sup>31</sup> *Ibid.*, p. 25.

Ademais, Carolina não é só fruto do seu próprio sonho, é também imaginada assim por sua mãe, como conta aos leitores através da seguinte memória:

*"Eu nada tenho que dizer da minha saudosa mãe. Ela era muito boa. Queria que eu estudasse para professora. Foi as contingências da vida que lhe impossibilitou concretizar o sonho [...]"<sup>32</sup>*

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 43.

Carolina Maria de Jesus provavelmente foi também sonhada uma mulher livre da escravização por suas ancestrais, que apenas 26 anos antes de seu nascimento ainda eram escravizadas com o aval da legislação brasileira. Tal cenário é descrito e sintetizado por Imarisha (2016) quando diz:

*"[...] Somos o sonho das gentes Pretas escravizadas, a quem foi dito que seria "irrealista" imaginar um dia em que elas não seriam chamadas propriedade. Essas pessoas Pretas recusaram a confiar seus sonhos ao realismo, e em vez disso elas nos sonharam. Assim elas curvaram a realidade, reformularam o mundo, para criar-nos"<sup>33</sup>*

<sup>33</sup> IMARISHA, Walidah et al. *Reescrevendo o futuro: usando ficção científica para rever a justiça*. Trad.: Jota Mombaça. São Paulo: Fundação Bial, 2016. p. 8.

Carolina também sonhou outras mulheres e homens negros livres. Principalmente porque ela aponta a existência de uma nova escravidão, a fome.

*"Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos. [...] Choveu, esfriou. É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A Vera começou a pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo. [...] E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual – a fome!"<sup>34</sup>*

<sup>34</sup> JESUS, Carolina Maria de (1994). *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 3. ed. São Paulo: Ática, p. 27.

A autora não só identifica esse novo modelo de escravização como também reconhece as vítimas desse mal. Narra por diversas vezes como a fome atinge a ela, aos seus filhos e aos seus vizinhos. Pessoas não coincidentemente negras e empobrecidas:

*"[...] Não tomei café, ia andando meio tonta. [...] Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago. Comecei a sentir a boca amarga. Pensei: já não basta as amarguras da vida? Parece que quando eu nasci o destino marcou-me para passar fome [...]"<sup>35</sup>*

<sup>35</sup> *Ibid.*, p. 40.

*"Deixei de meditar quando ouvi a voz do padeiro:*

*Olha o pão doce, que está na hora do café!*

*Mal sabe ele que na favela é a minoria quem toma café. Os favelados comem quando arranjam o que comer [...]"<sup>36</sup>*

<sup>36</sup> *Ibid.*, p. 30.

Ela sonha com o fim dessa realidade marcada pela precariedade e pela fome. E sonhar aqui é recorrer à ficção visionária para resistir à desumanização. Carolina sonha com o direito à moradia e com o fim da insegurança alimentar. Seus filhos, ainda crianças, também sonham e imaginam como seria viver em outra circunstância que não fosse a miséria.

*"Eu deixei o leite às 3 da manhã porque quando a gente perde o sono começa a pensar nas misérias que nos rodeia. [...] Deixei o leite para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. [...] É preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela. [...] As horas que sou feliz é quando estou residindo nos castelos imaginários"<sup>37</sup>*

<sup>37</sup> *Ibid.*, p. 52.

*"[...] O José Carlos disse:*

*Não fique triste, mamãe! Nossa Senhora Aparecida há de ter dó da senhora. Quando eu crescer eu compro uma casa de tijolos para a senhora"<sup>38</sup>*

<sup>38</sup> *Ibid.*, p. 14.

*"[...] Quando eu passava na rua Eduardo Chaves, uma senhora chamou-me e deu-me umas panelas de alumínio, papéis e um quilo de carne assada com batatas. Creio que ela deu-me a carne por causa da Vera, que disse-lhe que gostaria de levar seu berço para o Mercado e morar lá. Porque lá tem muitas coisas boa pra comer. Que ela gosta de carne e quer casar com o açougueiro [...]"<sup>39</sup>*

<sup>39</sup> *Ibid.*, p. 71.

Considerando os trechos selecionados, é evidente o quanto a obra de Carolina Maria de Jesus contribui com as discussões sobre relações raciais no Brasil e no mundo através de descrições viscerais sobre o racismo antinegro e espacial nos contextos urbanos. Não obstante, à medida em que os escritos de Carolina se associam aos conceitos discutidos no ensaio, fica evidente a relação das estruturas que sustentam a perpetuação do racismo, entre elas a colonialidade e a antinegitude. Destaca-se também a imaginação social praticada por Carolina e até mesmo as falas imaginativas irreverentes de seus filhos, que demonstram a potência de imaginar cenários de ficção visionária para resistir ao presente e criar caminhos para o futuro.

## 5. Conclusão: temos o direito de imaginar

O ensaio que se encerra propôs discussões a respeito do tema das relações raciais e do racismo a partir de uma literatura recente que dialoga com clássicos da intelectualidade negra. As reflexões elaboradas partem do racismo espacial tratado por Jaime Alves (2020) com base nos três conceitos de biópolis, necrópolis e negrópolis, que enfatizam a experiência negra nas relações que se estabelecem no contexto urbano. Neste tópico, o ensaio trata da branquitude do Estado e da terra no Brasil, da lógica da branquitude e da antinegitude.

Adiante, as vivências negras em espaços regidos pela colonialidade são tratadas com base em Aimé Césaire (1978), Frantz Fanon (2008) e Achille Mbembe (2014), que versam sobre os impactos do colonialismo no tempo presente. A partir de Hortense Spillers (2021) a discussão aborda os desdobramentos da ordem colonial nas dinâmicas e estruturas de família dos povos amefricanos colonizados. Em convergência, este tópico trata ainda das violências que atingem a identidade do sujeito negro a partir de Fanon (2008). Ademais, o ensaio apresenta perspectivas de resistência às desumanizações da colonialidade, como a fabulação crítica sobre a rebeldia diante da desumanização proposta por Saidiya Hartman (2022). Por fim, a imaginação social proposta por Walidah Imarisha (2016) e orientada pela ficção visionária oferece recursos de resistência às desumanizações da colonialidade e esperança de descolonização do futuro.

Para a compreensão empírica dos conceitos discutidos, o ensaio reúne trechos da obra *Quarto de Despejo* (1994), de Carolina Maria de Jesus. Considerando as articulações realizadas, é notável que a autora descreve detalhadamente em seus relatos diários a operacionalização do racismo socioespacial, das vivências de famílias negras na colonialidade, das violências racistas contra a identidade negra e da imaginação social em situações cotidianas.

A principal contribuição deste ensaio parte de uma interpretação que reconhece os trajetos e implicações do colonialismo em diferentes temporalidades. Em primeiro lugar, o ensaio propõe o entendimento da relação entre branquitude, branquitude e antinegitude, que fundamentou a ordem colonial no passado. A partir disso, elabora uma discussão sobre elementos das vivências contemporâneas que conduzem ao reconhecimento da colonialidade no presente. Por fim, as reflexões estabelecidas sugerem a prática da imaginação social como

mecanismo para resistir ao presente, elaborar novos cenários e lutar pela descolonização do futuro.

## Notas

\* Graduada em Ciências Sociais na Universidade Federal do Paraná (UFPR).  
E-mail: rafaelberger816@gmail.com

## Referências

ALVES, Jaime Amparo. Biópolis, necrópolis, 'blackpolis': notas para un nuevo léxico político en los análisis socio-espaciales del racismo. *Geopauta*, v. 4, n. 1, p. 5-33, 2020.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa. Livraria Sá Costa Editora, 1978.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra* (Trad. José Laurênio de Melo). Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira SA, 1968.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad.: Renato Silveira. Salvador: Edufba, 2008.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. (1988) *In: Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Coletânea Organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA). Diáspora Africana, 2018.

HARTMAN, Saidiya. *Vidas Rebeldes, Belos Experimentos: Histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e Queers radicais*. Fósforo, 2022.

IMARISHA, Walidah et al. *Reescrevendo o futuro: usando ficção científica para rever a justiça*. Trad.: Jota Mombaça. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2016.

JESUS, Carolina Maria de (1994). *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 3. ed. São Paulo: Ática.

MBEMBE, Achille. *Sair da grande noite. Ensaio sobre a África descolonizada*. Edição pedagogo e Mulemba, Luanda, 2014.

MOREIRA, Camila. Branquitude é branquidade? Uma revisão teórica da aplicação dos termos no cenário brasileiro. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 6, n. 13, p. 73-87, 2014.

PATERNIANI, Stella Zagatto. Da branquidade do Estado na ocupação da cidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, n. 91, 2016.

SPILLERS, Hortense. *Bebê da mamãe, talvez do papai: uma gramática estadunidense. Pensamento negro radical*. São Paulo: N-1, p. 29-69, 2021.

TONIAL, Felipe Augusto Leques; MAHEIRIE, Kátia; GARCIA JR, Carlos Alberto Severo. A resistência à colonialidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 16, n. 1, p. 18-26, 2017.

VARGAS, João H. Costa. Racismo não dá conta: antinegitude, a dinâmica ontológica e social definidora da modernidade. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, v. 18, n. 45, 2020.



## TRILHAR A MEMÓRIA E RETOMAR A HISTÓRIA: NARRAÇÕES CONTRA COLONIAIS DO PRINCÍPIO DA DIÁSPORA AFRO-INDÍGENA NO CEARÁ

### TRACING MEMORY AND RETAKING HISTORY: COUNTER-COLONIAL NARRATIVES OF THE EARLY AFRO-INDIGENOUS DIASPORA IN CEARÁ

#### Resumo

Este artigo aborda a relevância do estudo das movimentações diaspóricas africanas e indígenas no estado do Ceará, Brasil, e sua interligação com a construção de uma historiografia contra-colonial. Ao explorar a história dessas populações, o artigo destaca como suas experiências, resistências e contribuições moldaram a cultura e a identidade cearense, além de desempenharem um papel fundamental na desconstrução de narrativas históricas coloniais. Através de uma análise multidisciplinar que abarca história, antropologia e estudos culturais, o estudo das movimentações diaspóricas revela as complexidades das interações entre africanos, indígenas e europeus no Ceará. Essas interações não apenas resultaram em processos de sincretismo cultural, mas também geraram formas de resistência, como a preservação de tradições e a retomada de saberes e línguas ancestrais. A influência dessas movimentações pode ser observada em aspectos diversos, como na culinária, música, religião, formação espacial das cidades e expressões artísticas do estado.

#### Abstract

*This article addresses the relevance of studying African and indigenous diasporic movements in the state of Ceará, Brazil, and their interconnection with the construction of a counter-colonial historiography. By exploring the history of these populations, the article highlights how their experiences, resistance and contributions have shaped Ceará's culture and identity, as well as playing a fundamental role in deconstructing colonial historical narratives. Through a multidisciplinary analysis that encompasses history, anthropology and cultural studies, the study of diasporic movements reveals the complexities of the interactions between Africans, indigenous people and Europeans in Ceará. These interactions not only resulted in processes of cultural syncretism, but also generated forms of resistance, such as the preservation of traditions and the revival of ancestral knowledge and languages. The influence of these movements can be seen in various aspects, such as cuisine, music, religion, the spatial formation of the state's cities and artistic expressions.*

**Palavras-chave:** Diáspora indígena; Diáspora Africana; Comunidades quilombolas, colonialismo; Identidade cearense.

**Keywords:** African diaspora; Quilombola communities; Colonialism; Ceará identity.

\*Paulo Ricardo Dias de Sousa

Recebido em: 15/08/23  
Aceito em: 28/12/2023

## 1. Introdução

Antes de tudo: afro-indígena não é uma identidade. Pensar o termo afro-indígena demanda um entendimento prévio de que indígenas e africanos tiveram experiências diferentes no fluxo da história, mas com suas confluências e rupturas, interligados por momentos contemporâneos e em diversos casos, antagônicos. A afirmação de que afro-indígena é uma identidade se insere em um terreno instável e perigoso, pavimentado pelas ideias de miscigenação orgânica no Brasil e persevera com alguns deslizamentos cometidos no âmbito dos debates identitários. Há convergências sim, mas não apagamentos simultâneos, pois se colocarmos a sobreposição do afro sobre o indígena, ou vice e versa, estaremos dando o traço de colonialismo para grupos sobrepostos violentamente pelos europeus e não o oposto. Categorizar um indivíduo como afro-indígena nos arrasta ao limbo em que já habitam esses dois grupos, ou melhor, esses múltiplos grupos colocados dentro da colonialidade como “índio” e negro. O caráter europeu de subdividir o mundo em raças gerou inumeráveis apagamentos históricos que se manifestam na colonialidade moderna e atestam os programas de epistemicídio e extermínio total de experiências ímpares que ainda são excluídas da intelectualidade tida como ocidental.

Para que haja a melhor compreensão da diáspora afro-indígena é preciso apontar que não se trata da mera junção de duas identidades, mas sim uma abordagem que conflui com as duas leituras de mundo e experiências destes dois grupos. O âmbito acadêmico deve se ater nas diferenciações e conexões que formam povos indígenas e povos afrodiáspóricos:

*O debate afro-indígena como categoria presente em estudos acadêmicos (dissertações, artigos e teses) se impõe na afirmativa de uma categoria não abstrata remetida às ancestralidades negras e indígenas, acionadas como referências de práticas culturais, saberes familiares e/ou comunitários que estão vinculados a raízes de antepassados em aprendizagens geracionais que fluem presentes em produções acadêmica<sup>1</sup>.*

Compreender os movimentos de africanos e indígenas dentro do estado do Ceará, enquanto uma diáspora nos remete quase que instantaneamente ao entendimento genérico do próprio termo diáspora, dada a etimologia grega “diasporá”, que significa dispersão de povos<sup>2</sup>.

Na discussão em questão não se trata apenas de uma única e concreta dispersão dos povos – africanos e seus remanescentes, indígenas e seus remanescentes – mas de uma multiplicidade de cosmologias, culturas e entendimentos de mundo que se retroagem dentro dos termos políticos de seu tempo e reverberam ou não para o futuro. O conceito de diáspora refere-se ao movimento disperso de uma população de seu local de origem para diferentes regiões geográficas, muitas vezes devido a fatores como migração forçada, busca de melhores oportunidades ou fatores políticos e sociais. A diáspora pode envolver uma perda de identidade cultural, bem como a formação tangível de novas comunidades e redes em terras diferentes. Historicamente, a diáspora está associada a grupos étnicos, religiosos ou culturais que foram deslocados de suas terras natais e se estabeleceram em várias partes do mundo. No contexto dos fluxos humanos afro-indígenas no Ceará, a diáspora se refere à migração e dispersão desses grupos ao longo do tempo, muitas vezes como resultado da escravidão, opressão e marginalização históricas.

Essa agitação colonial no Ceará do século XVII, onde ainda timidamente Pero Coelho e Soares Moreno se colocaram a promover, culmina nas movimentações das populações indígenas do litoral, e em consequência o contato destes com indivíduos outros também perdidos nessa nova concepção de Novo Mundo. Walter Benjamin (1949) bem pontua a capacidade de ser possível produzir material acadêmico a respeito dos excluídos da História; aquelas e aqueles não homenageados nas ruas e nem pensados como monumentos culturais formadores, seja do pensamento ocidental globalizado ou de um delimitado território nos sertões da América Portuguesa. E este território de proporção considerável chamado Ceará, deve ser pensado a contrapelo e reinvestigado com as particularidades originadas de conflitos socioespaciais, religiosos, étnicos, econômicos ou todos estes motores simultaneamente que, se estruturam em raízes dispersas no solo das ciências humanas e ainda calcadas na intelectualidade senhoria do século XIX, abastecida também por seus interesses particulares e desprendida da oralidade que constituem os povos indígenas e afro-brasileiros com seus saberes milenares. Logo a presente discussão deseja suscitar não apenas raso questionamento da bibliografia

vigente sobre povos indígenas e povos negros do Ceará, mas também uma possibilidade de compreender estes sujeitos como agentes reais de suas mobilizações ordenados de subjetividades capazes de moldar suas leituras de mundo, tempo e local político. E precisamente conseguir registrar lendas dessas comunidades que desafiaram a tecitura violenta do tempo para advir suas permanências no presente. É possível conectar essas interações de negros e indígenas na historiografia cearense e sua formação material com as narrativas oralizadas das comunidades atuais aliadas a documentação canônica e institucionalizada, e conseguirmos enfim realizar este choque de civilidades, porém não de forma destrutiva e que vilipendia indivíduos, mas sim confluência geral de pessoas em circunstâncias similares de violência e dominação que por sua vez irrompe em novas culturalidades que resistem<sup>3</sup>.

Dentro das movimentações indígenas no Ceará pesquisadas por Carlos Studart Filho<sup>4</sup> ou Raimundo Girão<sup>5</sup>, por exemplo, eleva-se a pergunta de em que momento houve também a História contada – e percebida – pela tradição dos que são investigados? Não é necessariamente uma crítica anacrônica aos escritos desses intelectuais determinantes do Ceará, mas é preciso sanar questionamentos latentes dentro das “lacunas históricas” sobre os movimentos diáspóricos desses povos dispostos quase desordenadamente nos livros de História. Tratando-se elementarmente das movimentações negras, há um hiato ainda maior: na ausência documental sobre esses indivíduos e suas organizações em quilombos ou povoados.

E esses movimentos físicos humanos, sob circunstâncias de dominação constante, não se principia com a primeira nau a aportar no litoral cearense seja ela guiada por Pinzón, piratas vindos do caribe ou franceses. O fato é que a diáspora indígena e a africana são atravessadas por fatores globais que transbordaram no que se entende de História do Ceará, que está antes de tudo na História do Mundo, pois, Siri-Ará<sup>6</sup> também está fincado no mundo como parte agente.

Narrar as movimentações afro-indígenas numa ótica contra-colonial é uma forma de abordar a história e as experiências desses grupos étnicos a partir de uma perspectiva crítica em relação ao colonialismo e seus impactos históricos. Essa abordagem busca desconstruir narrativas eurocêntricas e colonialistas que há séculos têm dominado a representação dos povos afrodescendentes e indígenas, muitas vezes desumanizando-os, marginalizando-os e perpetuando estereótipos prejudiciais. O pensamento principal é recuperar e valorizar a história, as lutas, as conquistas e as resistências dessas comunidades que têm sido historicamente oprimidas e subjugadas pelos processos de colonização e escravização. Narrar suas movimentações a partir de uma sensibilidade contra colonial envolve reconhecer a importância de suas vozes e perspectivas próprias que são dissidentes dentro do processo de epistemicídio<sup>7</sup>.

## 2. Trilhar a diáspora

O ritmo em que foi pensado a América tem uma cadência aparentemente em uníssono, guiado pelas bacantes absortas na flauta de Pã<sup>8</sup>, rumando para uma direção desconhecida na imensidão dos cosmos. Ainda que o Novo Mundo seja a égide da liberdade e a conspiração dos rebelados, é sem dúvida o túmulo da consciência. Para adentrar à América saindo dos portos de Europa é preciso cruzar o atlântico infindo e aportar enfim na terra que Vespúcio<sup>9</sup> porventura descobriu: com suas imensas árvores, seus gentios, suas riquezas e, com a chegada europeia, com o advento de suas misérias. O chão americano de Terra Nova e Labrador (Canadá) até El Calafate (Argentina) seria varrido pelas tropas de suas inumeráveis majestades reinantes no velho continente, guiados pela cruz católica e pela bíblia protestante, ambas com particularidades e semelhanças, mas ainda assim destrutivas.

A diáspora parte sempre de algum lugar, seja no simbolismo da cultura ou na materialidade física de corpos submetidos à escravização e desterritorialização: estar em diáspora, sob as mais variadas circunstâncias, é mapear os diferentes modelos de violências que se emprega no colonialismo prático. E na dominação de indivíduos negros, mestiços e indígenas no Ceará, se deu de forma brutal pelo correr dos séculos e contemporaneamente busca pela sofisticação do extermínio, ora pelos mecanismos de aprisionamento estatal-institucional, ora pela negação da participação de negros e indígenas na formação do que seria, e pretende ser, o Ceará<sup>10</sup>.

O imaginário cearense coabita com o imaginário brasileiro estabelecido pela construção de uma História do Brasil encomendada para o Império, escrita por europeus, acentuada pelos

<sup>1</sup> CONRADO, M. P.; BARROS, T. D. N. M. N. A categoria “afro-indígena” na Amazônia paraense: usos, confluências e ambivalências em debate acadêmico. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, maio/agosto 2022, p. 235.

<sup>2</sup> Grego, DIASPORÁ, de DIASPEIREIN, “espalhar, dispersar”, formada por DIA, “através”, mais SPEIREIN, propriamente “espalhar”. ALC NTARA, Vinícius. *Origem das Palavras: Diáspora*. In: *Origem da Palavra: Etimologia da Palavra Diáspora*. Minas Gerais, 2013. Disponível em: <https://origemdapalavra.com.br/pergunta/etimologia-644/>. Acesso em: 23 ago. 2023.

<sup>3</sup> SANTOS, A. B. D. A terra dá, a terra quer. 1. ed. São Paulo: Ubu, 2023.

<sup>4</sup> Nasceu em Fortaleza, CE, em 17 de junho de 1896, e faleceu em 6 de março de 1982, na mesma cidade. Bisneto do barão de Studart e filho de Carlos Studart, ambos destacados historiadores. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Carlos Studart Filho. In: Carlos Studart Filho. Fortaleza, 2014. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/csdefilho.html>. Acesso em: 12 ago. 2023.

<sup>5</sup> Como homem público, desempenhou as funções de prefeito de Fortaleza, ministro do Tribunal de Contas do Estado do Ceará — de 21 de setembro de 1935 até sua aposentadoria, em 1970 — e secretário de Cultura do Estado do Ceará, entre outros. RAIMUNDO GIRÃO. Apresentação do Site: Autor. In: Raimundo Girão. Fortaleza, 2013. Disponível em: <https://www.raimundogirao.com.br/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

<sup>6</sup> Quanto à origem do nome Ceará, segundo o historiador João Brígido, escrevia-se Siará e assim se encontra esta palavra nos velhos manuscritos da Capitania. O “Ceará” da ortografia atual, acrescenta o estudioso, vem de uma derivação que aos poucos deturpou a palavra tupi Siri-Ará. Siri, na língua indígena, quer dizer “andar para trás” e Ará significa branco, claro, alvacento. Outro historiador, Capistrano de Abreu, afirma em seus estudos que esta palavra se originou da aglutinação das palavras indígenas dzú (água) e erá (verde), cuja pronúncia em português teria dado Siará (grafia primitiva) ou Cuyará, isto é, “água ou Rio Verde”, se não “Mar Verde”. DIÁRIO DO NORDESTE. História do Ceará começou em 1603. In: História do Ceará começou em 1603.

Trilhar a memória e retomar a História: narrações contra coloniais do princípio da diáspora afro-indígena no Ceará

— 2022

*Fortaleza, 2007. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/historia-do-ceara-comecou-em-1603-1.405216. Acesso em: 11 ago. 2023.*

<sup>7</sup> CARNEIRO, A. S. A **CONSTRUÇÃO DO OUTRO COMO NÃO-SER COMO FUNDAMENTO DO SER.** São Paulo. 2005.

<sup>8</sup> *As Bacantes, ou As Mênades, é uma tragédia grega de autoria do dramaturgo Eurípedes, de Salamina, mas que passou a maior parte de sua vida em Atenas. na mitologia grega, é o deus dos bosques, dos campos, dos rebanhos e dos pastores. Vive em grutas e vaga pelos vales e pelas montanhas, caçando ou dançando com as ninfas. É representado com orelhas, chifres e pernas de bode, amante da música, traz sempre consigo uma flauta.* Júnior, W. M. de S. (2019). In: A Tragédia “As Bacantes” de Eurípedes Sob a Ótica dos Estudos de Gênero: Penteu e as Fronteiras do Masculino e do Feminino. **Revista Cantareira**, (24). Recuperado de https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27826.

<sup>9</sup> *Américo Vespúcio foi um mercador, navegador, geógrafo, cosmógrafo italiano e explorador de oceanos a serviço dos Reinos de Espanha e Portugal que viajou pelo, então, Novo Mundo, escrevendo sobre estas terras a ocidente da Europa. “Américo Vespúcio” em Só História. Virtuous Tecnologia da Informação, 2009-2023. Consultado em 11/09/2023 às 12:55. Disponível na Internet em http://www.sohistoria.com.br/biografias/americo/ .*

<sup>10</sup> BARBOZA, E. H. L.; MARIZ, S.. *No Ceará não tem disso não? Negacionismos e povos indígenas e negros na formação social do Ceará. Revista Brasileira de História*, 14 março 2021., p. 111 - 134.

Institutos Históricos e posta como catequese nacionalista nos primeiros anos da República. Todas as afirmações românticas do sacrifício indígena e da necessidade de escravização de africanos deu às barbáries brasileiras uma roupagem mais amena para ser discutida na escola e que na mesma proporção castra a sensibilidade crítica, de forma que não haverá espaço para questionar de onde vieram nossos escravos e onde estão nossos índios. Para que passe a ser Brasil é preciso deixar de ser Pindorama<sup>11</sup>, para que seja o Império do Brasil é preciso que haja quem o construa de suas senzalas até seus palácios, e para que seja a República Federativa do Brasil, é preciso que se iguale todos a ponto de não existir o recurso para mapear qualquer ancestralidade que não esteja a serviço do poder. Percebe-se que tudo aquilo que se entende e se projeta como nação brasileira é em parte título inventado e em parte extermínio, sempre constituindo uma perspectiva eurocêntrica e paternalista com uma constante superação e esquecimento do passado, despejando qualquer responsabilidade histórica no acaso. O Brasil é antes de tudo uma metáfora.

É preciso e vital pensar nos povos indígenas e africanos em uma multiplicidade enorme de culturas e culturalidade que diferencia, mas não distância, comunidades, etnias, grupos, nações e povos. Mas na pluralidade há semelhanças que se interrelacionam e que são experimentadas em comum, na historicidade elas são experienciadas entre indígenas e negros diante do tráfico, da escravização, da violência e o vilipendiar de suas culturas, há então a diáspora. A dispersão dos povos não quer dizer dispersão da cultura, mas sim uma abrangência maior com um alcance salientado pelas novas confluências de civilidades, que não exclui a violência, mas a coloca em ruptura de sua própria hegemonia<sup>12</sup> a fim de questioná-la diretamente com as manifestações coletivas de cultura. E também se eleva sobre as discussões dessas relações estabelecidas em circunstâncias de violência, como se torna um dever histórico pensá-las a partir de versões de si mesmas, sem apenas caracterizar como fonte aquilo que é institucionalmente documentado, e ir observando a tessitura de caminhos desenhados nos rodapés dos livros. Se levado para a sala de aula será ainda mais revolucionário buscar trabalhar essas experiências, entretanto existe o abismo entre a lei e o que é estabelecido a partir dela, como enfatiza Correa:

*[...] a americanização dos afro-descendentes não aparece contemplada na lei 10.639/03 que torna obrigatória a temática História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial de ensino. Em nenhum parágrafo ou artigo dessa lei, há menção sobre a obrigatoriedade do ensino das experiências afro-americanas*<sup>13</sup>.

E como cearenses são advindos da diáspora afro-indígena, a despeito de autores como Luís Santos<sup>14</sup> (2020) que ainda tentam reelaborar a historiografia, não como um pensar contra colonial mas, oposto a isso: ressaltando o comprometimento da branquitude com os seus semelhantes a fim de servir devotadamente os interesses de manutenção do sistema que violenta cotidianamente o passado, o presente e o futuro daqueles colocados sob a constiuição de humanidade elaborada através da colonização e neocolonização. A perspectiva de observar as identidades afrodescendentes e indígenas como um elemento a ser superado, só baseia novos revisionismos fraudulentos da História e que em nada acrescentam ao conhecimento ancestral que deve ser trilhado sob a luz do questionamento prudente e da consciência ética. Pensar uma historiografia crítica ao colonialismo e à colonialidade é fundamental para compreendermos de maneira mais completa as profundas consequências desses fenômenos históricos. A colonização envolveu a exploração, opressão e subjugação de populações inteiras em nome do poder e da acumulação de riqueza. Uma historiografia crítica nos permite analisar as narrativas tradicionais e questionar as perspectivas eurocêntricas que muitas vezes minimizaram ou romantizaram os horrores do colonialismo e como ele busca sua manutenção secular<sup>15</sup>.

### 3. Trilhar a memória

Supõe-se que o descobrimento da América se deu no mérito do acidente, com a distância prática da óbvia objetivação da empreitada econômica com alvos claros de exploração do território. Há, porém, quem dispute este “acidente” fatal que resultou na concepção americana de colonização, como se por mero acaso e proeza de Deus – seja ele católico ou protestante – emanasse dos mares tormentas e desembocasse seus fiéis súditos na costa pacata de Porto Seguro ou, no entendimento espanhol, Cabo de Santa Maria de La Consolación, possível atual

Mucuripe, em Fortaleza<sup>16</sup>.

— 2022

— 2022

Sendo assim, Cabral perde sua celebridade e passa a sediar apenas o panteão lusitano das descobertas da América e não precisamente como progenitor do que viria a ser o Brasil. Quem passa a dominar o imaginário, tal qual pretendia dominar a terra, é Vicente Yáñez Pinzón, aquele que permanece com seus possíveis feitos no campo da disputa historiográfica. Um debate intelectual que se debilita com o passar das mesmas discussões e referências bibliográficas. Ainda se faz urgente questionar essas afirmações sobre os descobrimentos dos inúmeros brasis que são investidas de uma perplexa monumentalidade, carregada de artefatos quase mitológicos, colocados nas narrativas sobre essas empresas comerciais dispostas a dominar em nome Del Rey.

Segundo Girão (1971), existe um enorme debate acerca da data específica em que Pinzón aporta em Rostro Hermoso, provável Mucuripe (também questiona o local), muitos historiadores como Capistrano de Abreu endossam Frederico Varnhagen em suas afirmações de ser o Mucuripe o então cabo, baseado, por sua vez, nas documentações cartográficas de Juan de La Cosa, membro da expedição de Pinzón. Destaca-se que as descobertas de Pinzón foram úteis cartograficamente, mas não proveitosas para a exploração do signo que carregava a Espanha, pois a divisão papal do mundo materializada no Tratado de Tordesilhas emanava uma limitação da conquista hispânica em terras sabidamente portuguesas.

— 2022

O processo de colonização se estabelece não apenas do contato primário, mas também no gradual e constante assédio do colonizador. Mais a frente, em 1603, podemos demarcar quão avassaladora fora a investida de Pero Coelho em sua expedição saída de Pernambuco rumo ao Maranhão, mas que, nas palavras de Girão (1971), dera ao Siará o então moço Martim Soares Moreno, na companhia do jesuíta Baltasar João Correia que catequizou uma quantidade considerável de indígenas durante a jornada. Cabendo ao jovem Martim Soares aprender a língua dos nativos, no intuito de apaziguamento destes, em outras palavras, dominá-los a partir de sua própria cultura, adaptando-a aos interesses colonialistas.

— 2022

Existe em adendo nos mesmos registros de Girão (1971) a marcação da resistência indígena no processo de catequização jesuítica feita pelo padre Baltasar, dado o fato de que o processo da bandeira era o extermínio dos tapuias, dos bárbaros, como mencionado repetidas vezes em solicitações de sesmarias. Em 1612, Martim Soares com o apoio devotado do cacique Jacaúna ergue na ribeira do Rio Ceará, o forte de São Sebastião, sobreviveu na historiografia poucos detalhes de quem era o cacique Jacaúna, mas levando em conta os documentos do período, Jacaúna poderia provavelmente pertencer à nação dos Potiguaras, deve-se levar em conta a pressuposição que os primeiros europeus tomavam as identidades indígenas colocadas repetidas vezes na generalização<sup>17</sup>. Porém, quem eram estes catequizados durante a bandeira de Pero Coelho? E como dentro deste processo foram percebidas a cruz e a espada?

— 2022

A aptidão indígena para a guerra se revelava por conta dos seus próprios conflitos internos, de um povo indígena para com outro, como também nas suas batalhas de cerco-mento dos próprios territórios contra piratas, franceses e flamengos; ainda que haja o registro de aliança entre estes, o conflito também se mostrava inevitável. Sendo que, se porventura portugueses em Bandeira encontrassem piratas, holandeses ou espanhóis junto dos nativos seriam degolados friamente, sendo assim a barbárie não é um elemento retido na culturalidade dos Potiguaras, Tabajaras ou outros, mas assim se perpetuou na mentalidade do senso comum.

— 2022

Já a relação de escambo entre indígenas e outros indivíduos europeus era baseada no escambo de machados, foices e facas em troca de pau Brasil, âmbar e manim (uma espécie de algodão nativo). O âmbar proveniente do escambo era chamado pelos indígenas de pirapoã repoti (excremento de baleia), Girão (1971, p. 33). Este comércio de âmbar-gris de um novo caráter no estabelecimento de comunicação entre indígenas, possivelmente potiguaras, com os europeus<sup>18</sup>. E a nítida recorrência de comerciantes e piratas no objetivo de comercializar o âmbar-gris tornou-se rotina na primeira metade do século XVII, esses elementos de contato romperam com a relativa calmaia que habitavam os povos indígenas costa-atlânticos do Ceará. Por menor abrangência das narrativas documentais a respeito da perspectiva nativa ante a colonização, devemos nos ater ao campo supositório dessa percepção coletiva, entretanto, sustentada pela oralidade experimentada dos seus descendentes que buscam resgatar a história daqueles que foram dominados, mas cabe discutir acerca das temporalidades envolvidas nessas perpetuações coletivas, assim como as constantes variáveis de leituras de momentos

Volume 9, número 2 - 2023

— 2022

<sup>11</sup> *Pindorama: nome do Brasil atribuído por algumas tribos indígenas. Em tupi-guarani significa "terra das palmeiras". MOONEN, Francisco. **Pindorama Conquistada: Repensando a questão indígena.** João Pessoa: Alternativa, 1983.*

<sup>12</sup> SANTOS, A. B. D. **A terra dá, a terra quer.** 1. ed. São Paulo: Ubu, 2023.

<sup>13</sup> CORREA, S. M. D. S. **Presentismo negro: um tópico subjacente na história afro-brasileira.** Anos 90, Porto Alegre, 2008., p. 274-275.

<sup>14</sup> *Luís Sérgio Santos, cearense, é jornalista, historiador e professor da área de Comunicação da Universidade Federal do Ceará. O livro “O Cearense Revelado – uma jornada via DNA desvenda nossa ancestralidade”, de autoria de Luís Sérgio Santos, foi lançado em 2020, pelo Instituto Myra Eliane, com*

*350 páginas, prefácio de Igor Queiroz Barroso, apoio cultural da Federação das Indústrias do Estado do Ceará. EUCLIDES DE ARAÚJO, OSVALDO. Pré-leitura do livro “O Cearense Revelado”, de Luís Sérgio Santos. In: **Pré-leitura do livro “O Cearense Revelado”, de Luís Sérgio Santos.** Fortaleza, 2020. Disponível em: https://segundaopiniaao.jor.br/pre-leitura-do-livro-o-cearense-revelado-de-luis-sergio-santos/. Acesso em: 10 ago. 2023.*

<sup>15</sup> BONILLA, H. **Os conquistados: 1942 e a população indígena das Américas.** São Paulo: Hucitec, 2006.

<sup>16</sup> *VARNHAGEN, F. A. D. História geral do Brazil: antes de sua separação e independencia de Portugal. In: VARNHAGEN, F. A. D. **História geral do Brazil: antes de sua separação e independencia de Portugal.** Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1877., p. 14 -15.*



<sup>17</sup> ALMEIDA, G. G. D. *Heróis Indígena do Brasil: memórias sinceras de uma raça*. Rio de Janeiro: LIVRARIA EDITORA CATEDRA, 1988, p. 82.

<sup>18</sup> SOBRINHO, T. P. Topônimos indígenas dos séculos XVI e XVII na costa cearense. *Revistas do Instituto do Ceará*, 1945., p. 156 - 205.

<sup>19</sup> JÚNIOR, D. M. D. A. *Violar Memórias e Gestar a História Abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um "parto difícil"*. *CLIO - Série História do Nordeste*, 1994., p. 39 - 52, p. 40.

<sup>20</sup> FILHO, C. S. Os aborígenes do Ceará. In: FILHO, C. S. *Os aborígenes do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1965., p. 25 - 27, p 25.

<sup>21</sup> BONILLA, H. *Os conquistados: 1942 e a população indígena das Américas*. São Paulo: Hucitec, 2006.

históricos. Assim as memorialidades são acentuadas ou ignoradas de acordo com o tempo presente dessas comunidades que hoje disputam seu reconhecimento enquanto povos indígenas, uma recorrência ao passado para constatar o agora.

*Cuidados que devem ir desde uma clara conceituação de memórias e de história, que evite considerar as memórias um discurso mais verdadeiro, mais próximo do que teria sido a "verdadeira história" em contraponto à "história oficial", até uma mais clara definição de métodos, tanto no que diz respeito à coleta destas memórias como no seu emprego posterior no interior de um discurso historiográfico*<sup>19</sup>.

O movimento diaspórico indígena, precisamente no século XVI, era diretamente ligado a outras consequências, geralmente espaciais, meteorológicas ou culturais dando ao termo diáspora, colocando-o anterior ao período de contato aos europeus, um esvaziamento material e teórico, como bem aponta Studart Filho (1965) sobre as movimentações antes de Pinzón ou Martim Soares:

*Das cabildas que, na região litorânea, representavam o grupo tupi, algumas - como se verá em tempo - por ela transitavam acidentalmente; eram, portanto, na terra, apenas hóspedes de passagem. As outras, porém, ali tinham fixado morada e o fizeram em época relativamente recente, pois o movimento migratório, que levou até àquelas praias os mais distantes enxames de brasileiros, seria contemporâneo da chegada ao Novo Mundo dos primeiros imigrantes portugueses. Premidos pelos alóctones recém-vindos ao Nordeste Oriental. os nativos haviam abandonado o primitivo habitat, buscando, no Ceará, novos domínios*<sup>20</sup>.

Para conceituar a diáspora indígena, é preciso coexistir o antagônico à sua permanência, aquele indivíduo que irá influir para que ocorra a dispersão desses povos, porém afirmar que apenas a dominação europeia gerou fluxos de migração indígena e mais tarde africana é colonizar o direito de execução das próprias escolhas destes povos, o detalhe que existe é que com a conquista europeia do Ceará culmina-se na dispersão forçada dos povos que não estabeleceram alianças, e com o correr dos séculos, os próprios aliados também foram dizimados, pois o objetivo intrínseco a colonização é higienizar a paisagem pagã do Novo Mundo.

Com as bandeiras no alvorecer do século XVII rasgando os sertões e os assentamentos europeus no litoral se formando, houve uma verdadeira pressurização das nações indígenas dentro de seus antigos territórios, colocando-os mais nas entranhas do Ceará, com contatos agora inevitáveis entre grupos étnicos diferentes que se derivavam de outros fluxos, anteriores as naus. E dentro dessas conflituosas relações de poder, forma-se a dicotomia que, é antes de tudo colonial, entre tupis e tapuias. Assim é nítida a primeira estratégia do invasor europeu: fragmentar. Usufruir da diferença de grupos multiétnicos (não apenas dois) em uma lógica de alteridade revela o interesse em usar dessas subdivisões étnico-culturais como mecanismo para a expansão territorial, captura e escravização<sup>21</sup>. É no entendimento do que o Outro não é – como gente – que se desdobram as desumanidades feitas em nome de Cristo pelas mãos férreas da colonização. A dominação física começa primeiro pelo contato, aquilo que se relaciona entre o silêncio do dominador e a curiosidade do dominado, as naus aportaram antes de qualquer coisa nas mentalidades, e fincaram âncoras profundas. Através de sofisticadas rupturas e reconexões a partir do nada, se faz o estranhamento do indígena tupi com o tapuia, e vice-versa, porém, é preciso cautela, pois estes possuíam razões subjetivas que, mesmo alinhadas no processo de dominação-manipulação, eram também particulares e ancestrais.

Temos uma enorme variabilidade linguística e cultural no litoral cearense, com influências majoritariamente tupis. Há, porém, uma sobreposição dos nomes em tupi, para localidades em geral, sobre os nomes tapuias, demonstrando uma clara amistosidade entre os indígenas litorâneos e os conquistadores, concatenada em suas alianças de longo prazo. Os tupis não eram precisamente os principais habitantes do território cearense, sendo a presença mais recorrente destes na costa, principalmente de grupos como Potiguaras e Tabajaras, assim aponta Sobrinho (1945):

*E isto era natural porque eles nas suas entradas se faziam acompanhar de numerosos índios tupis, já catequizados em Pernambuco e Paraíba, por meio dos quais captavam a amizade ou confiança dos que iam encontrando pelo caminho. Deste modo, conquanto os tupis não fossem os principais habitantes das nossas costas e praias, especialmente senhoreadas ou percorridas pelos tapuias, vítimas prediletas pela cupidez dos invasores, e, portanto deles mais arredios, os nomes impostos aos acidentes geográficos, aos rios e serras, às pontas e enseadas, aos lugares e praias eram tomados aos potiguaras sobretudo, e um pouco aos tabajaras*<sup>22</sup>.

Com tais informações dispostas sobre esses dois grupos étnicos ocupando o litoral cearense e principalmente a região do Mucuripe, conseguimos perceber como se dera o fluxo de migração étnica após os primeiros conflitos com os invasores (vulgarmente chamados de conquistadores)europeus, gerando uma ocupação tapuia massificada ao norte do Rio Ceará e um aumento da população indígena de grupos tapuias diante da iminente tomada do território por inimigos tupis aliados aos novos autoproclamados senhores da terra. Todos esses grupos Potiguaras culminam-se futuramente em outros povos, como Pitaguary de origem Potiguar e o Tapeba, ambas de origem tupi, coexistindo de forma contemporânea de acordo com Girão<sup>23</sup>.

Na análise de Studart<sup>24</sup> as movimentações indígenas tiveram seu ápice com a Guerra dos Bárbaros<sup>25</sup>, onde o apoio de populações indígenas dos sertões, em vários episódios, era direcionado aos holandeses e esta informação é um elemento chave para entendermos como os sertanistas enxergavam os indígenas fixados no interior do Ceará.

A relação franco-tapuia passa então a habitar os pesadelos lusitanos, pois, os franceses davam-se a contatar com relativa amistosidade “desinteressada” os nativos com isso podemos anotar a recorrência de francos na Serra da Ibiapaba, organizados junto de indígenas Tremembés e Tabajaras. Girão<sup>26</sup> expõe brevemente sobre um conflito entre bandeirantes de Pero Coelho e seus “índios cristãos” – tabajaras e potiguaras – contra franceses, tapuias – sabidamente tabajaras e tremembés – e alguns negros fugidos da Bahia, e dentro dessa passagem suscita-se os questionamentos que flamejam essa pesquisa: o desvendar da relação destes indivíduos indígenas e negros, colocados em recíproco massacre; na configuração indígena de auto genocídio e, no caso dos negros, como indivíduos parcelados na dominação e barbárie da construção colonial que também influi ante as populações africanas escravizadas e postas em diáspora. As participações indígenas nos conflitos também se dão no campo geopolítico de interesses e conflitos interétnicos, com uma considerável participação e decisão estratégica dos nativos de que lado tomar nas disputas europeias no Novo Mundo. A empreitada colonial segue modelos semelhantes, ainda que com artifícios distintos de arguição para o convencimento dessas populações em suas alianças, sendo os nativos desconhecedores da totalidade dos interesses europeus, e logicamente direcionados ao embalo social que beneficiaria os expansionistas. Certos grupos indígenas se aliaram aos europeus durante os períodos de colonização e conquista por uma variedade de razões, que iam desde interesses estratégicos até objetivos de proteção e sobrevivência. Essas alianças muitas vezes foram complexas e não podem ser generalizadas para todas as regiões ou grupos indígenas.

O homem branco não era uma soma na multiplicidade já existente nessas novas terras, mas sim um agente troiano para dominar os aliados e os inimigos sem que fosse preciso sacrificar demasiada quantidade de homens europeus e ainda assim usando de força e conhecimento indígena para adentrar os novos territórios. Utilizando-se de elementos locais para decodificar novas formulações de estratégia etnocida, para endossar essa afirmação, é possível notar que o extermínio indígena quando visto pelos cronistas europeus é um mero detalhe e que as conquistas sobrepõem qualquer erro cometido.

Os Trarairús, que ocupavam os sertões de fora (Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba), tiveram seus posicionamentos modificados inúmeras vezes ao longo da Guerra do Açu, e a forma com que se dispersaram nesses sertões geraram novas comunidades e derivações pluriétnicas e com influências mistas dos troncos jê e tupi, mas o que se têm de tupi nas comunidades remanescentes de tapuias é direcionalmente fruto das movimentações de grupos costa-atlânticos para dentro do continente, gerando novas fusões etnolinguísticas indígenas. Araújo<sup>27</sup> considera ainda:

*Assim, a guerra amolda-se e delinea-se conforme suas necessidades e particula-*

<sup>22</sup> SOBRINHO, T. P. Topônimos indígenas dos séculos XVI e XVII na costa cearense. *Revistas do Instituto do Ceará*, 1945., p.148.

<sup>23</sup> GIRÃO, R. *Pequena História do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971, p. 71.

<sup>24</sup> STUDART, D. G. *A História do Ceará (segunda metade do século XVIII)*. 1. ed. Lisboa: Typographia do Recreio, 1892, p. 32.

<sup>25</sup> A chamada Guerra dos Bárbaros ou Levante dos Tapuias ou Confederação dos Cariris se inicia em 1687 como reação dos indígenas ao movimento expansionista português sobre os territórios habitados pela população indígena, após a expulsão dos holandeses. PUNTONI, P. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do Brasil 1650 - 1720*. São Paulo: Hucitec, 2002.

<sup>26</sup> GIRÃO, R. *Pequena História do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971.

<sup>27</sup> ARAÚJO, S. G. *O Muro do Demônio: economia e cultura na Guerra dos Bárbaros no nordeste colonial do Brasil – séculos XVII e XVIII*. Fortaleza. 2007, p.76.

*ridades, e não se encontra isolada da sociedade que a abrange, não sendo assim inerente e distinta de uma história mais ampla dessa sociedade. Assim, para melhor compreendermos as formas culturais da Guerra dos Bárbaros, devemos retomar aqui as crônicas coloniais e os estudos historiográficos que nos ajudam a definir os Tapuia diante de sua multiplicidade histórica e cultural. Também é objetivo do capítulo, discutir como a imagem dos sertões da capitania do Rio Grande, associada aos Tapuia, imprimiu um novo conceito à Guerra Brasileira.*

As subdivisões grupais dos Trarairús tinham distintas formas de organização, e suas movimentações espaciais nos territórios do sertão de dentro se davam espontaneamente, entretanto com a incursão portuguesa para a expulsão holandesa definitiva, assim como sua influência junta aos povos nativos aliados, gerou o estopim de massacres e forçadas desterritorializações de grupos até então “não pacificados”<sup>28</sup>. O paternalismo colocado pela bibliografia clássica impõe-se também para basear o entendimento genérico sobre a virgindade intelectual do ser indígena, como meramente animais em constante adestramento civilizatório e receptor de uma domesticação de seus modos, alimentando ainda mais as rupturas colonialistas que buscam desorientar seus indivíduos e romper a cosmologia que garante a sobrevivência dessas comunidades.

É possível materializar de forma documental, as constantes investidas dos autoproclamados conquistadores contra os Paiacus e Janduí, que eram nitidamente os mais resistentes à dominação do vale do Jaguaribe pelos europeus, pois, com a tímida então ocupação holandesa vinda do litoral norte, não havia por ter sido explorado, deixando um abismo “não ocupado” que seria palco de inúmeros e intensos massacres contra indígenas e rebeliões destes. Girão<sup>29</sup>, descreve a atuação dos Pacajus diante da empreitada europeia no Vale do Jaguaribe:

*Em 1693 e 1694, já principiada a fixação de colonos no vale do Jaguaribe, revoltaram-se ferozmente, tendo sido derrotados, em parte aprisionados, “dispersando-se os restantes para voltarem ao sistema de guerrilhas. Aldeados os do Ceará, em 1696, aos cuidados do Ricoleto da Congregação de Filipe Néri, Pe. João da Costa, continuaram a lutar no Açu e Apodi. Nada obstante, em 1703 “amotinaram-se novamente os Pacajus, aldeados na ribeira do Jaguaribe, matando os colonos, roubando destruindo os seus rebanhos”. Ainda em 1713. unidos aos Anacés e Jaguaribaras, assaltaram a Vila do Aquiraz, levando a destruição e a morte”. Perdoados, enfim, foram alojados perto das margens do rio Choró, dando-lhes o governo uma légua de terra como patrimônio. Esse local é hoje a cidade de Pacajus, que antes teve os topônimos de Monte-Mor — o Velho e Guarani.*

No intuito de solucionar o problema dos tapuias Paiacus e Janduí, as capitanias do norte do Estado do Brasil recorrem aos sertanistas paulistas para destruir os grupos indígenas insurrectos no vale do Jaguaribe, com maior força na região do Apodi-Açu. Com as tomadas de decisões profundamente fatais, põe-se em prática o encerramento da “guerra defensiva” nos arraiais, e estreia nominalmente a Guerra dos Bárbaros que passava a se assumir como exterminação dos indígenas tapuias que se rebelassem contra colonos portugueses<sup>30</sup>. O extermínio das populações nativas do Jaguaribe se mostra gradualmente projetado, e não apenas reações dos governadores e sertanistas com os furtos e assassinatos cometidos pelos tapuias apontados em cartas entre capitães-mores e governadores. Todos esses detalhes constituem em um processo literal e deliberado de desterritorialização e extermínio desses indígenas inimigos do expansionismo colonial, e posteriormente, aqueles que restassem, sendo, portanto, aldeados e pacificados, constituindo o que passa a ser os aldeamentos de Montemor, o Velho (Pacajus, Ibiapaba), Montemor, o Novo (Baturité) e Canindé. Todas elas com alguns grupos étnicos específicos sob a observação e catequização dos jesuítas, e que, mais tarde sob a administração pombalina foram instituídas como vilas o que não garantiu a integração desses indígenas diaspóricos das guerras da conquista do Ceará na comunidade reformada, pelo oposto, acentuou sua condição de marginalidade e o desterritorializou ainda mais<sup>31</sup>.

Com as guerras justas atravessando os sertões, os fluxos de migração indígenas se reelaboram de acordo com a presença branca na paisagem. Para que pudessem dar cabo dos colonos era preciso apreciar as táticas de guerra do próprio inimigo, assim, rumando em direção

dos altiplanos para melhor visualização e defesa, artífices de resistência também usados por comunidades quilombolas em fuga, locais esses onde hoje podemos encontrar comunidades contemporâneas que afirmam ter saído do mar rumo a serras para fugir das agressões de fazendeiros em suas guerras justas objetivadas pelas solicitações de sesmarias. Na região de Monsenhor Tabosa (CE), há a presença do movimento Potiguar-tapuia que busca uma nova contação de suas histórias tradicionais dentro daquilo que é observado como retomada indígena, parte dessa retomada é a aderência da comunidade à uma língua indígena, no caso do movimento Potiguar-tapuia, o tupi-nheengatu. Assim se desperta o questionamento de como o tupi, ‘língua costeira’, se conectou ao nheengatu que é precisamente chamada de Língua Geral Amazônica. A resposta pode se enveredar por diversos caminhos, mas é nítido que ela está na rota dos fluxos diaspóricos de populações indígenas, e nestes detalhes de trilhas e confluências das narrações que resistiram séculos, é possível municiar estes indivíduos em reconquista de suas culturas com nomináveis capítulos de sua História.

#### 4. Trilhar a memória afrodiáspórica

Para trilhar qualquer caminho é preciso saber aonde se quer chegar e como fazê-lo. Trilhando a historiografia cearense ficamos aprisionados em uma verdadeira ausência abissal de trabalhos que tratem dos indivíduos negros escravizados, fugidos ou libertos no século XVII - XVIII. É o desequilíbrio de interesses sociais historicamente detidos no campo da pesquisa de para quem e para o quê serve o contar da História do Ceará. Assim de forma tenaz, e apelando a intuição sem embasamento, existem afirmações da forte ausência de indivíduos negros no período de capitanias e posteriormente na criação da província. A afirmação dessa ausência por si só é um processo político engajado com o apagamento da negritude e pode, por vezes, solidificar no espaço da academia uma desconexão desses indivíduos na formação de uma ideia de cultura cearense. Dantas<sup>32</sup> enfatiza isso:

*Utilizando os objetos-instrumentos da memória, oralidade e fotografia no campo específico das comunidades remanescentes de quilombos do Minador, Bom Sucesso e Cumbe, fomos descobrindo especificidades e ousamos penetrar em fatores que são silenciados ou negados na historiografia cearense, vimos o quanto isto tem custado aos atores histórico-sociais afrodescendentes no Ceará.*

*[..] A escassez de documentos escritos ou a total falta destes em alguns momentos e até mesmo fatores como o personalismo de alguns relatos, contribuíram para a construção da prática investigativa recorrer-se a história oral, logo compreendemos que esta foi uma escolha eficaz, no registro das lembranças faladas, servindo inclusive de estímulo para produção da narrativa.*

*[...] Todo este processo se fez necessário, porque trabalhar a histórias dos afrodescendentes no Ceará se revelou no percurso de nossa pesquisa como um grande problema, pois negro no Ceará, a priori não existe. E quando existe é sob emblemas ou estereótipos, excluídos do contexto histórico cearense, que de fato constituíram desde a colonização até a contemporaneidade negra do século XXI.*

E adentrando no campo de disputas narrativas de qual foi o nível de humanização que o Ceará dera aos seus escravizados possui no discurso tradicionalista o fato de que se escravizou, mas nunca se fez de forma descomprometida com a consciência do quão nefasto é o ato de capturar a liberdade de outrem, havia na verdade a “necessidade” da escravização negra para que pudesse desenvolver-se o futuro na civilização no Novo Mundo e em específica localização geográfica, o Ceará. A suposta ausência de alma do negro dava ao captor europeu uma sustentabilidade dos seus atos diante das civilizações africanas, e pior, hoje o revisionismo se alicerça no processo de venda e troca entre compatriotas africanos para os portugueses sob a máxima de que o “negro escravizou o próprio negro”. Postas essas afirmações, se abre um caminho muito bem pavimentado para narrar a trajetória de negros no Ceará, sem que seja preciso questionar ausências, apontar equívocos, delinear racismos e documentar crimes. No aprofundamento da pesquisa podemos identificar algumas lacunas históricas que bem detalham o engajamento da comunidade intelectual abolicionista no final do século XIX e começo do XX em instituir o Ceará como um estado por essência não escravocrata, com a ressonância “de que fomos a primeira província a abolir a escravidão e não tínhamos um grande número

<sup>28</sup> DIAS, P. D. O. A Bárbara Guerra do Açu. *Impressões Rebeldes*, 31 maio 2022. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/impresoesrebeldes/revista/a-barbara-guerra-do-acu/>.

<sup>29</sup> GIRÃO, R. A Marcha do Povoamento no Vale do Jaguaribe (1600-1700). *SUDENE*. Fortaleza, p. 5-89. 1986, p.14.

<sup>30</sup> PUNTONI, P. A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do Brasil 1650 - 1720. São Paulo: Hucitec, 2002.

<sup>31</sup> SILVA, I. B. P. D. *Vilas de Índios no Ceará Grande*. Campinas, SP: Pontes, 2006.

<sup>32</sup> DANTAS, S. M. S. *MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE QUILOMBOS NO CEARÁ*. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Fortaleza, p. 9 - 257. 2009, p. 10.

de escravizados”.

A dificuldade de autodefinição que as comunidades remanescentes têm de lidar dentro dos arcabouços institucionais e burocráticos, geram novos fluxos de abandono dos territórios e descontinuação de tradições elementarmente hereditários, as tradições afrodiáspóricas possuem um caráter ancestral.

<sup>33</sup> CHAVES, L. O.; DA SILVA, V. Comunidades negras no Ceará: da invisibilidade à formação dos quilombos contemporâneos. *Novos Cadernos NAEA*, set-dez 2017, p. 148.

*No estado do Ceará, em decorrência da afirmação da inexistência do negro ainda no período colonial, esses grupos, também denominados de comunidades negras rurais, até recentemente encontravam-se no anonimato. Com o passar dos anos e em virtude do posicionamento do movimento negro cearense, das comunidades negras e da sociedade civil, possibilitou-se a inserção de novos elementos na historiografia cearense, destacando a importância desses grupos na formação da identidade local*<sup>33</sup>.

Efetivamente fomos a primeira província dentro do Império a abolir a escravidão, e por consequência a que se torna vanguarda em transformar um fato sociopolítico temporal em um símbolo de cultura. Um totem que foi erguido ainda mais alto no principiar da república e que fez os saudosos monarquistas tomarem sua posição no século XX. Logo podemos pensar que se existe uma província tão engajada com a liberdade teremos em sequência uma cultura regional extremamente sensível e humanizada às questões relacionadas aos negros escravizados e seus descendentes. Assim deveria o ser. Porém, a ideia de um estado abolicionista requer nossa visualização do quão limitadamente adepta com a ética pode ser uma cultura na verdade por essência pecuarista e nota-se que o movimento abolicionista cearense, ainda que com a presença de negros, possui bases fixas na mentalidade europeia avassalada pela customização da colonização no objetivo de conduzir os não civilizados à luz, mesmo que para isso seja necessário, e justificado, o apagamento e a violação.

Com efeito de inúmeras afirmações clássicas tidas como verdades históricas foi-se reproduzindo ao longo dos séculos que a ausência documental de negros nos primeiros anos do que seria o Ceará, e faz erroneamente pesquisadores descreverem de qualquer afirmação de extremos métodos de perseguição, tortura e extermínio. É preciso ir mapeando timidamente as pequenas citações dentro das espaços bibliografias e tentar ordenar cronologicamente, mesmo que não o seja adequado, os eventos de conexão, movimentação e ruptura dos indivíduos negros dentro do estado do Ceará e formação de suas comunidades assim como a influência latente delas na diversidade cultural do estado.

<sup>34</sup> NOBRE, 1988, p.67 apud DANTAS, S. M. S. **MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE QUILOMBOS NO CEARÁ**. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Fortaleza, p. 9 - 257. 2009, p. 70.

*Renovava-se, por conseguinte, a propriedade da área contígua ao forte de Nossa Senhora da Assunção por africanos ou seus descendentes brasileiros, curiosamente por intermédio do padre que, cerca de trinta anos antes, havia requerido as terras primeiramente dos pretos forros Domingos Lopes e João Coelho, por devolutas, na dita situação...*<sup>34</sup>.

*[...] Vieram escravizados também, mas de acordo com as especificidades econômicas deste local, houve significativa presença negra no Ceará expressa por trabalhadores negros “livres”, semi-livres, também especializados, para exploração das minas de São José dos Cariris, em 1756, o governo pernambucano organizou a “Companhia do Ouro das Minas de São José dos Cariris, que chegou a trazer 73 africanos escravizados para intencificar a busca de minérios da região*<sup>35</sup>.”

<sup>35</sup> FARIAS, 2007, P.35 apud DDANTAS, S. M. S. **MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE QUILOMBOS NO CEARÁ**. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Fortaleza, p. 9 - 257. 2009, p. 70, p. 73.

Assim, melhora nosso campo de imagem sobre a presença negra no Ceará e não somente de forma passiva como indivíduos suscetíveis aos acontecimentos, pelo oposto, com as articulações, dentro de cada relação, ocorrendo simultaneamente. De acordo com as percepções gerais da documentação disponível, as recorrências pessoas negras no Ceará não se limita à condição de escravizado, porém está muitas vezes atrelada a isso, sendo assim necessário para este estudo apontar:

*Não foram estes com certeza os primeiros africanos que aportaram às nossas plagas; em 1742, por exemplo, arribou á Fortaleza o Bergantim « Nª Sª do Socorro S.*

*Antonio c Almas », contra-mestre Antonio Carvalho, vinda da Costa de Guiné com carregamento de escravos*<sup>36</sup>.

Com efeito, podemos pensar, porém não afirmar, mas supor que, neste episódio se manifesta a diáspora atlântica africana no Ceará, afinal, provavelmente algum escravizado fora comprado nesta paragem. Aí dar-se o começo daquilo que devemos nos ater de forma mais específica e cautelosa, pois as notas de rodapé é a constituição da negritude que a intelectualidade cearense tanto aprisiona com bases em já defasadas afirmações, e assim buscar o mapeamento histórico desses indivíduos se torna um desafio, por não dizer uma revolução. Não há, porém, documentos de compra ou posse que se conectem com este fato, mas certamente se perdeu nos arquivos ou sequer foi redigido.

A ausência de fonte direta não coloca a discussão como sem embasamento, se não teorizarmos com os elementos que temos disponíveis e no decorrer da pesquisa encontrar dados similares, pode-se cair no erro de secundarizar questões primárias que alimentam as novas descobertas bibliográficas e alimentam pesquisas futuras. A presença negra no Ceará remonta muito antes aos episódios citados nas bandeiras de Pero Coelho ou Martins Soares Moreno: estes possíveis escravizados trazidos e adquiridos como cativos no Ceará em 1742, permite que tenhamos uma confluência de dados temporais, e questionamentos latentes, como por exemplo, o fato de que em 1604, de acordo com Girão<sup>37</sup>, ocorre o conflito entre franceses, bandeirantes com Pero Coelho, negros fugidos da Bahia e indígenas na Ibiapaba. Estes negros não deixaram descendentes? Sua presença em Ibiapaba não formou nos séculos seguintes comunidades quilombolas que persistem até hoje? Essas reflexões demandam um maior aprofundamento de pesquisa e levantamento de dados, mas sem dúvida inflama o debate sobre a formação, diáspora e culturalidade das comunidades negras no Ceará e seguidamente da sua incidência geográfica no estado, para não dizermos compartimentação em regiões conhecidamente hostis aos negros que buscaram rotas de fuga do atravessamento agropecuário do século XVIII e XIX. Assim, a recorrência de episódios como estes elevam nosso olhar para aquilo que desejo nominar de Diáspora Afro-cearense, afinal, essas comunidades se locomoveram ora em fuga com novas incursões de bandeiras portuguesas, ora com a ascensão das sesmarias e/ou com a verdadeira caça de escravizados que fugitivos.

Importante salientar um trecho bastante atenuante da perspectiva historiográfica da primeira metade do século XX no cenário intelectual cearense que ainda alimenta pseudo-teses como a presente em O Cearense Revelado (2020), onde a participação de negros na formação do DNA cearense é colocada como nula e de certa forma irrelevante. Afirmações como estas feitas em um livro tão recente possui um caráter político de exclusão e apagamento<sup>38</sup>, de forma que as bases que solidificam isso estão assentadas em autores cânones:

*Nessa organização socioeconômica, que veio caracterizar, no conceito de Capistrano, a civilização do couro, os ombros afros pouco entraram em cena. Restringiram-se aos misteres da criadagem, gerando os “negros velhos” e as “babás”, que não sofriam [ênfase feita por mim], em regra, o peso e os castigos do eito, como nas zonas dos engenhos de açúcar e nas da mineração*<sup>39</sup>.

É uma nítida atenuação do modelo escravocrata do Ceará, como se a condição de cativo não correspondesse a uma agressão direta ao indivíduo negro, retornando assim ao que podemos nominar de conveniência abolicionista. Onde se pensa historicamente uma escravidão mais amena no Ceará e que a presença negra não correspondeu, não agiu e sequer convergiu, em nenhum grau, na formação do povo cearense. E retorna hoje, no tempo contemporâneo a estudos bem referenciados, com afirmações cristalizadas que garantem base para uma falsa ideia de insignificância dos negros para a região cearense e seus múltiplos processos de construção cultural<sup>40</sup>. A ideia de que negro no Ceará sempre foi escravizado constitui inúmeros espitemicídios e ainda ressaltam pensamentos equivocados e violentos, capazes de tornar novos debates cativos de conclusões falsárias mas sempre á serviço de uma elite senhorial herdeira dos engenhos e casas grandes do sertão, objetivada em esconder suas senzalas e incendiar os quilombos.

As formações das comunidades quilombolas do Ceará não nos remetem imediatamente ao período escravocrata, se pensarmos do ponto de vista da população geral, sempre pensa-

<sup>36</sup> STUART, D. G. A *História do Ceará (segunda metade do século XVIII)*. 1. ed. Lisboa: Typographia do Recreio, 1892, p. 63.

<sup>37</sup> GIRÃO, R. *Pequena História do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971.

<sup>38</sup> BARBOZA, E. H. L.; MARIZ, S.. *No Ceará não tem disso não? Negacionismos e povos indígenas e negros na formação social do Ceará*. *Revista Brasileira de História*, 14 março 2021., p. 111 - 134.

<sup>39</sup> GIRÃO, R. *Pequena História do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971, p. 77-78.

<sup>40</sup> CHAVES, L. O.; DA SILVA, V. *Comunidades negras no Ceará: da invisibilidade à formação dos quilombos contemporâneos*. *Novos Cadernos NAEA*, set-dez 2017, p. 147 - 160.

<sup>41</sup> Por volta de 1750, espalharam-se por todo o Nordeste a notícia da suposta riqueza aurífera do vale do Cariri. A fim de que os serviços de mineração tivessem maior eficiência, foi organizada, em 1756, a Companhia do Ouro das Minas de São José dos Cariris, dois anos depois dissolvida, em vista da “pouca utilidade que poderiam dar as ditas minas a quem as cultivasse”. FILHO, C. S. Os aborígenes do Ceará. In: FILHO, C. S. **Os aborígenes do Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1965., p. 25 - 27.

<sup>42</sup> OLIVEIRA, P. A. D. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, jan/dez 1979., p. 325 - 338.

<sup>43</sup> STUDART, D. G. **A História do Ceará (segunda metade do século XVIII)**. 1. ed. Lisboa: Typographia do Recreio, 1892, p. 60.

<sup>44</sup> Dados obtidos no site da Secretária de Educação do Estado do Ceará – SEDUC. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ. INFORMAÇÕES SOBRE COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO CEARÁ. In: **INFORMAÇÕES SOBRE COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO CEARÁ**. Fortaleza, 17 out. 2023. Disponível em: [https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2018/08/dados\\_Quilombola\\_jul\\_16.pdf](https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2018/08/dados_Quilombola_jul_16.pdf). Acesso em: 10 ago. 2023.

<sup>45</sup> NASCIMENTO, 2007, p.59 apud SILVA, M. E. D. **HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE QUILOMBOLA NO CARIRI-CEARENSE**. UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. João Pessoa, p. 1 - 150. 2017, p. 47.

-se ser uma constituição orgânica de comunidades negras e não uma visível consequência da escravização. A presença negra escravizada oficializada, cabe dizer, é datada de 1756 com formação da Companhia do Ouro das Minas de S. José dos Cariris<sup>41</sup>, com tal dado podemos categorizar que esses indivíduos escravizados, valiosos para o trabalho de mineração, se originavam de regiões mineradoras da costa africana<sup>42</sup>.

O esvaziamento deste dados nos permite recorrer aos documentos produzidos no período que recebem o caráter de menor porte pela historiografia clássica, o cruzamento de dados importantes para compreendermos as movimentações diaspóricas negras dentro do Ceará setecentista. A presença negra na região do Cariri, por conta da incidência mineradora nos faz notar que a formação dos quilombos se deu inicialmente nessa região e, conforme a produção se expandia em outras regiões do estado e com outros segmentos, elevava-se mais ao norte até então tomar boa parte das macrorregiões do estado. Studart<sup>43</sup>, aponta uma breve descrição a partir da análise de documentos do período:

*Campo nestes Lugares e eu lhe dei em nome de V. Ex.<sup>a</sup> pela necessidade que julgo de que haja quem se empregue nas prizões dos negros fogidos e criminozos, que se acham nestes mattos amucambados : e me consta que para p.<sup>o</sup> dos Correntes tem sahido negros dos mucambos a algumas pes soas a roubar, e lie preciso cuidar muito em destruir estes mucambos e outros que se possam ir fazendo pela grande dezinquietação que cauzam quando nelles se ajuntam pe las mortes, ferimentos, roubos, estupros a força de mu lheres que costumam commetter e será preciso se mandem as ordens mais apertadas que há nessa Secretaria para cá sobre negros fogidos e de mucambos.*

E podemos assegurar que este documento transcrito por Studart nos baliza das movimentações dispersivas de negros escravizados no Cariri, região onde temos a presença atual de quilombos como sítio Arruda-Araripe, Carcára-Potengi, Sassaré, Catolé, Extremas<sup>44</sup> e algumas outras comunidades; algumas, por sua vez, não estão certificadas, mas possui uma autodefinição de comunidades quilombolas, se organizam e são reconhecidas pelos seus pares como tal. Ressona ainda entre essas comunidades a ideia de que não se faz necessário o reconhecimento do governo para que sejam de fato quilombolas, porém, é pelo atestado institucional que se aproxima dessas pessoas serviços de primeira necessidade como educação e saúde. As formações inter-territoriais e extraterritoriais dessas comunidades passam pelo crivo das diferentes constituições dos quilombos em regiões do Ceará, alguns com contatos diretos entre si e outros dispersos em seus pontos de fixação constante ou sazonal. A formação dos quilombos não se origina apenas de um único indivíduo, ele por si mesmo não constitui uma comunidade, mas pode gerá-la a partir do ponto que se fixou ou da sua rota traçada, pois passar a ser comunidade e quilombo, a junção e associação de ex-escravizados. A formação dos quilombos no Ceará, em consonância ao Brasil, se deu por vezes espontaneamente ou por vezes com a projeção dos escravizados em formar um quilombo, com deliberação de fugas conjuntas para que se constituísse uma comunidade. Afinal, Palmares não é fruto do acaso.

*Quilombo é uma história. Essa palavra tem uma história. Também tem uma tipologia de acordo com a região e de acordo com a época, o tempo. Sua relação com o seu território. É importante ver que, hoje, o quilombo traz pra gente não mais o território geográfico, mas o território a nível (sic) duma simbologia. Nós somos homens. Nós temos direitos ao território, à terra. Várias e várias partes da minha história contam que eu tenho o direito ao espaço que ocupo na nação. E é isso que Palmares vem revelando nesse momento. Eu tenho o direito ao espaço que ocupo dentro desse sistema, dentro dessa nação, dentro desse nicho geográfico, dessa serra de Pernambuco. A terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou eu estou. Quando eu estou, eu sou<sup>45</sup>.*

## 5. Conclusão

O estudo das diásporas afro-indígenas no contexto cearense revela uma faceta profundamente enriquecedora e complexa nas diferentes formações das Histórias, culturas e das cidades do estado. Ao longo deste ensaio, exploramos a importância de compreender as

diferentes dinâmicas desses grupos e a indissociabilidade de suas contribuições no processo de construção da identidade e dos conhecimentos no Ceará. As diásporas afro-indígenas re-presentam uma tessitura social, fruto das interações, adaptações e resiliência de indivíduos que, muitas vezes em situações adversas, buscaram manter e transmitir suas tradições, valores e modos de vida.

Suas trajetórias migratórias, marcadas por encontros e confrontos, desenharam um panorama intercultural que imprimiu profundamente na identidade cearense elementares simbologias e crenças. Além disso, é impossível dissociar a presença e influência desses grupos da configuração das próprias estruturas sociais, econômicas e políticas das cidades. A fusão de conhecimentos e saberes provenientes das diásporas afro-indígenas deixou marcas indeléveis nas tradições culturais e nos sistemas de crenças cearenses. A medicina tradicional, a culinária, os rituais religiosos e as expressões artísticas incorporaram elementos dessas diásporas, conferindo uma riqueza e diversidade únicas à herança cultural do estado.

Torna-se necessária e evidente, portanto, que uma compreensão aprofundada das diferentes dinâmicas das diásporas afro-indígenas é fundamental para desvendar a verdadeira tapeçaria da história cearense com seus traços únicos e de múltiplas heranças.

Ignorar ou subestimar a influência desses grupos é comprometer a integridade do conhecimento sobre nossa coletividade cearense. À medida que avançamos no estudo dessas diásporas, é crucial adotar abordagens interdisciplinares que considerem não apenas os aspectos históricos, mas também os sociais, culturais e antropológicos. A colaboração entre pesquisadores, educadores e comunidades locais é fundamental para ampliar e aprofundar nosso entendimento sobre as diásporas afro-indígenas no Ceará. A compreensão dessas dinâmicas enriquece nossa visão para com todos os grupos que moldaram nossa sociedade sejam reconhecidas e celebradas e garantir a perpetuação desses saberes materializa nosso comprometimento com a História vista de baixo e a contrapelo.

## Notas

\* Graduando em Licenciatura em História na Universidade Federal do Ceará (UFCE). Email: pauloricard4378@gmail.com

## Referências

ALCÂNTARA, T. F. D. **“O sertanejo, é antes de tudo, um índio”**: afirmações identitárias e estratégias de resistências indígenas no nordeste. XIII Encontro Estadual de História. Recife: ANPUH / UFPE. 2020.

ALMEIDA, G. G. D. **Heróis Indígena do Brasil**: memórias sinceras de uma raça. Rio de Janeiro: LIVRARIA EDITORA CATEDRA, 1988.

ARAÚJO, S. G. **O Muro do Demônio: economia e cultura na Guerra dos Bárbaros no nordeste colonial do Brasil – séculos XVII e XVIII**. Fortaleza. 2007.

BARBOZA, E. H. L.; MARIZ, S.. No Ceará não tem disso não? Negacionismos e povos indígenas e negros na formação social do Ceará. **Revista Brasileira de História**, 14 março 2021., p. 111 - 134

BONILLA, H. **Os conquistados**: 1942 e a população indígena das Américas. São Paulo: Hucitec, 2006.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo. 2005.

CHAVES, L. O.; DA SILVA, V. Comunidades negras no Ceará: da invisibilidade à formação dos quilombos contemporâneos. **Novos Cadernos NAEA**, set-dez 2017., p. 147 - 160

CONRADO, M. P.; BARROS, T. D. N. M. N. A categoria “afro-indígena” na Amazônia paraense: usos, confluências e ambivalências em debate acadêmico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, maio/agosto 2022., p. 227 - 246

CORREA, S. M. D. S. Presentismo negro: um tópico subjacente na história afro-brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, 2008., p. 257-285

DANTAS, S. M. S. **Memórias e histórias de quilombos no Ceará**. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, p. 9 - 257. 2009.

DIAS, P. D. O. A Bárbara Guerra do Açu. **Impressões Rebeldes**, 31 maio 2022. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/revista/a-barbara-guerra-do-acu/>.

FILHO, C. S. Os aborígenes do Ceará. In: FILHO, C. S. **Os aborígenes do Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1965., p. 25 - 27.

GIRÃO, R. **A Marcha do Povoamento no Vale do Jaguaribe (1600-1700)**. SUDENE. Fortaleza, p. 5-89. 1986.

GIRÃO, R. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971.

JÚNIOR, D. M. D. A. Violar Memórias e Gestar a História Abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um "parto difícil". **CLIO - Série História do Nordeste**, 1994., p. 39 - 52

MUNANGA, K. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações**. Português 1. ed. São Paulo: Global, 2023.

NOBRE, G. D. S. **As Oficinas de Carnes do Ceará: Uma Solução Local para uma Pecuária em Crise**. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1977.

OLIVEIRA, P. A. D. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, jan/dez 1979., p. 325 - 338

PUNTONI, P. **A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do Brasil 1650 - 1720**. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, A. B. D. **A terra dá, a terra quer**. 1. ed. São Paulo: Ubu, 2023.

SILVA, I. B. P. D. **Vilas de Índios no Ceará Grande**. Campinas, SP: Pontes, 2006.

SILVA, M. E. D. **História, memória e identidade quilombola no cariri-cearense**. Universidade federal da paraíba. João Pessoa, p. 1 - 150. 2017.

SOBRINHO, T. P. Topônimos indígenas dos séculos XVI e XVII na costa cearense. **Revistas do Instituto do Ceará**, 1945., p. 156 - 205

STUDART, D. G. **A História do Ceará (segunda metade do século XVIII)**. 1. ed. Lisboa: Typographia do Recreio, 1892.

VARNHAGEN, F. A. D. História geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal. In: VARNHAGEN, F. A. D. **História geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal**. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1877., p. 14 -15.



## RESTAURANTE DA TIA ZÉLIA: FIXAÇÃO, PATRIMONIALIZAÇÃO E GENTRIFICAÇÃO EM UMA VILA OPERÁRIA

### TIA ZÉLIA'S RESTAURANT: FIXATION, PATRIMONIALIZATION AND GENTRIFICATION IN A WORKERS' QUARTER

#### Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o processo de fixação, patrimonialização e gentrificação na Vila Planalto, uma vila operária no centro do poder, localizada entre a Praça dos Três Poderes e o Palácio da Alvorada, através do restaurante da Tia Zélia, um restaurante do bairro frequentado por uma elite de esquerda e capitaneado pela tia Zélia, que aparece frequentemente na mídia como "cozinheira favorita do presidente Lula". Almeja-se assim compreender, a partir da literatura dos estudos urbanos tratando sobre o bairro e o tombamento de Brasília e do conceito de "gentrificação por dentro" de Arkaraprasetskul (2016), como as próprias contradições do bairro atuam para sua fixação, patrimonialização e gentrificação.

**Palavras-chave:** Brasília; Fixação; Gentrificação; Patrimonialização; Vila Planalto.

#### Abstract

*The objective of this paper is to analyze the process of fixation and gentrification in Vila Planalto, a workers' quarter located right in the center of power, between the Three Powers Plaza and the Palácio da Alvorada, through the restaurant Tia Zélia, a neighbourhood restaurant patronised by a left-wing elite and headed by tia (aunt) Zélia, who is often featured in the media as "the president Lula's favorite cook". We aim, then, to understand, through the lens of the literature of urban studies on both the neighborhood and the "heritage-ization" of Brasília and Arkaraprasetskul's (2016) concept of "gentrification from within", how the contradictions of Vila Planalto act for its fixation, patrimonialisation, and gentrification.*

**Keywords:** Brasília; Fixation; Gentrification; Patrimonialization; Vila Planalto.

\* Daniel Anchieta Guimarães Lobo Pinheiro

Recebido em: 25/08/2023

Aceito em: 07/02/2024

## 1. Introdução

Vila Planalto, nascida como uma vila operária bem no centro do poder, entre a Praça dos Três Poderes e o Palácio da Alvorada, ultimamente passa por um processo de gentrificação<sup>1</sup> concomitante, e mesmo marginalmente ancorado, ao seu reconhecimento como pólo gastronômico recebedor de turistas, servidores públicos lotados na Esplanada e até mesmo altos funcionários e políticos. Nenhum restaurante talvez simbolize tanto as contradições da Vila Planalto quanto a Tia Zélia, um "restaurante de bairro" cuja dona, Zélia, frequentemente aparece na mídia como "cozinheira favorita do Lula", restaurante de culinária nordestina aparentemente simples e rica, e uma clientela que têm incluído políticos proeminentes, estando entre eles o presidente, alto dignitários estrangeiros, e gente no entorno do poder, assim como os moradores locais.

Mas antes de avançar mais, talvez valha a pena escrever mais sobre minha relação com o local e objeto de pesquisa, assim como a metodologia utilizada. Sou morador da Vila Planalto e vizinho do restaurante da Tia Zélia há alguns anos, e durante esses anos todos, tanto como vizinho quanto como freguês, acabei vendo no restaurante da Tia Zélia, um restaurante "gentrificado", frequentado por poderosos, mas ainda local, a trajetória e história de muitos dos meus vizinhos, assim como da própria Vila Planalto. Este trabalho, realizado tanto através da observação participativa quanto através da pesquisa bibliográfica, surge, então, como uma tentativa de melhor esclarecer e conceitualizar essa relação.

## 2. A Vila Planalto

A Vila Planalto que tem origem em 1956, com o início da construção do Palácio da Alvorada, nas redondezas, e o estabelecimento de acampamentos da construção civil na localidade, passa, segundo Pacheco (2015), por quatro fases distintas: a do "provisório necessário" entre 56 e 64; a do "abandono, estigmatização e fixação" entre 64 e 84; a do "tombamento, colonização e transformações" entre 88 e 2010; e finalmente a "Vila Planalto gourmet" a partir de 2010. A Vila Planalto nasce de forma provisória, somente como acampamento onde residiam os funcionários das construtoras e do governo, e depois vai conseguir permanecer incólume, utilizando-se das suas próprias contradições e desigualdades, durante a ditadura militar:

*A permanência da Vila Planalto deve-se em parte à camuflagem causada pela densa vegetação ao redor do perímetro, ocultando as condições internas (ZARUR, 1996; KOHLSDORF, 2010a). As melhores casas se apresentavam visualmente aos visitantes, ao passo que as edificações mais precárias eram mantidas ocultas da visibilidade, para não evidenciar a pobreza de seu interior. A fachada da Vila não era correspondente com a verdadeira situação. A diversidade interna, tanto econômica, edilícia e social, foi essencial para sua preservação. Os elementos “negativos” dos acampamentos, como a precariedade dos alojamentos coletivos, contrapõem-se aos atributos “favoráveis”, como as residências funcionais e o apoio político à população (ZARUR, 1991)<sup>2</sup>.*

Essas contradições prosperam ainda mais a partir dos anos 80, quando parte da classe média, atraída pela localização e preços baixos, começam a invadir terrenos, ou a comprar cessão de direitos dos pioneiros. Este movimento vai se intensificar mais ainda com a declaração da Vila Planalto como patrimônio cultural do Distrito Federal em 1988 e os movimentos para fixação<sup>3</sup> e regularização fundiária na Vila, que culminam com a Lei nº 5.135, de 2013. Ao mesmo tempo, com a "patrimonialização" da Vila Planalto, o governo do Distrito Federal começa a promover a Vila Planalto como ponto turístico, buscando consolidá-la como "polo gastronômico e cultural". Esta promoção da Vila Planalto como um polo gastronômico e cultural envolve tentativas de tornar os estabelecimentos do bairro, especialmente restaurantes, mais “palatáveis” para um novo público, incluindo reformulações de design e marca<sup>4</sup> e é bem sucedida a ponto da gentrificação na Vila Planalto se dar hoje em dia principalmente a partir do setor de serviços<sup>5</sup>.

## 3. Fixação, patrimonialização e gentrificação

<sup>[1]</sup> Gentrificação, tanto comumente quanto no contexto deste trabalho, se refere à mudança do caráter socioeconômico de áreas de classe trabalhadora através do influxo de moradores e frequentadores de classes mais abastadas.

<sup>[2]</sup> PACHECO, Matías Enrique Ocaranza. Os limites da gentrificação na Vila Planalto. 2015. 217 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015, p. 77. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/20737. Acesso em: 28 jun. 2023.

<sup>[3]</sup> Fixação, no contexto deste trabalho, se refere ao assentamento definitivo do acampamento.

<sup>[4]</sup> PACHECO, Matías Enrique Ocaranza. Os limites da gentrificação na Vila Planalto. 2015. 217 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015, p. 77. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/20737. Acesso em: 28 jun. 2023.

A própria existência da Vila Planalto parece desafiar a imagem de Brasília como uma "cidade utópica modernista" e também como uma cidade "sem origens", um território originalmente vazio<sup>6</sup>. É notável assim a tensão advinda da existência bem no centro de um bairro, que foge a lógica modernista e que precede em data a maioria do seu redor, sendo uma memória do processo de germinação de Brasília, para a construção imagética e narrativa de uma utopia modernista sem história. Mas paradoxalmente, a proximidade dela ao centro do poder causa que suas contradições prosperem:

*Outro motivo para sua permanência foi o fato de que as melhores casas eram habitadas por altos funcionários do governo da União e do Distrito Federal, fator que transformou a visão da continuidade da Vila e de invasões próximas ao centro como algo positivo para empresários da construção civil. Por uma parte, a localização privilegiada da Vila entre os principais edifícios públicos criou reações violentas contra a sua continuidade, mas por outra, gerou simpatia em setores influentes da administração<sup>7</sup>.*

A proximidade física do poder assim como as relações de vizinhança com alguns funcionários residentes na Vila facilita a audição de seus apelos, assim como a torna atrativa para a gentrificação. Ou seja, esta proximidade do poder concorre a favor tanto da fixação da Vila quanto da sua gentrificação, ou melhor, em parte concorre a favor da sua fixação para possibilitar a gentrificação, e é justamente assim que acontece, como podemos ver com a Lei nº 5.135 de 2013. O preço do metro quadrado na Vila Planalto chega a ser o mais caro de Brasília<sup>8</sup>.

A Vila Planalto é tombada em 1988, em meio a esforços maiores de tombamento do Plano Piloto e de outros marcos de Brasília, esforços conduzidos, em grande parte, pelo GT Brasília, e animados principalmente pela ameaça da descaracterização da cidade por parte da especulação imobiliária. A Vila Planalto, até então, havia resistido os esforços de remoção por parte de sucessivos governos, que haviam, ainda assim, logrado uma diminuição considerável de seu espaço<sup>9</sup>.

Os moradores mesmo são inicialmente reticentes quanto ao tombamento como modo de fixação já que consideravam que o tombamento os impediria de reformar suas casas de madeirite. O receio cessa quando os moradores percebem que o tombamento poderia auxiliá-los na luta pela fixação e, a partir daí, os moradores passam a participar ativamente da proposta de fixação com o GT-Brasília<sup>10</sup>. Não só isso, mas também criam uma narrativa em busca de legitimação:

*A população, com orientação do GT-Brasília, soube agregar à justificativa pela preservação e fixação tópicos usados para legitimar a construção de Brasília, como desenvolvimento e esperança, que carregam uma alta carga simbólica associada à idealização da transferência da capital (ZARUR, 1991). O seu resgate na década de 1980, conforme Zarur (1991), articulou demandas internas pela fixação da Vila Planalto a uma imagem heroica da construção de Brasília e da própria Vila Planalto. Já Coêlho (2006) destaca como o direito de pertencimento ao espaço, em narrativas emanadas da população local, foi associado à sua participação na formação de Brasília, assim como à valorização do conceito de pioneiro, isto é, aquele que chegou à nova capital no início das obras e participou de sua concretização<sup>11</sup>.*

A narrativa que os moradores adotam para justificar a fixação e o tombamento constrói a Vila Planalto não somente como um bairro histórico, mas também como memória viva do pioneirismo e heroísmo da construção de Brasília, adotando a narrativa corrente de uma capital da esperança e heroica. O valor da Vila Planalto é colocado paradoxalmente, em uma cidade que gosta de se pensar sem origem, na sua historicidade, em seu passado como vila operária.

O tombamento acaba servindo, também, como um instrumento de controle. Ao impedir novas construções em áreas vazias e até as substituições das casas de madeira, ele busca controlar o crescimento da Vila Planalto, localizada em uma área sensível, ao mesmo tempo que busca manter a historicidade do conjunto<sup>12</sup>.

<sup>[5]</sup> HOLANDA, F. Inclusão e exclusão em Brasília. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v.12, e20190306, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/urbe/a/

<sup>[5]</sup> HOLANDA, F. Inclusão e exclusão em Brasília. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v.12, e20190306, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/urbe/a/

<sup>[6]</sup> COELHO, C. M. Utopias urbanas: o caso de Brasília e Vila Planalto. Revista Cronos, [S. l.], v. 9, n. 1, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/1795. Acesso em: 9 jul. 2023.

<sup>[7]</sup> PACHECO, Matías Enrique Ocaranza. Os limites da gentrificação na Vila Planalto. 2015. 217 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015, p. 77. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/20737. Acesso em: 28 jun. 2023.

<sup>[8]</sup> Idem.

<sup>[9]</sup> BARBOSA, Daniela Pereira. O patrimônio de Brasília além do Plano Piloto: uma análise de dossiês de tombamento, 1959-2014. 2021. 352 f., il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/42001. Acesso em: 10 ago. 2023.

<sup>[10]</sup> BARBOSA, Daniela Pereira; DERNTL, Maria Fernanda. Embates e questões em torno da preservação de um anterior acampamento de obras em Brasília: O caso da Vila Planalto. Revista Memória em Rede, Pelotas, v.14, n.26, p. 144-166, jan./jun. 2022. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/21915. Acesso em: 10 ago. 2023.

<sup>11</sup> BARBOSA, Daniela Pereira; DERNTL, Maria Fernanda. Embates e questões em torno da preservação de um anterior acampamento de obras em Brasília: O caso da Vila Planalto. *Revista Memória em Rede, Pelotas*, v.14, n.26, p. 12, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/21915>. Acesso em: 10 ago. 2023.

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> Lilong é o nome dado tanto a um tipo de casa geminada, cuja arquitetura combina elementos tradicionalmente britânicos e chineses, quanto às comunidades em torno delas, caracterizadas por vielas (Arkaraprasertkul, 2016).

<sup>14</sup> "Os moradores antigos de Luz Tranquila compartilharam comigo como os vizinhos se reuniram para concordar com uma 'narrativa coletiva' sobre a história do bairro para contar para as autoridades de realocação. Por exemplo, através da rede de jogadores de mahjong (damajiang delinjv) e observadores que ficavam em uma certa ruela, os moradores consistentemente compartilharam um com os outros o que eles sabiam sobre o bairro. Considerando como o fluxo primário de moradores ocorreu durante dois períodos relativamente recentes (depois de 1949 e durante a Revolução Cultural), muitos moradores não estavam familiarizados com a narrativa histórica do bairro. Segundo muitos moradores, eles realmente não sabiam disto, e assim frequentemente perguntavam a pesquisadores visitando o bairro, 'por que este bairro é tão historicamente importante?' A maioria dos moradores não conheciam a história do bairro onde viviam." (Tradução do autor). ARKARAPRASERTKUL, Non. *Gentrification from within: urban social change as anthropological process. Asian Anthropology*, [s.].

Ao observar um bairro de casas geminadas, do tipo lilong<sup>13</sup>, no centro de Xangai, a maior metrópole e centro financeiro da China, Arkaraprasertkul (2016) cunha o conceito de *gentrification from within*, melhor traduzido como gentrificação por dentro. O conceito é criado a partir das estratégias adotadas pelos moradores e proprietários mais antigos, majoritariamente trabalhadores que adquiriram suas casas antes das reformas econômicas dos anos 80, e que, buscando valorizá-las em face da incerteza trazida pelo próprio crescimento frenético de Xangai, procuram, de forma consciente, manufaturar uma narrativa que ressalta a historicidade do bairro:

*The old residents of the Tranquil Light had shared with me how the neighbors got together to decide on the "collective narrative" about the history of the neighborhood to tell the relocation authority. For instance, through the network of mahjong players (damajiang delinjv) and observers who hung out at a particular lane, the residents consistently shared with one another what they knew about the neighborhood. Since the primary influx of residents was during two relatively recent periods (after 1949 and during the Cultural Revolution), many residents were not familiar with the historical narrative of the neighborhood. According to many residents, they indeed did not know this, and thus constantly asked researchers visiting the neighborhood, "why is this neighborhood historically important?" Most of the residents did not know the history of the neighborhood in which they lived. (Arkaraprasertkul, 2016, p. 9)<sup>14</sup>.*

O discurso de patrimonialização não serve somente para os locatários, que são oriundos não só de Xangai como também de outras partes da China, especialmente províncias vizinhas, e do exterior, como também serve para o governo, ressaltando a importância daquele bairro para a história local, assim como seu potencial econômico e imagético, e aumentando assim a possível indenização caso o bairro seja vitimado pelo ritmo cavalgar da nova China. Os moradores vêem na narrativa de historicidade uma proteção contra suas posições precárias assim como uma oportunidade de lucro e o resultado não é algo que possa se encaixar totalmente no que se tem tipicamente como gentrificação: o perfil do bairro da Luz Tranquila<sup>15</sup> continua a ser diverso e boa parte de seus moradores, apesar de uma certa gentrificação no setor de serviços e chegada de moradores de classe média, ainda são da classe trabalhadora<sup>16</sup>.

Os moradores da Vila Planalto também utilizam narrativas sobre a historicidade do bairro para sua fixação e tombamento nos anos 80, em frente, também, à incerteza da irregularidade. E mais tarde, os moradores seguem utilizando de uma narrativa de autenticidade, historicidade e unicidade: como muitos moradores gostam de ressaltar, a Vila Planalto é o único lugar de Brasília<sup>17</sup> onde as ruas têm nomes.

#### 4. O restaurante da Tia Zélia

O restaurante da Tia Zélia é talvez o mais emblemático da forma como a gentrificação parece operar no bairro e também da convivência entre uma Vila Planalto tradicional e uma Vila Planalto gourmet. A tia Zélia, cozinheira de origem baiana, opera desde o final dos anos 90 na Vila, mas fica famosa na década de 2010 como "cozinheira favorita do Lula". Um restaurante de bairro por excelência, onde a dona e os funcionários conhecem os moradores locais, e casa se confunde com rua (a tia Zélia mora numa casa anexa), o restaurante também vira pedaço 18 de uma elite de esquerda, especialmente ligada ao Partido dos Trabalhadores, chegando a ser retratada pela Veja, revista de cariz conservador, como o "restaurante da corte petista"<sup>19</sup>.

A estrutura do restaurante em si é relativamente simples, mesmo tendo passado por reforma recentemente, ainda no começo do ano passado. No seu interior, o chão, que era antes batido, agora é de cerâmica, ainda preservando a cor meio de barro. As mesas e as cadeiras são simples, ambas de madeira comum, com as mesas sendo cobertas com panos de cores diferentes, mas padrões similares. No canto, temos alguns refrigeradores, com cerveja e outras bebidas, um móvel, com alguns artigos religiosos católicos e lembranças, e finalmente, um espaço, um tanto kitsch, com fotos da tia Zélia sozinha, acompanhada da família, ou com o Lula e outros políticos petistas como o Paulo Pimenta, algumas fotos e itens relacionados ao Lula, recortes de artigos de jornal mencionando o restaurante e a tia Zélia ou o próprio Lula, e alguns artigos religiosos ou de memorabilia, muitos recordando o Nordeste.

I,], v. 15, n. 1, p. 9, 2016.

<sup>15</sup> Nome fictício usado por Arkaraprasertkul (2016, 2019).

<sup>16</sup> ARKARAPRASERTKUL, Non. *Gentrifying heritage: how historic preservation drives gentrification in urban Shanghai. International Journal of Heritage Studies*, [s. l.], v. 25, n. 9, p. 882-896, 2019.

<sup>17</sup> Aqui Brasília é entendida como a Região Administrativa (RA).

<sup>18</sup> MAGNANI, J. G. C. (2018). Da periferia ao centro, cá e lá: seguindo trajetos, construindo circuitos. *Anuário Antropológico*, 38(2), 53-72. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6857>. Acesso em: 25 jun. 2023.

<sup>19</sup> CALDAS, Leonardo. *A receita do poder: o restaurante que virou reduto da nova corte petista*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/a-receita-do-poder-o-restaurante-que-virou-reduto-da-nova-corte-petista>. Acesso em: 4 jul. 2023.

Figura 1 — O "canto" com as fotos.



Fonte: O autor (2023).

Figura 2: As mesas no interior do restaurante



Fonte: Review no Google. Disponível em: < <https://www.google.com/search?q=tia+z%C3%A9lia&oq=tia+z%C3%A9lia&aqs=chrome.0.6915913j69160j69161j69160.1442j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8#pg=cid:CgIlgAQ%3D%3D,ik:CAoSLE-FGMVFpCFASUIEQZ01rUFhtdWVnGtyZFVFZnhYWXREd012ZkplQWFuNzRt>>

Figura 3: A tenda



Fonte: Review do Google. Disponível em: < <https://www.google.com/search?q=tia+z%C3%A9lia&oq=tia+z%C3%A9lia&aqs=chrome.0.6915913j69160j69161j69160.1442j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8#pg=cid:CgIlgARICGAI%3D,ik:CAoS-LEFGMVpCFASUIEQZ01rUFhtdWVnGtyZFVFZnhYWXREd012ZkplQWFuNzRt>>

Do lado de fora, do outro lado da rua, temos uma tenda, com capacidade maior que a parte interna do restaurante. O chão da tenda é de cimento e ela tem dois níveis, um mais próximo à rua, se confundindo com a calçada, outro mais afastado e próximo do “mato”, como chamam alguns moradores, e do estacionamento. As mesas e cadeiras são tanto de madeira quanto de plástico e algumas se estendem para além da tenda, já no gramado. Faz algum tempo, desde um pouco antes da reforma no início do ano, que panos brancos e vermelho cobrem a tenda, alternando os comensais e as mesas.

A comida é simples, de inspiração sertaneja, servida em louças brancas; o cardápio varia de acordo com o dia da semana e, com o restaurante funcionando de segunda à sábado, cada dia tem dois ou três pratos diferentes, com sexta, por exemplo, sendo o dia do cordeiro cozido e feijoada. Marmitas são vendidas em todos os dias de funcionamento e não é incomum encontrar uma fila de clientes, tanto clientes de fora quanto da vizinhança, no balcão, enquanto pedem e esperam por suas marmitas. Já os atendentes do restaurante, vestidos com uma camisa polo, vão e vem num ritmo frenético, atravessando a rua relativamente movimentada com frequência, sugerem pratos, e aprendem ou rememoram os nomes dos clientes. A tia Zélia muitas vezes visita cada mesa e interage com os clientes.

Dois sábados por mês é dia do Samba da Tia Zélia. Começando às 13 horas e frequentemente indo até a noite, é um dia sempre movimentado, com a parte de fora, da tenda, enchendo quase sempre, e que conta muitas vezes com a presença de figuras notáveis da esquerda local ou mesmo do quadro nacional. O samba é produzido em parceria com a MM Cultura, uma produtora cultural brasiliense, bastante envolvida no meio progressista do Plano Piloto.

O restaurante da Tia Zélia se torna famoso pela patronagem de seu mais famoso comensal, o presidente Lula, que o conhece em 2008, e se confunde com a dona, a tia Zélia, conhecida como "cozinheira favorita do Lula"<sup>20</sup>. Assim, o restaurante se torna o pedaço da esquerda no Plano Piloto atendendo uma visão, senso de si e requerimentos estéticos de uma esquerda petista, não só na sua localização, perto do poder mas ainda em uma vila operária, mas também na estética simples e kitsch — identificada com o PT, e especialmente com o Lula —, na própria culinária, que é simples e sertaneja, na patronagem do Lula, e finalmente na própria tia Zélia, nascida no interior da Bahia, migrada para Brasília em pau de arara, e ex-diarista. É autêntico, e há esforços bem conscientes para manter e abraçar esta imagem, como podemos ver na própria decoração do restaurante, mantida e talvez até destacada após a reforma, assim como há esforços na manutenção de uma estética progressista, como também na captação deste público, algo que pode se notar na elaboração do Samba da Tia Zélia, com uma produtora cultural identificada com o meio progressista, e com um marketing nas redes sociais que foca bastante em um público progressista, frequentemente destacando nos posts bandeiras do PT, da campanha do Lula em 2022, ou bonés do MST.

## 5. Conclusão

Através do restaurante da Tia Zélia, podemos assim discutir a Vila Planalto como um todo. O restaurante prospera através da política e da sua proximidade com o poder; como vimos mais cedo, o apoio político, e a proximidade da própria Vila ao poder, é fundamental para a fixação da Vila Planalto, e a própria tia Zélia narra para a mídia que ela contou com o suporte e orientação do próprio presidente Lula para resolver a regularização<sup>21</sup>. Mas é uma situação ambígua, que traz um certo nível de gentrificação, ao mesmo tempo que também traz a exigência de atender, e manter, um certo nível de autenticidade enquanto os antigos frequentadores e moradores são substituídos, e assim cresce a demanda por produtos e serviços sofisticados.

Paterniani (2020), através dos arcos do Bexiga, discute o apagamento do negro nos espaços urbanos paulistanos concomitante com a construção da narrativa de São Paulo como uma cidade-industrial branca, construída pelo trabalho livre do imigrante branco europeu; tal apagamento se dá muitas vezes pelo banimento das pessoas negras para as periferias da cidade assim como pela proibição de suas práticas culturais: as quintadeiras negras são removidas das ruas; os mercados negros são transferidos para a periferia; suas casas, igreja, e mesmo terreno do cemitério são desapropriados e demolidos e em cima deles se constrói uma praça; as famílias são removidas para longe do centro. A cidade, e especialmente o centro, se embranquece.

A Vila Planalto, fundada por trabalhadores majoritariamente pardos e negros, enfrenta dilema semelhante, com um embranquecimento perceptível já no censo de 2010, antes da intensificação da gentrificação. No entanto, ao mesmo tempo, seu perfil continua heterogêneo, mesmo com um crescimento notável da classe média, e a gentrificação é mais notável no setor de serviços<sup>22</sup>. Também, como já notado, a Vila enfrenta o dilema de ser um bairro histórico bem no centro de uma cidade que se pretende “sem origens”. Novamente, porém, ao mesmo tempo, a dinâmica opera de um modo diferente: a própria patrimonialização do bairro, que a insere dentro das imagens e histórias oficiais de Brasília apesar das contradições impede que haja um banimento total dos moradores da Vila, assim como um apagamento total de seu caráter, como houve no caso paulistano, então ele opera de uma maneira ambígua.

Como podemos ver no caso do bairro Luz Tranquila de Xangai, lá os moradores originais foram e são, por pragmatismo, participantes do processo de patrimonialização e gentrificação. Eles mesmos constroem uma narrativa, adequada com as ambições de Xangai de grande metrópole internacional, e atuam de forma estratégica para que suas propriedades sejam valorizadas e para que o governo não interfira com os destinos do bairro. Na Vila Planalto, temos uma situação semelhante: após perceberem que o tombamento seria favorável a sua causa, os moradores participam ativamente da elaboração de narrativas que valorizem não somente a Vila como também a eles próprios, e apesar de todas as contradições do bairro, ainda trabalham para adequar esta mesma narrativa a história oficial.

Assim, a gentrificação que ocorre na Vila também não é total. A população continua bastante heterogênea, indo daqueles em extrema-pobreza até as classes mais altas, apesar de um crescimento notável das classes médias e o encarecimento do metro quadrado, que chega a ser um dos mais caros de Brasília. Mas mesmo assim, a gentrificação continua a se dar especialmente pelo setor de serviços, incluindo por estabelecimentos como a Tia Zélia. É uma gentrificação por dentro e pelas bordas, não uma gentrificação total, onde os moradores mais pobres são quase todos expulsos e existe uma mudança notável do seu caráter assim como no perfil de seus moradores. A Vila Planalto é hoje mais caracterizada pela classe média, mas continua um lugar absolutamente heterogêneo.

Com a patrimonialização da Vila dependendo não somente da história e do caráter de seu urbanismo, mas também de seus moradores, os pioneiros, construtores de Brasília, a gentrificação não pode ser totalizada. Os moradores não podem ser todos expulsos e os restaurantes não podem ser todos transformados em vistosos bistrôs franceses. Ela opera pelas bordas e nada mais natural que seus moradores muitas vezes participem dela, visto que desde o começo participam da narrativa patrimonializadora por pragmatismo.

A Vila Planalto, um bairro operário bem no centro de poder de um país desigual e bairro histórico em uma cidade que gosta de se pensar sem origens, é contraditória no seu cerne. As contradições historicamente têm sido trabalhadas ao seu favor: por exemplo, como vimos, a desigualdade da Vila, que precede a onda gentrificadora, a favorece durante a ditadura, que tem como mote na capital federal a erradicação de invasões, pois quem via a Vila de fora, via as casas boas, muitas vezes do funcionalismo público, que não ameaçavam.

A Tia Zélia representa bem as contradições da Vila Planalto. O restaurante não pode se gentrificar por inteiro pois é a certa autenticidade de vila operária que confere seu status como pedaço de uma elite de esquerda, mas também o que possibilita esse status é justamente esse movimento de gentrificação, da qual o restaurante e sua dona mesmo participam, seja elaborando movimentados sambas juntos de uma produtora cultural, ou dando entrevista para a grande mídia.

E é assim que os moradores se fixam, e é assim que os moradores prosperam, ou ao menos, perseguem a prosperidade. Aproveitando-se de narrativas oportunas, ou mesmo as criando e adequando, e atuando e, novamente, se aproveitando, pragmaticamente, de uma autenticidade gentrificada.

## Notas

\* Graduando em Sociologia na Universidade de Brasília (UnB).  
E-mail: danielanchietalobo@gmail.com

<sup>20</sup> TISCOSKI, Gabriela. *Saiba quem é a cozinheira favorita de Lula, tia Zélia, que vive no Distrito Federal*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/21/saiba-quem-e-a-cozinheira-favorita-de-lula-tia-zelia-que-vive-no-distrito-federal.ghtml>>. Acesso em: 4 jul. 2023.

<sup>21</sup> *Idem*.

<sup>22</sup> PACHECO, Matias Enrique Ocaranza. *Os limites da gentrificação na Vila Planalto*. 2015. 217 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20737>. Acesso em: 28 jun. 2023; HOLANDA, F. *Inclusão e exclusão em Brasília*. urbe. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v.12, e20190306, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/>





## Referências

ARKARAPRASERTKUL, Non. Gentrification from within: urban social change as anthropological process. *Asian Anthropology*, [s. l.], v. 15, n. 1, p.1-20, 2016.

ARKARAPRASERTKUL, Non. Gentrifying heritage: how historic preservation drives gentrification in urban Shanghai. *International Journal of Heritage Studies*, [s. l.], v. 25, n. 9, p. 882-896, 2019.

BARBOSA, Daniela Pereira; DERNTL, Maria Fernanda. Embates e questões em torno da preservação de um anterior acampamento de obras em Brasília: O caso da Vila Planalto. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v.14, n.26, p. 144-166, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/21915>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BARBOSA, Daniela Pereira. **O patrimônio de Brasília além do Plano Piloto: uma análise de dossiês de tombamento, 1959-2014**. 2021. 352 f., il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/42001>. Acesso em: 10 ago. 2023.

CALDAS, Leonardo. **A receita do poder: o restaurante que virou reduto da nova corte petista**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/a-receita-do-poder-o-restaurante-que-virou-reduto-da-nova-corte-petista>. Acesso em: 4 jul. 2023.

COELHO, C. M. Utopias urbanas: o caso de Brasília e Vila Planalto. *Revista Cronos*, [S. l.], v. 9, n. 1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/1795>. Acesso em: 9 jul. 2023.

HOLANDA, F. Inclusão e exclusão em Brasília. urbe. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v.12, e20190306, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/RDfYDGxcZnQypMgGkTJ8t9n/?lang=pt>. Acesso em: 8 jul. 2023.

MAGNANI, J. G. C. (2018). Da periferia ao centro, cá e lá: seguindo trajetos, construindo circuitos. *Anuário Antropológico*, 38(2), 53-72. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6857>. Acesso em: 25 jun. 2023.

PACHECO, Matías Enrique Ocaranza. **Os limites da gentrificação na Vila Planalto**. 2015. 217 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20737>. Acesso em: 28 jun. 2023.

PATERNIANI, Stella Zagatto. Raça e cidade: para decolonizar a produção de conhecimento sobre São Paulo. *América* - revista da pós-graduação da escola da cidade, São Paulo, ed. 2, p. 52-63, 2020. Disponível em: <https://ojs.escoladacidade.org/index.php/america/article/view/61>. Acesso em: 28 jun. 2023.

TISCOSKI, Gabriela. **Saiba quem é a cozinheira favorita de Lula, tia Zélia, que vive no Distrito Federal**. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/21/saiba-quem-e-a-cozinheira-favorita-de-lula-tia-zelia-que-vive-no-distrito-federal.ghtml>. Acesso em: 4 jul. 2023.

## MOBILIDADE URBANA E O USO DE TRANSPORTES ALTERNATIVOS NO DISTRITO FEDERAL

### URBAN MOBILITY AND THE USE OF ALTERNATIVE TRANSPORT IN DISTRITO FEDERAL

#### Resumo

O presente artigo visa compreender a lógica do espaço urbano no Distrito Federal, a partir de uma análise sociológica dos deslocamentos na cidade, considerando a histórica segregação socioespacial, os longos trajetos casa-trabalho e os movimentos pendulares. Também busca apresentar as diferentes formas de transporte e modais presentes nos trajetos diários da cidade. Através dessa análise, propõe-se aprofundar o entendimento sobre o fenômeno dos transportes alternativos e os fatores que levam os cidadãos a optarem por essas opções não convencionais. Busca-se, nesse contexto, inserir como fato motivador da existência de transportes alternativos a segregação socioespacial existente no território do Distrito Federal.

**Palavras-chave:** Direito à Cidade; Mobilidade Urbana; Segregação Socioespacial.

#### Abstract

*The present article looks to understand the Distrito Federal urban space dynamic, from a sociological analysis of the city travels, considering the historic socio-spatial segregation, the long home-work tracks and the pendulum movement. Also looks to show the different ways and modals of transport present on the daily commutes of the city. Through this analysis, is proposed to go further on the understanding about the phenomenon of the alternative transport and the factors that lead citizens to opt for these non-conventional ways. The article looks to, in this context, insert as a motivational fact of the existence of alternative transport the socio-spatial segregation which exists on the Distrito Federal.*

**Keywords:** Right to the City; Urban Mobility; Socio-spatial segregation.

\* Daniel Contreira Falleiros  
 \*\*Pedro Burity Borges  
 \*\*\* Pedro Henrique Queiroz Marques de Siqueira

Recebido em: 25/03/2022  
 Aceito em: 19/01/2024

<sup>1</sup> Este artigo é produto da pesquisa "Leituras contemporâneas sobre o direito à cidade: democracia, espaço público e conflitos urbanos", desenvolvida no âmbito do Programa de Educação Tutorial (PET) em Ciências Políticas da Universidade de Brasília entre agosto de 2017 e outubro de 2022, sob orientação do professor Thiago Aparecido Trindade, e financiada pelo Ministério da Educação através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (MEC/FNDE).

## 1. Introdução

Brasília é uma cidade que possui uma estrutura urbana que promove várias dinâmicas de segregação socioespacial em seu território. Sua construção e desenvolvimento, a partir de um Plano Diretor elaborado por Lúcio Costa, privilegiam modos de transporte particular, além de concentrar e acumular as ofertas de emprego, de lazer, de serviços públicos em determinados centros, principalmente no Plano Piloto. O Distrito Federal (DF) se alimentou dessa urbanização que provoca as separações urbanas, a partir de um território extenso, com alto distanciamento espacial da população e dos equipamentos urbanos, para motivar uma dinâmica de mobilidade que faz do carro seu grande protagonista. Nesse sentido, Brasília foi organizada ao longo do seu desenvolvimento como uma cidade que dificulta encontros cotidianos entre indivíduos, ideias e classes sociais; em um cenário como esse, a mobilidade e acessibilidade urbanas são um aspecto importante do esquema de relações entre população, cidade e segregação no DF.

Os objetivos principais deste texto são a compreensão da dimensão dos modais alternativos na mobilidade urbana da população no Distrito Federal, passando por uma análise do transporte público no DF, e a reflexão de como estas outras opções de mobilidade na cidade contribuem para o poder de deslocamento da população num ambiente urbano segregado como o do DF. Buscamos compreender neste trabalho os motivos pelos quais a população faz uso dos "modais alternativos" de mobilidade e também apontar quais são as principais maneiras alternativas que a população encontra para se deslocar no Distrito Federal. Para isso, utilizamos estudos sobre mobilidade urbana da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), os levantamentos sobre frotas de veículos do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) e de bibliografias recentes sobre deslocamento urbano e mobilidade urbana no Distrito Federal.

A estrutura do deslocamento casa/trabalho é muito relevante para o objetivo deste trabalho, pois é a causa principal do deslocamento feito pela população e essa finalidade dita como as infraestruturas de mobilidade e acessibilidade e o serviço público de transporte se organizam. A partir da análise em função dos deslocamentos casa/trabalho, compreendemos as dinâmicas que, por exemplo, favorecem de forma quantitativa os modais ativos e o ônibus, principalmente em locais distantes da área central do DF, o Plano Piloto. Por sua vez, esse aspecto possibilita o entendimento do papel central que a distribuição territorial do DF possui na forma como os usuários se deslocam para os lugares e como acessam tais localidades<sup>2</sup>. Tal abordagem se justifica a partir da compreensão de que Brasília, de acordo com Frederico de Holanda<sup>3</sup>, é a segunda cidade mais dispersa do mundo, e em sua configuração metropolitana as Regiões Administrativas que compõem o território do Distrito Federal estão localizadas em média a 25km do centro do Plano Piloto.

O trabalho adota como norte teórico as contribuições de Flávio Villaça acerca da segregação urbana, no seu artigo "São Paulo: segregação urbana e desigualdade", publicado em 2011. Villaça<sup>4</sup> busca afirmar o espaço urbano como um produto social, produto das interações socioeconômicas e também das desigualdades. A partir das articulações traçadas dentro do espaço urbano, ou seja, como ele se desenvolve e é produzido, como os indivíduos são incluídos (ou não) nas dinâmicas urbanas, como os aspectos econômicos, políticos e ideológicos da sociedade são inseridos na cidade, é possível evidenciar o papel central que a segregação urbana tem na produção de dominação e desigualdades sociais<sup>5</sup>. A intenção do trabalho é explorar os argumentos do autor em relação com a dinâmica de segregação socioespacial e o cenário específico de mobilidade urbana experimentados em Brasília.

Villaça propõe que as justificações da elite para produzir a cidade segundo suas próprias vontades se dá "Com processos ideológicos, por meio dos quais a classe dominante produz e difunde ideias que visam esconder os processos reais de produção do espaço urbano desigual [...]"<sup>6</sup>, indicando que a disputa de classes no contexto da cidade é um fator relevante para a produção do espaço urbano. A produção do espaço urbano é orientada pelas classes dominantes, por exemplo, por meio das noções de deterioração e decadência de centros urbanos mais antigos - Villaça usa o caso do abandono do centro histórico de São Paulo em uma escolha consciente das classes dominantes, que preferiram adensar bairros mais afastados e, nesse sentido, criar distância de populações com menos recursos -, da identificação da cidade e dos espaços urbanos desenvolvidos pela elite e também na influência aos tempos gastos em deslocamentos espaciais.

O DF, por sua vez, possui dinâmicas que exemplificam os desenvolvimentos contínuos de novos "centros" pela classe dominante, em localidades como Sudoeste, Noroeste, Águas Claras e Park Way. A criação de novos centros e a superação dos antigos, identificados pelas elites e classes dominantes, é uma dinâmica que desafia os entendimentos centro versus periferia, já que as classes dominantes cada vez mais possuem "centros" dentro das periferias e subúrbios das metrópoles brasileiras.

A abordagem metodológica utilizada na construção do texto é o enfoque sociológico do transporte urbano, proposta de metodologia elaborada por Eduardo Vasconcellos em sua obra "Transporte urbano, espaço e equidade: análise das políticas públicas"<sup>7</sup>. Essa perspectiva qualitativa motiva o estudo do transporte sob uma ótica social e política, analisando as relações entre os agentes que utilizam e produzem o espaço urbano.

Nesse sentido, o enfoque sociológico prioriza a análise de "ritmos sociais", como a migração internacional ou regional, a mobilidade residencial e diária na cidade. Para Vasconcellos, "A forma mais adequada de tratar o problema do movimento humano no espaço deveria considerar todos os tipos de deslocamento espacial"<sup>8</sup>. Portanto, uma análise completa sobre a mobilidade urbana tem de levar em consideração as diversas modalidades de transporte disponíveis no espaço urbano, sejam elas individuais ou coletivas, motorizadas ou não-motorizadas.

A circulação humana no espaço urbano deve ser analisada em função da oferta, operação e uso das estruturas e meios de circulação em relação às demandas da reprodução urbana<sup>9</sup>. A relevância de fatores como as relações sociais e de poder, classes e grupos sociais conflitantes, o papel do Estado e a disputa de interesses é chave para o enfoque sociológico, já que influenciam a produção das estruturas urbanas.

No primeiro tópico é feita uma análise atual do Transporte Público no Distrito Federal, buscando entender como se ordena o serviço público de transporte, quais são suas vulnerabilidades e em que sentido a população carece desse serviço fundamental para a vida nas cidades. No segundo tópico, são apresentadas as diferentes formas e definições de transporte alternativo, com maior ênfase ao transporte "informal" ou "irregular". Também há uma breve apresentação das especificidades de cada tipo e como elas podem contribuir para um melhor fluxo de deslocamento na cidade.

No terceiro tópico, são discutidas razões que levam os habitantes do DF a optarem por transportes alternativos. Para isso, é trazida uma ambientação a demandas históricas de cidadãos envolvidos com transportes informais e, em seguida, é feita uma revisão histórica do planejamento urbanístico da capital federal a fim de localizar as deficiências do sistema de transporte público que geram demanda por transportes alternativos. Não se trata de uma tentativa de apontar os problemas do transporte público como únicas razões para haver demanda para transportes alternativos, mas de trazer holofotes para a importância do sistema de transporte público nesse processo. Também é brevemente desenvolvido o debate sobre o trajeto casa/trabalho/casa, importante razão de demanda por mobilidade pela população.

Ainda, de forma complementar aos argumentos que explicam a escolha da modalidade de pela população, associa-se de forma breve a expansão da informalidade no mercado de trabalho como um fator da expansão do transporte irregular, apresentando relações entre o local de moradia, a formalidade do emprego e a demanda por transporte.

## 2. Transporte público e mobilidade urbana no DF

A dinâmica de mobilidade urbana no Distrito Federal se mostrou fortemente atrelada ao caráter geográfico da produção e reprodução urbana. A partir de um território que foi forçado ao espalhamento demográfico pelas políticas de desenvolvimento urbano e de habitação, a utilização de modais motorizados e individuais tornou-se hegemônica no DF. Segundo levantamento do DENATRAN, juntamente ao Ministério da Infraestrutura, foi constatado que em dezembro de 2020 o Distrito Federal contava com uma frota de 1.934.210 veículos, distribuídos em automóveis, caminhões, motocicletas, ônibus, micro-ônibus, utilitários, entre outros. A frota de automóveis representa 70% da frota total de veículos, o que evidencia o papel central que o modal individual em automóveis possui na mobilidade urbana geral do DF<sup>10</sup>.

O Governo do Distrito Federal (GDF) oferece à sua população um sistema de trans-

<sup>7</sup> VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. "Transporte urbano, espaço e equidade: análise das políticas públicas". São Paulo: Annablume, 2001.

<sup>8</sup> *Ibid.*, p. 24.

<sup>9</sup> *Ibid.*, p. 26.

<sup>2</sup> TD - n. 46 (2018) - "Indicadores de Qualidade e Sustentabilidade Urbana". - Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2015, p. 7.

<sup>3</sup> HOLANDA, Frederico de. Inclusão e exclusão em Brasília. urbe. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v.12, 2020, p. 7.

<sup>4</sup> VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. *Estudos Avançados*, v. 25, n. 71, pp. 37-58, 2011, p. 37.

<sup>5</sup> *Ibid.*, pp. 40-41.

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 48.

<sup>10</sup> DENATRAN. *Frota Nacional por UF e Tipo de Veículo, dez/2020*. Disponível em

<<https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/arquivos-senatran/estatisticas/renavam/2020/dezembro/frota-reg-uf-tipo-modelo-06-dezembro2020.xls>>

porte público tarifado que se concentra em duas categorias modais: ônibus (convencional, micro-ônibus e BRT) e metrô. Desenvolvido atualmente pelo Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPC/DF), o serviço de transporte público no DF vai se pautar e executar ações a partir de políticas públicas de mobilidade urbana. Segundo dados do próprio GDF, de agosto de 2021, o STPC/DF possui uma frota de ônibus com de cerca de 2800 veículos, disponibilizados em 755 linhas em todo o território, além de 4943 pontos de parada de ônibus, ordenados em abrigos, pontos habituais e placas de sinalização de parada. Já o metrô possui uma estrutura de 29 estações, sendo 27 em funcionamento, além da frota de 32 trens. São 42,38 km de vias metroviárias que atendem a população, podendo ser terrestres ou subterrâneas. O sistema do BRT possui oito estações e dois terminais e obriga ao usuário a utilização do Bilhete Único, já que o embarque e desembarque são feitos exclusivamente nas estações e terminais. O STPC atualmente possui tarifas de utilização que vão de R\$2,70 - para linhas circulares internas em uma Região Administrativa - até R\$ 5,50, para viagens de longa distância e integração, sendo esse o mesmo preço para entrada nos serviços de metrô e de BRT<sup>11</sup>.

<sup>11</sup> GDF. *Dados do Sistema de Transporte Coletivo do Distrito Federal, 2021*. Disponível em <<https://semob.df.gov.br/dados-do-sistema-de-transporte-publico-do-df/>>

A Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), em colaboração com o autor Carlos Chagastelis Martins Leal, elaborou em 2018 um documento chamado “Indicadores de Qualidade e Sustentabilidade Urbana - Eixo Mobilidade Urbana”. Nesse documento a Codeplan pode publicar dados e análises referentes ao estudo da mobilidade urbana no território do Distrito Federal. O DF possui uma distribuição modal concentrada no transporte motorizado, já que os ônibus (39,59%) e os automóveis (37,77%) representam somados 77,36% das viagens com motivo trabalho. Modais como metrô (3,1%), bicicleta (1,29%) e a pé (11,43%) são preteridos pela população, tendo em vista as grandes distâncias a serem percorridas no DF e pela falta de infraestrutura<sup>12</sup>. De acordo com o estudo, o indicador de divisão modal “destaca a relação dinâmica entre os vetores que constroem o desenvolvimento do território [...] e a expansão dos transportes”<sup>13</sup>.

<sup>12</sup> TD - n. 46 (2018) - “Indicadores de Qualidade e Sustentabilidade Urbana” - Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2015, p. 10.

Outro ponto a se destacar é o tempo que um usuário de transporte público no DF leva para se deslocar durante os horários de pico. Segundo Leal<sup>14</sup>, em 2017, 54% das viagens casa/trabalho no horário de pico no Distrito Federal levaram de 90 a 120 minutos, enquanto que 28% levaram pelo menos 120 minutos. Ou seja, é alto o tempo gasto para locomoção no horário de pico no DF, principalmente quando o modal utilizado são carros e, principalmente ônibus. Quando se calcula uma média das viagens de 31 linhas de ônibus em horário de pico, o tempo total da viagem é em média de 68,05 minutos. Nesse cálculo é levado em consideração tempo de caminhada casa/ponto de ônibus, tempo de espera no ponto, tempo de deslocamento do ônibus e tempo de deslocamento até o trabalho<sup>15</sup>.

<sup>13</sup> *Ibid.*, p. 13.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 36.

<sup>15</sup> *Ibid.*, p. 37.

O DF, segundo Leal<sup>16</sup>, possui uma malha viária com mais de 12 mil quilômetros de extensão, frente a somente 3,3 mil quilômetros de calçadas e apenas 429 quilômetros de ciclovias. Esses dados ilustram o direcionamento das políticas territoriais postas em prática, privilegiando os modais motorizados de deslocamento. Existe também uma disparidade entre as Regiões Administrativas (RAs), nas quais 20 das 31 RAs possuem menos de 3% da malha cicloviária total, enquanto que regiões como o Plano Piloto e o Park Way possuem, combinados, 35% das ciclovias do DF. Apesar de apenas 1,25% da população utilizar a bicicleta para se deslocar ao trabalho em outra RA, a análise da infraestrutura cicloviária é importante, já que a bike é um importante modal não-motorizado. No DF, 67,36% da população está abrangida pela infraestrutura cicloviária, mas a percepção da ciclovia pela população e as condições de uso para deslocamento entre regiões prejudicam a utilização dessa estrutura cicloviária<sup>17</sup>.

<sup>16</sup> TD - n. 46 (2018) - “Indicadores de Qualidade e Sustentabilidade Urbana” - Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2015, p. 16.

<sup>17</sup> *Ibid.*, p. 25-26.

Figura 1



Fonte: Google, 2024.

Por fim, um aspecto que também merece ênfase é o uso do solo no Distrito Federal, inserida numa organização espacial urbana como a do Plano Piloto, a qual privilegia setores especializados em um único tipo de serviço ou de emprego do espaço. Nesse sentido, o espaço urbano do DF e, especialmente no Plano Piloto, é fortemente restrito, já que praticamente não há áreas de uso misto<sup>18</sup>. Essa dinâmica implica o aumento das distâncias e dos deslocamentos, condições que privilegiam ainda mais os modais motorizados. As taxas de utilização dos modais de ônibus e automóvel particular, 39,59% e 37,77% respectivamente, entre pessoas que trabalham numa região diferente daquela que residem são um exemplo da prioridade que formas motorizadas de deslocamento recebem na dinâmica urbana do DF. Quando se analisam deslocamentos dentro de uma mesma Região Administrativa, por exemplo a Ceilândia, as viagens a pé se intensificam, representando 28,41% dos deslocamentos, frente aos 30,44% de ônibus e 19,78% de automóveis particulares<sup>19</sup>.

Nesse sentido, a concentração das oportunidades de emprego, de escolas, dos equipamentos urbanos e dos serviços públicos essenciais no Plano Piloto<sup>20</sup> colabora para criar uma dinâmica na qual a população precisa se deslocar para as áreas centrais de Brasília numa prática cotidiana, além da necessidade de realizar seus deslocamentos por meio de modais motorizados como o carro, a motocicleta, o ônibus, tendo em vista a organização espacial da cidade e suas infraestruturas urbanas de mobilidade. Apesar do ônibus ser o modal de maior uso no DF, o Sistema de Transporte Público Coletivo é insuficiente para atender toda a demanda da população. O serviço metroviário é limitado, o serviço de ônibus fora do horário de pico é escasso e o tempo gasto em deslocamento urbano no DF é considerado elevado.

Essa dinâmica desigual de produção do espaço urbano, a partir de um planejamento inicial que foi moldado posteriormente de acordo com os interesses das classes dominantes, gerou uma cidade altamente segregada, do ponto de vista socioeconômico e geográfico também. No caso específico do DF, a dinâmica periferia versus centro ainda é observada, apesar da facilidade das elites dominantes em criar novos centros e adaptar os equipamentos urbanos de mobilidade e acessibilidade de acordo com suas necessidades. A condição de abandono ou decadência dos centros “antigos” não se desenvolveu definitivamente no DF, marcando um ponto de diferença entre a dinâmica da formação urbana do Distrito Federal e a de São Paulo, na análise feita por Villaça<sup>21</sup>, seja por um fator político, pois os espaços de poder federais e distritais estão estabelecidos no centro de Brasília, ou por um fator estratégico, já que a Rodoviária do Plano Piloto desempenha influência fundamental na mobilidade urbana pública no Distrito Federal, sendo o ponto de encontro e de partida para a grande maioria das linhas de ônibus e para o serviço de metrô.

<sup>18</sup> SILVA, Carolina Pescatori Candido da; BOWNS, Caru. Transporte e equidade: ampliando o conceito de sustentabilidade pelo estudo de caso de Brasília. *Cadernos Metrôpole.*, [S.l.], n. 19, fev. 2008. ISSN 2236-9996, p. 301. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/8720>>

<sup>19</sup> Op. cit., pp. 10-11.

<sup>20</sup> O Plano Piloto representa grande parte da cidade de Brasília, porção da capital que estava totalmente prevista e planejada no Plano Diretor do urbanista Lúcio Costa. Seus espaços são setorizados de acordo com os usos do solo de cada região da cidade, movimento pensado numa organização plena das atividades urbanas. Historicamente, o Plano Piloto concentrou os postos de trabalho, comércio, educação, lazer, cultura e saúde no Distrito Federal, o que afirma seu caráter hegemônico enquanto centro político e socioeconômico da região. Hoje em dia, o Plano Piloto representa o local das elites em Brasília, principalmente em

territórios como o Lago Sul e o Sudoeste, locais onde o Índice de Desenvolvimento Urbano (IDH) e o PIB são elevados em comparação com os níveis nacionais e de outras regiões administrativas do DF.

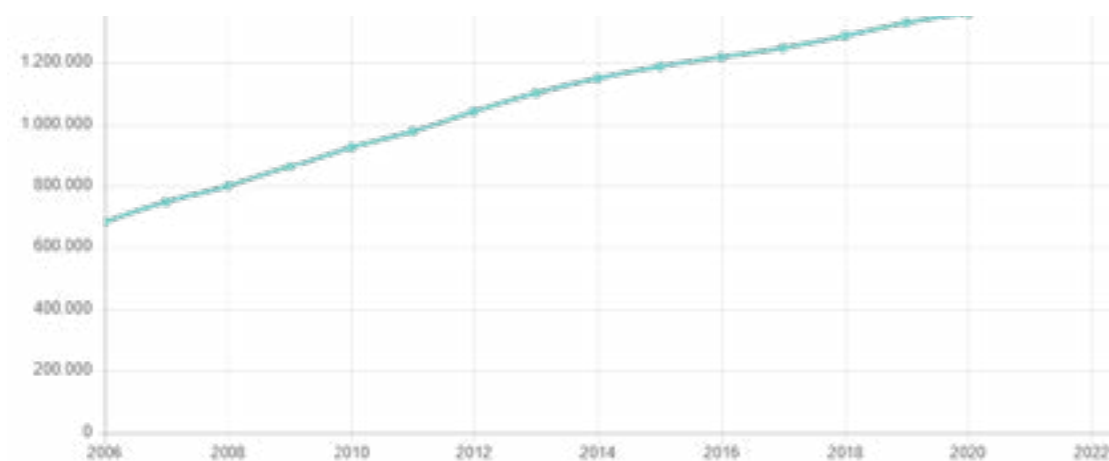
### 3. Os modais alternativos

Há diversas formas de entender o que é o transporte alternativo. Por definição, é uma maneira de se locomover utilizando um meio diferente das formas convencionais, as quais podemos considerar os ônibus, trens e metrô, partes do sistema de transporte público coletivo urbano, e os carros particulares. Dentro do leque de meios alternativos de transporte, podemos abarcar os mais diversos modais. Para construção deste artigo, dividimos os transportes alternativos em três categorias. A primeira delas é o transporte não-motorizado, que inclui locomoção a pé, uso de bicicletas, patinetes e skates, sejam eles comuns, elétricos ou compartilhados. Também conhecida como mobilidade ativa, abarca os transportes movidos à propulsão humana. É uma alternativa mais sustentável e ecológica, considerando que o transporte nas cidades representa um dos maiores consumidores de recursos não-renováveis<sup>22</sup>. Há a categoria de modais alternativos do sistema de transporte coletivo, menos convencionais, como os teleféricos, mon trilhos, elevadores, entre outros. São meios que devem ser adequados às características e especificidades de cada cidade e exigem infraestrutura própria e adequada. Consideramos também transportes alternativos veículos particulares fretados, como vans, micro-ônibus ou até carros convencionais. A variedade de veículos presentes nessa categoria é enorme e também segue as peculiaridades e necessidades de cada espaço urbano ou zona rural. Tuk-tuks em Bangkok, *rickshaws* na Índia, micro-ônibus nos bairros periféricos de Londres, vans no Rio de Janeiro<sup>23</sup>. Dentro desta última divisão, inclui-se também os “irregulares”, “informais” ou “piratas”.

O transporte informal é definido pela Associação Nacional de Transportes Terrestres (ANTP) como “um serviço de transporte coletivo de passageiros em áreas urbanas, realizado sem autorização ou concessão dos poderes concedentes locais”<sup>24</sup>. Essa classificação abrange todo tipo de transporte que represente algum retorno financeiro para o condutor ou dono do veículo não autorizado pelo poder público, desde vans escolares até táxis clandestinos. Geralmente, substituem os serviços de transporte convencionais quando há paralisação, greve ou problemas no sistema regular e também são utilizados no dia a dia quando as frotas regularizadas são insuficientes ou não comportam determinadas rotas, principalmente em regiões mais distantes dos centros urbanos. Em alguns casos, os modelos informais são adotados para circular dentro das cidades mais distantes do centro<sup>25</sup>.

Idealmente, todos os diferentes tipos de transporte alternativo são importantes para diversificar e promover novas formas de locomoção nos diferentes espaços urbanos, sendo mais eficientes em diferentes situações de acordo com suas especificidades. No entanto, a lógica segregacionista da cidade os limita a meros substitutos de um sistema de transporte público ruim em uma infraestrutura privilegiada para automóveis individuais. A frota de carros em Brasília não para de crescer, passando de 682 mil em 2006, para quase 1 milhão e 400 mil carros em 2022<sup>26</sup>.

Figura 2 - Frota de automóveis no Distrito Federal (2006-2022)



Fonte: Brasil, 2022.

A capital, segundo Everaldo Costa e Valdir Steinke<sup>27</sup>, esteve amplamente envolvida nos planos de integração nacional e esse movimento incluiu a construção de milhares de quilômetros de estradas e vias férreas, tendo a construção de Brasília atuado como um impulso à produção da indústria automobilística e de infraestrutura viária e férrea no país. A estrutura urbana da cidade também é pensada para a predominância do carro, como analisa James Holston<sup>28</sup> em sua obra “Cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia”, na qual a rua é substituída pela via expressa e conseqüentemente, o pedestre é substituído pelo carro. Dessa forma, a rua em Brasília é de uso apenas do carro e o meio urbano acaba sendo orientado pela utilização dos veículos motorizados, o que exemplifica a estrutura urbana que privilegia os automóveis individuais. Ainda, como apontado anteriormente, o transporte “pirata” enfrenta uma intensa criminalização por parte do estado, reforçada por parcela do jornalismo brasileiro, que privilegia informar as conseqüências desse tipo de transporte em detrimento de apresentar os porquês de a população escolhê-los<sup>29</sup>.

### 4. O que leva o cidadão a optar pelo transporte alternativo

Para que o debate possa evoluir e seja possível germinar ideias no olhar sociológico e na formulação de políticas públicas, é preciso responder a uma pergunta crucial: o que leva o cidadão a optar pelo transporte alternativo em detrimento do transporte público institucionalizado? Idealmente, como uma afirmação que parte de um discurso oficial mas que precisa ser problematizada, há mais riscos envolvidos em escolher a forma de transporte alternativa do que a forma ofertada pelo Estado, principalmente no que diz respeito à segurança - a Lei nº 13.835/2019, inclusive, trata como infração gravíssima a oferta de transporte alternativo, artifício legal que visa imprimir a locomoção por meio de transportes alternativos uma escolha que gera risco jurídico ao cidadão. Nesse aspecto, é possível observar a dinâmica própria das grandes cidades e centros urbanos, que possuem suas atividades organizadas numa permanente relação entre aquilo que é ilegal, informal ou ilícito, nos termos de Vera Telles e Daniel Hirata<sup>30</sup>. Apesar do transporte informal ser considerado uma conduta ilegal no debate público, encarada como uma prática ilícita pelas forças policiais e de fiscalização do Estado e tipificada como infração de trânsito, é uma alternativa característica e que faz parte da dinâmica dos centros urbanos - principalmente aqueles localizados no sul global - que enfrentam dificuldades com relação à mobilidade urbana e ao direto à cidade.

Dessa forma, dentro do debate dos transportes informais, o trabalhador urbano, a estudante, os grupos sociais que dependem do transporte público para transitar em Brasília se vêem num impasse entre utilizar uma condução coletiva em condições precárias e que demora para chegar aos destinos, e a possibilidade de transitar na cidade, ainda que de forma coletiva, mas com muito mais dinâmica e rapidez. O tempo de deslocamento, mais uma vez, é peça-chave para a compreensão do cenário socioespacial da mobilidade urbana no DF e este aspecto será retomado ao longo desta seção.

A otimização do tempo gasto em deslocamento nas cidades, portanto, é o fator mais importante para se explicar a organização do espaço urbano para o autor Flávio Villaça. Se são as classes dominantes que detêm o poder de organizar o espaço, este espaço será desenhado de modo a otimizar o tempo dessa classe específica em detrimento do restante da sociedade. “Não podendo atuar diretamente sobre o tempo, os homens atuam sobre o espaço como meio de atuar sobre o tempo”, diz Villaça<sup>31</sup>. O transporte tem um papel central nessa equação: aquele que não pertence aos grupos sociais detentores do poder de tomada de decisão serão expulsos dos centros em que esses grupos moram, trabalham e fazem uso de seu tempo livre; os grupos segregados, por sua vez, passam a ser mais dependentes de estruturas de transporte público que englobem todas as suas necessidades de deslocamento. Num país como o Brasil, cuja prioridade nas obras de infraestrutura urbana é historicamente voltada para o transporte privado individual<sup>32</sup>, os sistemas de transporte público acabam por ser ineficientes e aprofundam as desigualdades entre classes. Nesse sentido, classes que conseguem controlar o tempo gasto para fazer deslocamentos na cidade são classes que, em última instância, conseguem exercer controle sobre outras. O controle do tempo é, então, um instrumento de dominação social.

Retornemos ao universo dos transportes alternativos: Mamani (2004), debruçando-se sobre o contexto carioca da década de 1990, traz o olhar de Sergio Loureiro Macedo, então motorista e dono de van, diretor da Central Van e presidente da Cooperativa Miguel Couto, numa entrevista dada em 1997 ao Jornal do Brasil, que pode sintetizar o discurso dos atores

<sup>27</sup> COSTA, Everaldo Batista; STEINKE, Valdir. Brasília meta-síntese do poder no controle e articulação do território nacional. *Scripta Nova-Revista Electronica de Geografia y Ciencias Sociales*, v. 44, p. 1-27, 2014.

<sup>28</sup> HOLSTON, James. “Cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia”. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 109.

<sup>29</sup> GOMES, Paulo Henrique da Silva. *Piratas da capital: as narrativas midiáticas sobre o transporte informal no Distrito Federal*. 2018. 90 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

<sup>30</sup> TELLES, Vera; HIRATA, Daniel. “Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras entre o ilegal, o informal e o ilícito”. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61, pp. 173-191, 2007.

<sup>31</sup> VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. *Estudos Avançados*, v. 25, n. 71, pp. 37-58, 2011, p. 56.

<sup>32</sup> LARA, Fernando Luiz. *A arquitetura moderna brasileira e o automóvel: o casamento do século. Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano*. Brasília. Ipea. ITDP, 2016.

<sup>33</sup> MAMANI, Hernán Armando. *Alternativo, informal, irregular ou ilegal? O campo de lutas dos transportes públicos*. In: *O rostro urbano da América Latina*. Ed CLACSO, Buenos Aires, 2004, pp. 327-328.

<sup>34</sup> SILVA, Carolina Pescatori Candido da; BOWNS, Caru. *Transporte e equidade: ampliando o conceito de sustentabilidade pelo estudo de caso de Brasília*. *Cadernos Metrópole*, [S.l.], n. 19, fev. 2008. ISSN 2236-9996, p.300; 302. Disponível em: <https://

revistas.pucsp.br/metropole/article/view/8720>.

<sup>35</sup> LARA, Fernando Luiz. **A arquitetura moderna brasileira e o automóvel: o casamento do século. Cidade e movimento : mobilidades e interações no desenvolvimento urbano.** Brasília. Ipea. ITDP, 2016, pp. 138-141.

<sup>36</sup> DERNTL, Maria Fernanda. “O Plano Piloto e os planos regionais para Brasília entre fins da década de 1940 e início dos anos 60”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. São Paulo, v. 21, n. 1, pp. 26-44, 2019. p. 28.

<sup>37</sup> SILVA, Carolina Pescatori Candido da; BOWNS, Caru. Transporte e eqüidade: ampliando o conceito de sustentabilidade pelo estudo de caso de Brasília. **Cadernos Metrópole.**, [S.l.], n. 19, fev. 2008. ISSN 2236-9996, pp. 302-304. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/8720>.

<sup>38</sup> DELGADO, Paulo Roberto; DESCHAMPS, Marley Vanice; MOURA, Rosa; CINTRA, Arael Pinheiro de Ulhôa. **Mobilidades nas regiões metropolitanas brasileiras: processos migratórios e deslocamentos pendulares. Cidade e movimento : mobilidades e interações no desenvolvimento urbano.** Brasília. Ipea. ITDP, 2016.

<sup>39</sup> SILVA, Carolina Pescatori Candido da; BOWNS, Caru. Transporte e eqüidade: ampliando o conceito de sustentabilidade pelo estudo de caso de Brasília. **Cadernos Metrópole.**, [S.l.], n. 19, fev. 2008. ISSN 2236-9996. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/8720>

<sup>40</sup> LIMA NETO, Vicente Correa, NADALIN, Vanessa Gapriotti. *O Impacto da formalidade do trabalho e da inserção urbana no deslocamento casa-trabalho:*

informais no transporte: os proprietários de ônibus exercem controle sobre as decisões governamentais, além de haver um cartel corrupto que pressiona o sistema a agir segundo suas condições; as vans, nesse sentido, ocupam um espaço deixado pelos ônibus, cuja operação é atrapalhada pelos interesses privados de seus donos. Essas vans também ocupam uma demanda reprimida, pois os cartéis desenvolvem uma política que impede o desenvolvimento do transporte de massa. Por fim, destaca-se a falta de oferta de empregos, que leva o indivíduo a buscar outra ocupação - no caso, o transporte informal. Mamani evita dar legitimidade a este último argumento, ressalte-se<sup>33</sup>.

Pode-se responder a essa pergunta, no caso do Distrito Federal, retornando à gêne-se da constituição do território e olhando para a configuração de seu sistema de transporte público: ainda na década de 1950, no processo de criação do desenho urbanístico de Brasília, Lúcio Costa optou por priorizar o transporte individual motorizado. O efeito dessa escolha é excluir as possibilidades plenas de mobilidade urbana daqueles que não pudessem arcar com os custos de um carro ou moto<sup>34</sup>. Fernando Luiz Lara atribui essa tendência de cidades que viabilizam o transporte individual motorizado - que estava presente também na maior parte dos projetos premiados para a nova capital - na década da fundação do Distrito Federal à influên-cia da arquitetura moderna na expansão das cidades brasileiras a partir da década de 1940. Kubitschek tratou o automóvel como símbolo da modernidade que buscava imprimir ao país; consolidar à indústria automobilística um papel elevado na economia nacional servia, nessa lógica, como ponto de equilíbrio entre seus projetos desenvolvimentistas e a conciliação com interesses privatistas. O projeto de Brasília como um todo, cita o autor, é também um fruto desse momento histórico<sup>35</sup>.

O planejamento de Brasília, apesar de pressionado pelos avanços da indústria au-tomobilística no país, manteve firme o ideário de uma cidade em que coexistiriam todas as classes sociais; era um objetivo de Lúcio Costa fazer com que morassem no mesmo espaço os zeladores dos prédios e os burocratas do serviço público que neles residiriam, solucio-nando desde o planejamento possíveis problemas na questão da habitação na nova capital. Esse planejamento, no entanto, previa um Distrito composto apenas pelo Plano Piloto com um número mínimo de cidades-satélites que totalizariam hipotéticos 500 mil habitantes<sup>36</sup>; esse cenário tornou-se inviável imediatamente após a construção da cidade. A forma improvisada e apressada que foram desenhadas as Cidades-Satélite as empurraram para longe do centro da cidade, o que alterou a dinâmica urbana de Brasília antes mesmo de sua inauguração: um centro rico cercado por uma periferia pobre e dependente<sup>37</sup>. Explorar a lógica a partir da qual se desenhou a habitação no território do Distrito Federal e reconhecer a dependência que têm as Regiões Administrativas do Plano Piloto é importante para avançarmos na compreensão da anatomia do transporte público e, a partir disso, desvelar suas falhas.

Segundo dados do PDAD 2018, pouco menos da metade (41,24%) dos habitantes de outras RAs se locomoviam em direção ao Plano Piloto diariamente a fim de trabalhar e 88,59% dos habitantes do Plano Piloto deslocavam-se para dentro da própria Região Administrativa pelo mesmo motivo. O Censo de 2010, por sua vez, indicou que 85,5% dos deslocamentos pendulares no Distrito Federal ocorriam no sentido periferia/centro<sup>38</sup>. Há, de fato, uma deman-da desequilibrada por acesso ao Plano Piloto, maior do que em outras regiões metropolitanas brasileiras.

Num cenário como esse, em que há uma demanda elevada de pessoas buscando locomover-se para o Plano Piloto e de volta dele e onde o Estado não dá conta, mesmo com ciclovias, BRTs, linhas de ônibus e metrô, de suprir toda essa demanda e controlar, de fato, a mobilidade urbana no território, transportes “piratas” tornam-se uma opção inevitável de populações carentes, como apontam Silva e Bowns<sup>39</sup>. Esse cenário é potencializado quando observa-se a dependência que existe, em Brasília, de veículos de transporte individual mo-torizado, excluindo das dinâmicas de mobilidade urbana as parcelas da população incapazes de arcar com os custos de compra e manutenção desse tipo de modal de transporte.

A lógica mercantilista do transporte essencialmente para os trajetos casa/trabalho/casa, bem como a informalização da economia e do trabalho, também são fatores essenciais para se pensar na expansão do transporte irregular nas cidades. Um estudo estadunidense de 2008 destacou que o custo financeiro do transporte individual é uma das motivações que a população de baixa renda possui para escolher o local de residência, tendendo a priorizar locais com maior infraestrutura de transporte. Ainda, o estudo identifica que a presença do transporte público é fator mais importante para explicar a localização da pobreza do que a

própria renda dos indivíduos<sup>40</sup>. O IBGE também apontou que os gastos com transporte repre-sentaram aproximadamente 18,1% das despesas familiares, segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018, um valor consideravelmente alto<sup>41</sup>. Com isso, assume-se que a questão do deslocamento urbano é vista como uma prioridade para famílias mais pobres, especialmente quando a maior parte dos postos de trabalho se encontra nos centros urbanos, como é o caso do DF.

Figura 1. Mapa de Brasília com o Plano Piloto em amarelo e as regiões administrativas em tons de verde. Fonte: Ipea (2016).

Além disso, segundo Gannon e Liu<sup>42</sup>, a formação do capital social (principalmente educação e saúde) está diretamente relacionada à melhora da acessibilidade e do acesso a oportunidades sociais e econômicas, como o mercado de trabalho e serviços. De acordo com Lima Neto e Nadalin<sup>43</sup>, a formalidade de emprego tende a reduzir o tempo de deslocamento entre a residência e o trabalho, bem como a necessidade de moradia próxima ao local de trabalho. Os autores também levantam que a localização dos indivíduos em um território e as interações com a vizinhança influenciam no acesso a empregos, especialmente aos formais. O vale transporte, característico de empregos formais e/ou celetistas, também é um fator importante para a escolha de um território para morar, tendo em vista a redução do impacto orçamentário familiar que o benefício traz.

Explicando uma questão econômica, Villaça levanta a tese de que a segregação es-pacial nas cidades não é limitada à moradia, mas também alcança a oferta de empregos, co-mércio e serviço. Empregos terciários, amplamente espalhados, possuem uma dupla finalidade no espaço urbano, cumprindo simultaneamente a função de emprego e de serviço. Não por acaso, os centros, segundo o conceito de Villaça<sup>44</sup>, fabricam uma maior oferta e demanda de trabalho nesse setor, justamente para suprir as necessidades da classe dominante, que tem o controle ideológico do espaço. Ainda, a maior parcela das elites se encontra no setor terciário, ocupando escritórios de advocacia, arquitetura, bancos, entre outros trabalhos que envolvam elevada renda, mesmo que o setor terciário seja composto predominantemente por trabalhadores comuns, entre padeiros, cabeleireiros, zeladores ou domésticos. Também são nos centros que se encontram os shoppings, as casas de festa, os clubes e a maior parte dos serviços de lazer na cidade, locais de trabalho para uns e de diversão para outros.

Figura 2. Mapa de Brasília com o Plano Piloto em amarelo e as regiões administrativas em tons de verde. Fonte: Ipea (2016).

Na mesma medida que os centros concentram empregos, comércio e serviços, os locais ao seu redor tornam-se mais caros, criando uma disputa por habitar suas proximidades e otimizar o tempo gasto nela, ganha por quem tem mais dinheiro. Villaça também exemplifica essa disputa ao analisar o setor secundário, com trabalhadores predominantemente mais po-bres: moradias nos arredores de grandes aglomerados industriais são mais concorridas pela classe operária e, conseqüentemente, mais caras. Esse exemplo não é o que melhor se aplica para o contexto do Distrito Federal.

Dessa forma, a insuficiência da rede de transporte público no DF, somada aos longos e necessários movimentos pendulares das periferias aos centros, já são por si só razões para a utilização de transportes informais. A maior oferta de serviços de lazer e mesmo de comér-cio, necessários para a vivência na cidade, somam-se como fatores que nos levam a entender outras formas de mobilidade urbana. Ademais, resgatando o argumento de Mamani, a cres-cente informalização da economia e a extinção de vagas formais de trabalho levam pessoas a adotarem o transporte informal como opção de renda, expandindo o serviço nas cidades.

## 5. Conclusão

Os resultados do trabalho apontam para um caminho interessante do ponto de vista das Ciências Sociais e do estudo da mobilidade urbana: sabe-se que o deslocamento, no Dis-trito Federal, está atrelado intrinsecamente — a partir do que se observa nos dados do PDAD 2018, que indicam um notável movimento proveniente de outras Regiões Administrativas em direção ao Plano Piloto, ou seja, da periferia ao centro — à necessidade de locomover-se de casa para o trabalho.

Num contexto como o de Brasília, cujo desenho urbanístico privilegia — desde a con-cepção da cidade, na década de 1950 — a locomoção a partir de veículos individuais mo-torizados em detrimento do transporte público, e cujo planejamento original não levava em conta o crescimento populacional exorbitante que haveria na região nos anos subseqüentes, o surgimento de mobilidades urbanas alternativas como o transporte informal é facilitado. Há, nessa equação, um problema evidente de território: as populações periféricas, mesmo que,

uma análise intraurbana para cinco espaços metropolitanos. **Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano.** Brasília. Ipea. ITDP, 2016.

<sup>41</sup> IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf

<sup>42</sup> GANNON, LIU apud LIMA NETO, Vicente Correa, NADALIN, Vanessa Gapriotti. *O Impacto da formalidade do trabalho e da inserção urbana no deslocamento casa-trabalho: uma análise intraurbana para cinco espaços metropolitanos. Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano.* Brasília. Ipea. ITDP, 2016. p. 252

<sup>43</sup> *Ibid.*, p. 252-253.

<sup>44</sup> VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 71, pp. 37-58, 2011

<sup>45</sup> DERNTL, Maria Fernanda. “O Plano Piloto e os planos regionais para Brasília entre fins da década de 1940 e início dos anos 60”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. São Paulo, v. 21, n. 1, p. 40, 2019.

<sup>46</sup> VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 71, pp. 37-58, 2011

<sup>47</sup> RAJAB, Yasmin. “**Brasília está entre cidades com maior tempo de espera para pegar transporte público**”. *Correio Braziliense*, 2023.

<sup>48</sup> Governo do Distrito Federal. “**DF em obras: capital recebeu investimentos para melhorar o dia a dia da população**”. *Correio Braziliense*, 2023

<sup>49</sup> LOURENÇO, Uirá. "Balço da (I) mobilidade - 2023". Blog Brasília para Pessoas, 2024.

<sup>50</sup> VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. Estudos Avançados, v. 25, n. 71, pp. 37-58, 2011

nos cálculos dos responsáveis pela construção de Brasília, fossem menos numerosas do que de fato se tornaram, seriam afastadas do centro e dependeriam de uma longa locomoção a partir de veículos motorizados individuais, pois suas residências seriam constituídas a uma distância considerável do Plano Piloto. Além disso, havia, nos planos do presidente da NOVA-CAP à época da construção de Brasília, Israel Pinheiro, a intenção de que as cidades-satélites não repetissem o padrão urbano do centro e se limitassem a ser centros agrícolas de menor densidade, embora essa ideia não fosse unanimidade entre os idealizadores do Distrito Federal<sup>45</sup>; a ideia que se conservou, no entanto, após os debates durante a fundação de Brasília, é a de que, na maior parte dos desenhos imaginados para a nova capital, as cidades-satélites seriam dependentes do centro.

Essa dependência do centro abre dois caminhos de reflexão: por um lado, confirma o pensamento de Villaça<sup>46</sup> sobre deslocamento na cidade. Por outro, observe-se o caso de Brasília: a cidade possui o oitavo maior tempo de espera no transporte público no mundo com 23 minutos, segundo levantamento publicado pela empresa Moovit<sup>47</sup>, sendo que 45% dos usuários de transporte público no DF esperam pelo menos 20 minutos pela sua condução. As classes dominantes, nesse sentido, acabam por manipular o espaço urbano de modo a otimizar seu próprio tempo, delegando às classes inferiores menor autonomia sobre si próprias por não disporem de recursos para, por exemplo, possuírem carros privados para percorrer essas distâncias — intencionalmente, para Villaça — mais longas. O raciocínio de Villaça permite a compreensão de que o desenho dos espaços urbanos está intimamente integrado à desigualdade econômica, pois os mais ricos concentram-se em áreas da cidade com abundância de serviços, opções de lazer e acesso, ao passo que os mais pobres são obrigados a morar em regiões distantes de onde trabalham.

Esse raciocínio é importante para se pensar a mobilidade urbana no Distrito Federal porque se encerra em um dos problemas fundamentais do direito à cidade: no Brasil, há um massivo investimento em obras públicas para transporte individual motorizado em detrimento do transporte coletivo público — cenário que, se fosse subvertido, aliviaria parte dessa estrutura de dominação e contribuiria com realidades de trabalho mais saudáveis. Apenas em 2023, o GDF gastou cerca de R\$ 400 milhões em obras de mobilidade, na construção de túneis, viadutos e duplicação de vias em diversos pontos do DF<sup>48</sup>. Tais obras, que beneficiam mais de 150 mil motoristas, não contam com faixas exclusivas para ônibus ou com estrutura cicloviária ao seu redor, fatores que evidenciam o apoio político advindo do governo local para afirmar a hegemonia deste tipo de transporte na mobilidade urbana da capital. Segundo Uirá Lourenço<sup>49</sup>, do blog "Brasília para Pessoas", mesmo após as tais obras de mobilidade,

*"Para quem se desloca sem carro os desafios continuam. Fui de bicicleta da Asa Norte até Taguatinga e passei sufoco. A ciclovia da EPTG (Estrada Parque Taguatinga) tem trechos sem continuidade e a parte final é tensa: sem infraestrutura para pedestres e ciclistas, sem ponto de travessia e com letreiro que informa a proibição de ônibus e seres caminchantes e pedalantes no túnel."*

Figura 3



Fonte: Lourenço, 2024.

Conclui-se, então, que controle do tempo de deslocamento é uma poderosa força que atua sobre a construção, que está sempre em movimento, do espaço urbano, e que no caso específico de Brasília, as populações indesejadas para o projeto original da cidade foram intencionalmente afastadas de modo a não conseguirem pertencer à dinâmica da cidade, que, idealmente, seria restrita ao Plano Piloto.

Por outro lado, ainda sintetizando as razões pelas quais o transporte informal é uma questão relevante para se pensar e reformar a mobilidade urbana no Distrito Federal, numa cidade de lógica pendular como Brasília, existe uma elevada demanda por transporte público que não é integralmente suprida, possibilitando o surgimento de alternativas de locomoção para além da alçada do Estado. Nesse sentido, a população que não tem acesso a um veículo de transporte individual é potencialmente segregada, para além do próprio desenho do território, pela ação do próprio Estado que as governa, agente responsável por ofertar uma malha de transporte público insuficiente para a demanda que existe; essa é uma lógica de mobilidade urbana, conclui-se, insustentável para os desafios que apresenta o século XXI.

A existência de redes de transportes alternativos no cenário descrito — em que as classes dominantes exercem influência na constituição do espaço urbano e acabam, em última instância, por controlar o tempo<sup>50</sup> — demonstra ser uma tentativa das classes subjugadas de retomar o controle desse tempo. O Estado não é capaz de ofertar sistemas de transporte público que deem respostas efetivas, ou seja, mitigadoras de desigualdades, para as necessidades de deslocamento das classes segregadas. Assim, de maneira não orquestrada e sem respaldo institucional ou legal, são construídas redes de transporte alternativo aproveitadas pelos grupos sociais segregados que servem como uma reação a um desenho social que demanda que os cidadãos dessa classe estejam presentes nos centros prestando serviços, mas que não dá a esses cidadãos meios eficientes de chegar até esse espaço.

Transportes alternativos, portanto, servem como um instrumento utilizado pelas populações segregadas a fim de reduzir desigualdades de acesso a pontos específicos do espaço urbano. O deslocamento é um movimento que não pode deixar de existir dentro das cidades, embora os sistemas de transporte público sejam ineficientes e a oferta de veículos motorizados particulares seja de difícil acessibilidade para a população mais pobre. Diante desse cenário, torna-se necessária uma reação. E o instrumento utilizado para essa reação é o transporte alternativo.

## Notas

\*Graduando em Ciência Política na Universidade de Brasília (UnB).  
Email: danielcontreiraf@gmail.com

\*\*Graduando em Ciência Política na Universidade de Brasília (UnB).  
Email: pedroburityb@hotmail.com

\*\*\*Graduando em Ciências Sociais na Universidade de Brasília (UnB).  
Email: phqueiroz94@gmail.com

## Referências

BALASSIANO, R. Transporte Por Vans - O Que Considerar No Processo De Regulamentação?. *Transportes*, [S. l.], v. 4, n. 1, 1996. DOI: 10.14295/transportes.v4i1.294. Disponível em: <https://www.revistatransportes.org.br/anpet/article/view/294>. Acesso em: 27 out. 2021.

BRASIL. **Cidades**: frota de veículos. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/brasilia/pesquisa/22/28120?indicador=28122&tipo=grafico>

CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD 2018)**, 2018.

COSTA, Everaldo Batista; STEINKE, Valdir. Brasília meta-síntese do poder no controle e articulação do território nacional. *Scripta Nova-Revista Electronica de Geografia y Ciencias Sociales*, v. 44, p. 1-27, 2014.

DELGADO, Paulo Roberto; DESCHAMPS, Marley Vanice; MOURA, Rosa; CINTRA, Anael Pinheiro de Uihôa. Mobilidades nas regiões metropolitanas brasileiras: processos migratórios e deslocamentos pendulares. **Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano**. Brasília. Ipea. ITDP, 2016.

DENATRAN. **Frota Nacional por UF e Tipo de Veículo**, dez/2020. Disponível em <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/arquivos-senatran/estatisticas/renavam/2020/dezembro/frota-reg-uf-tipo-modelo-06-dezembro2020.xls>

DERNTL, Maria Fernanda. "O Plano Piloto e os planos regionais para Brasília entre fins da década de 1940 e início dos anos 60". **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. São Paulo, v. 21, n. 1, pp. 26-44, 2019.

GOMES, Paulo Henrique da Silva. **Piratas da capital: as narrativas midiáticas sobre o transporte informal no Distrito Federal**. 2018. 90 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

GOOGLE. Distrito Federal, 2024. Escala [1:500.000].

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. "**DF em obras: capital recebeu investimentos para melhorar o dia a dia da população**". Correio Braziliense, 2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cb-brands/brandedcontent/gdf/2023/11/6656321-df-em-obras-capital-recebeu-investimentos-para-melhorar-o-dia-a-dia-da-populacao.html>

HOLANDA, Frederico de. Inclusão e exclusão em Brasília. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v.12, 2020.

HOLSTON, James. "**Cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**". São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>

LARA, Fernando Luiz. A arquitetura moderna brasileira e o automóvel: o casamento do século. **Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano**. Brasília. Ipea. ITDP, 2016.

LIMA NETO, Vicente Correa; NADALIN, Vanessa Gapriotti. O Impacto da formalidade do trabalho e da inserção urbana no deslocamento casa-trabalho: uma análise intraurbana para cinco espaços metropolitanos. **Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano**. Brasília. Ipea. ITDP, 2016.

MAMANI, Hernán Armando. Alternativo, informal, irregular ou ilegal? O campo de lutas dos transportes públicos. In: **O rosto urbano da América Latina**. Ed CLACSO, Buenos Aires, 2004.

RAJAB, Yasmin. "**Brasília está entre cidades com maior tempo de espera para pegar transporte público**". Correio Braziliense, 2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2023/01/5068769-brasilia-esta-entre-cidades-com-maior-tempo-de-espera-para-pegar-transporte-publico.html>

SILVA, Carolina Pescatori Candido da; BOWNS, Caru. Transporte e equidade: ampliando o conceito de sustentabilidade pelo estudo de caso de Brasília. **Cadernos Metrópole.**, [S.l.], n. 19, fev. 2008. ISSN 2236-9996. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/8720>

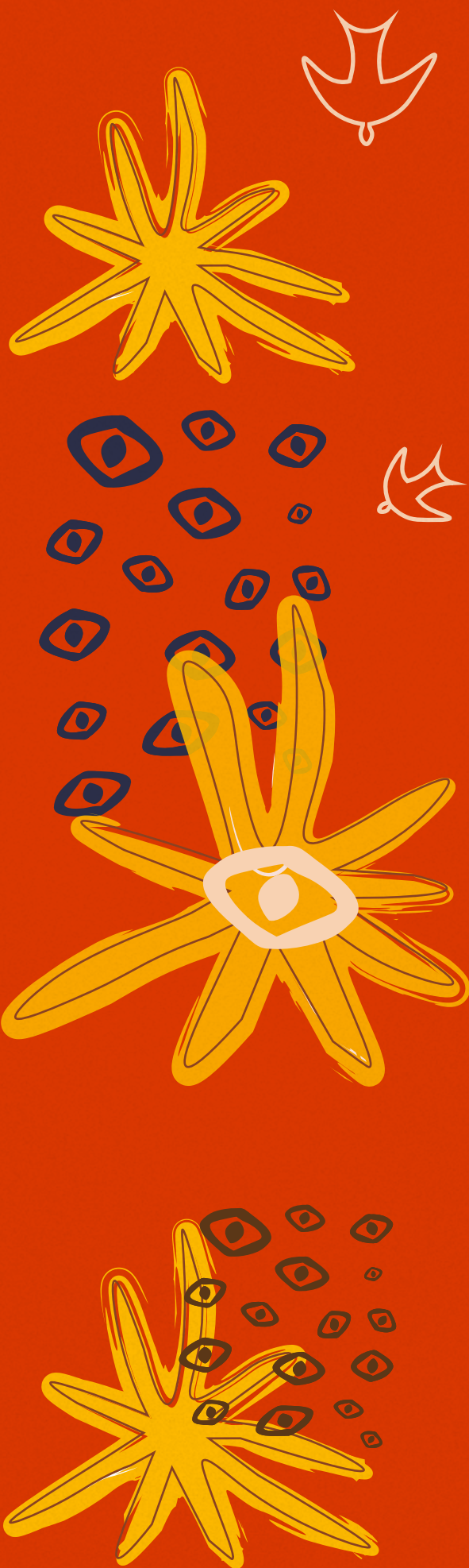
TD - n. 46 (2018) - "**Indicadores de Qualidade e Sustentabilidade Urbana**". - Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2015.

TELLES, Vera; HIRATA, Daniel. "Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras entre o ilegal, o informal e o ilícito". **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, pp. 173-191, 2007.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. "**Transporte urbano, espaço e equidade: análise das**

políticas públicas". São Paulo: Annablume, 2001.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 71, pp. 37-58, 2011



Textos Graduados

Instituto de Ciências Sociais

Revista da Graduação em Ciências Sociais da Universidade de Brasília

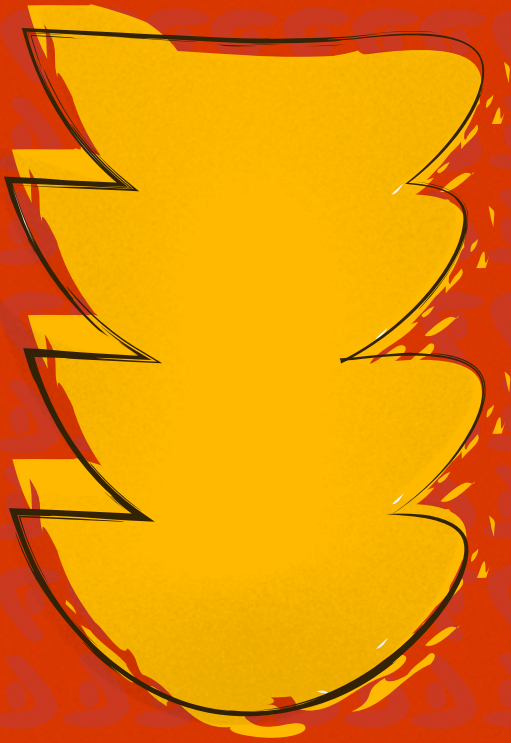
v.9, n.2 de 2023 | ABRIL de 2024





# TEXTOS GRADUADOS

Volume 9 | número 2  
2023



## Do concreto ao imaginário: realidades plurais

Revista Textos Graduados  
Volume 9 | Número 2  
Maio de 2024